

deBatEs#1

ESQUERDA SOCIALISTA

**ESCOLHE
O FUTURO!**



2 e 3 Junho 2007 | Fórum Lisboa

V Convenção do Bloco de Esquerda

deBatEs #1

Índice

- 3 → Introdução**
- 4 → Regulamento do Processo Preparatório da V Convenção Nacional do Bloco de Esquerda**
- 7 → Relatório da Mesa Nacional Eleita na IV Convenção**
- 13 → Proposta de Regimento para a V Convenção**
- 15 → Propostas de Alteração aos Estatutos**
- 17 → Moção A: “A ESQUERDA SOCIALISTA COMO ALTERNATIVA AO GOVERNO SÓCRATES”**
- 35 → Moção B: “POR UMA PLATAFORMA DE DEMOCRACIA SOCIALISTA”**
- 45 → Moção C: “TODOS NA LUTA, EM TODAS AS LUTAS!”**
- 63 → Moção D: “O BLOCO POR UMA MAIORIA SOCIAL DE ESQUERDA”**

Editor: Bloco de Esquerda

Morada: Av. Almirante Reis, 131 – 2º 1150-015 Lisboa

Ano: 2007

Nº depósito legal: 257898/07

Impressão Rainho & Neves, Lda - Santa Maria da Feira

Tiragem: 7500 exemplares

INTRODUÇÃO

O processo da V Conferência Nacional do Bloco de Esquerda está em marcha. A sessão final terá lugar nos próximos dias 2 e 3 de Junho, numa sala já histórica para o Bloco – o Fórum Lisboa, e reunirá mais de 700 delegados/as em representação do universo de aderentes de todos os distritos e regiões autónomas. Até lá, o caminho ainda é longo e exige, desde já, ampla mobilização, informação e participação das diversas organizações bloquistas.

Com a saída deste deBatEs #1, estão criadas condições para que as Moções promovam sessões de apresentação e debate por todo o país, que decorrerão até dia 15 de Maio. Encerrada esta primeira fase, terão início as assembleias para eleição dos delegados/as à Convenção que terminarão a 27. A semana seguinte será a recta final dedicada à preparação das deslocações das delegações até ao Fórum.

Entretanto, muito mais haverá a fazer. Até 2 de Maio, todos os/as novos aderentes que pretendam votar e ser eleitos como delegados/as têm de dar entrada da sua inscrição nos serviços centrais do Bloco. Nesta mesma data, será o prazo limite para apresentação de propostas de adenda e alteração às Moções, mas as propostas de alteração aos Estatutos poderão ser enviadas à Comissão Organizadora da Convenção (COC) até dia 8 de Maio.

Com quatro propostas de Moção de Orientação em debate, o Bloco demonstra a sua vitalidade, assume o seu carácter plural e afirma de modo ímpar a sua democracia interna.

O próximo boletim deBatEs sairá no dia 14 de Maio e será enviado apenas para os/as aderentes que tenham as suas quotas em dia. Esse boletim contará com os contributos, opiniões e propostas de todos/as que queiram apresentar e divulgar as suas próprias ideias. É assim que estamos a construir o Bloco, com a tua participação.

Poderemos, como tem sido hábito no Bloco desde a sua fundação, ter uma creche onde os/as delegados/as poderão deixar os/as filhos/as durante o período em que decorrem os trabalhos da Convenção. Mas só se justificará este espaço se a COC receber inscrições de crianças para usufruírem dele até o dia 21 de Maio.

Resta informar que a COC está disponível para prestar qualquer esclarecimento aos/às aderentes que o pretendam. Em: coc@bloco.org

Bons debates!

A Comissão Organizadora da Convenção

REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA V CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da V Convenção Nacional do BE.

I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional, a 24 de Fevereiro de 2007.
2. A V Convenção Nacional é convocada para os dias 2 e 3 de Junho de 2007, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
 - P.1 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política;
 - P.2 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor;
 - P.3 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

3. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organizadora da Convenção (COC) com a seguinte composição: Pedro Soares, Rogério Moreira, Vítor Franco, Dina Nunes, Helena Oliveira e José Carreira. Cada Moção de Orientação apresentada à Convenção Nacional indicará um(a) representante para integrar a COC.
4. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da V Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças da Convenção; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente regulamento; a recepção e edição dos documentos preparatórios através do boletim *deBatEs*, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição dos delegados.
5. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento da eleição da Mesa da Convenção.

III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

6. Qualquer grupo de 20 aderentes no pleno uso dos seus direitos pode apresentar à convenção Nacional uma Moção de Orientação. Estas moções deverão ser entregues à COC no dia 09 de Abril de 2007, sendo publicadas no *deBatEs* n.º 1 até 16 de Abril. As Moções deverão ser entregues em suporte informático e não ultrapassar os 75 mil caracteres.

Os boletins *deBatEs* ficarão disponíveis no *site* do Bloco de Esquerda.

7. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários aos aderentes, compete em exclusivo aos promotores das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respectivas propostas, no período compreendido entre a publicação do *deBatEs* n.º 1 e o início das Assembleias Eleitorais. A COC garantirá os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada Moção por distrito/região, que também poderá ser realizada em conjunto por acordo entre Moções, bem como à respectiva deslocação dos/as representantes das Moções para esse efeito. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previamente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas acções e o quadro regulamentar estabelecido.

8. Até 02 de Maio, qualquer aderente pode propor adendas e alterações à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade. Os redactores de cada uma das Moções dispõem de uma semana para decidirem da inclusão, ou não, de tais propostas. Do facto, o boletim *deBatEs* n.º 2, a publicar até 14 de Maio, dará informação circunstanciada. Essas propostas não incluídas poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que subscritas por um mínimo de 5 delegados/as. Os textos a publicar no *deBatEs* n.º 2 deverão ser entregues em suporte informático e não poderão ultrapassar os 5 mil caracteres.

9. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção.

10. Só serão admitidas a votação as Moções subscritas por 15 delegados/as. O regimento dos trabalhos, a aprovar no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.

IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS

11. Qualquer aderente poderá, até 23 de Março, apresentar à Mesa Nacional propostas pontuais de alteração dos Estatutos.

12. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos actuais Estatutos, discutirá e aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos no dia 30 de Março de 2007.

13. Essa proposta de Estatutos será divulgada no *deBatEs n°1*, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o relatório de actividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.

14. Qualquer aderente poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC, outras propostas de alteração aos Estatutos, até 8 de Maio, de modo a serem incluídas no *deBatEs n°2*. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático e não deverá exceder os 2000 caracteres de fundamentação.

15. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do regimento dos trabalhos, as propostas de revisão de Estatutos subscritas por, pelo menos, 15 delegadas/os.

V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS

16. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, no mínimo de 15, e estão vinculadas à apre-

sentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.

17. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido para cada um dos órgãos. Todavia, devem respeitar, no seu alinhamento interno, pelo menos uma mulher ou um homem em cada ordenação sequencial de três candidatas/os, de modo a assegurar um resultado final de acordo com critérios mínimos de paridade.

18. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade directa.

VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS

19. As/os delegados são eleitos pelos aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral activa. Ou seja, cujas inscrições constem dos registos centrais até ao dia 02 de Maio de 2007 (e, consequentemente, dos cadernos eleitorais), e que tenham regularizado, até à data da eleição, o pagamento da jóia referente ao ano de 2007.

20. A eleição dos delegados/as far-se-á por listas e por voto secreto, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas coordenadoras distritais/regionais, entre 16 e 27 de Maio de 2007.

21. As e os delegadas/os são eleitos na proporção de 1 para 7 aderentes, tendo por base o apuramento dos inscritos até 02 de Maio de 2007 (conforme cadernos eleitorais), por distrito, no caso do território continental, e por região autónoma, nos casos dos Açores e da Madeira.

22. As listas de candidatos/as a delegadas/os podem:
a) estar associadas a uma Moção de Orientação;
b) ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada.
As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade dos candidatos/as elegíveis por cada Assembleia Eleitoral.

23. As assembleias eleitorais são de âmbito distrital (no continente) ou regional, nos termos deste regulamento, e podem repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.

24. As coordenadoras distritais e regionais podem decidir que o âmbito das assembleias para a eleição de delegados seja o de freguesia ou agrupamentos de freguesias, de concelho ou agrupamentos de concelhos, desde que cumulativamente se observem as seguintes condições:

- a) que o número de inscritos, até 02 de Maio de 2007, no distrito ou região seja superior a 100 aderentes;
- b) que seja assegurada a proporção de 1 delegado para 7 aderentes em cada uma das assembleias resultantes;
- c) que se garantam todos os direitos estatutários.

25. Às coordenadoras distritais e regionais competirá organizar o processo eleitoral, tendo em conta os seguintes aspectos:

- a) As listas de candidato/as deverão ser entregues às coordenadoras até duas semanas antes da assembleia eleitoral, de modo a poderem ser enviadas aos aderentes com a antecedência mínima de 10 dias relativamente ao dia da votação;
- b) O voto por correspondência será validado se estiver colocado num envelope sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior com o nome e assinatura do aderente para efeitos da verificação da regularidade do pagamento da sua quota, devendo ser entregue em mão à coordenadora distrital/regional até ao dia anterior ao da votação ou chegar à sede distrital/regional via CTT a tempo de ser incluído no escrutínio a realizar no final da Assembleia Distrital/Regional;
- c) As mesas eleitorais são indicadas pelas respectivas Coordenadoras Distritais/Regionais, tendo cada Moção de Orientação direito a indicar um representante para cada mesa eleitoral constituída.

26. Havendo mais do que uma lista, a eleição dos delegado/as respeitará a proporção directa dos votos obtidos por cada lista.

27. As mesas eleitorais devem, terminada a votação, elaborar a acta com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, e enviá-las de imediato à COC que verificará a legitimidade do processo de eleição. As comissões distritais/regionais decidirão no prazo de 48 horas sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respectiva Assembleia Eleitoral.

RELATÓRIO DA MESA NACIONAL ELEITA NA IV CONVENÇÃO

Desde a última Convenção, a Mesa Nacional reuniu-se em Maio, Julho, Setembro e Outubro de 2005; Fevereiro, Março, Junho, Setembro e Dezembro de 2006. Fevereiro e Março de 2007. Dez reuniões em dois anos, o mesmo número de reuniões da MN eleita na III Convenção. A Mesa Nacional instituiu, para efeitos da preparação da V Convenção Nacional, uma comissão organizadora (COC).

Ao longo do mandato registaram-se sete substituições de membros da Mesa Nacional que, por razões de índole diversa, apresentaram a sua demissão.

Neste documento, dá-se conta dos aspectos mais importantes da actividade do Bloco de Esquerda durante o mandato desta direcção, procurando fazer um retrato dos principais momentos e apostas da actividade do Bloco nos últimos dois anos e, assim, dotar o debate convencional de um instrumento de informação circunstanciada.

A IV Convenção definiu o quadro geral da intervenção do Bloco de Esquerda nos dois processos eleitorais que se aproximavam em 2005: autárquicas e presidenciais. A MN conduziu esses processos, desenvolvendo o estabelecido em Convenção e convocando para Setembro de 2005 uma Conferência Autárquica onde foi apresentado o manifesto nacional aprovado na MN e onde foi anunciada a candidatura presidencial de Francisco Louçã. Ambos os processos foram objecto de projectos de resolução, votados em alternativa na MN (Setembro 2005), apresentadas pela Comissão Política e por Gil Garcia e outros, aprovado e rejeitado, respectivamente. A Mesa Nacional também acompanhou a intervenção do Bloco nas eleições regionais antecipadas na R.A. da Madeira.

A Mesa Nacional também acompanhou a intervenção do Bloco no referendo à despenalização do aborto e nas eleições regionais antecipadas.

ELEIÇÕES E INTERVENÇÃO AUTÁRQUICAS

Das eleições autárquicas resultou uma nova realidade que se coloca ao activismo local: a eleição de mais de

350 autarcas nas listas do Bloco. São 122 mandatos municipais e 232 mandatos de freguesia que exigem a presença do Bloco em 79 concelhos de quase todos os distritos e regiões autónomas.

Para apoiar a organização na resposta a este desafio, a MN elegeu uma Comissão Nacional Autárquica. Foi importante que a intervenção local pudesse contar com uma comissão com legitimidade e mandato conferidos pela Mesa Nacional. O plano de trabalho decidido foi, no essencial, cumprido.

- Realizaram-se, no início de Maio de 2006, as Jornadas Autárquicas, abrangendo cerca de 250 activistas. Para além dos *workshops* para troca de experiências, abordámos os problemas dos recursos naturais, dos serviços sociais, do ordenamento do território e das finanças autárquicas. Foi distribuído o Manual do Autarca, como primeiro apoio específico à acção política e institucional dos eleitos.

- Na sequência das Jornadas, a Comissão Autárquica propôs a realização de encontros autárquicos regionais, de forma a descentralizar e incentivar o debate e a formação dos activistas locais. O primeiro a ter lugar foi o Encontro das Interioridades (Guarda, Abril 2006), que procurou analisar e responder à política de abandono do interior e de encerramento de serviços públicos. Após a Marcha pelo Emprego, realizaram-se os encontros distritais do Algarve, Aveiro, Setúbal, Braga, Lisboa, Santarém e Porto.

- Entrou em funcionamento o Gabinete de Apoio Autárquico, assente nas competências do gabinete municipal de Lisboa, bem como a edição do boletim autárquico do Bloco, o "Rede Local", enviado para os nossos autarcas e direccionado para o apoio à batalha dos orçamentos municipais e de freguesia que decorreu durante o mês de Dezembro passado.

- Para além destas realizações, foram inúmeras as reuniões das comissões locais de apoio autárquico que prepararam assembleias municipais e de freguesia, sessões de câmara, tomadas de posição públicas sobre as mais diversas questões da política local.

PRESIDENCIAIS E RUMO ESTRATÉGICO

Na sequência imediata da batalha eleitoral autárquica, teve início a campanha para as eleições presidenciais de Janeiro de 2006. Tratou-se de um processo particularmente complexo: a área do PS encontrava-se dividida entre dois candidatos, ambos comprometidos com a política do governo, enquanto se renunciava já a “convergência estratégica” deste com o candidato da direita. A orientação da campanha foi profundamente debatida em duas reuniões da MN, tendo havido lugar a votação de alternativas.

O balanço político das presidenciais suscitou questões de natureza estratégica sobre as quais a MN se empenhou em elaborar. O processo então aberto foi amplamente vivido, envolvendo centenas de camara-das em plenários em todos os distritos, discutindo o documento proposto pela Comissão Política, “Rumo Estratégico do Bloco de Esquerda”. No final desse processo, foi presente ao debate e votado na MN em alternativa “Rumo Estratégico Alternativo”, apresentado por Gil Garcia e outros.

ACTIVIDADE PARLAMENTAR

A Mesa Nacional manteve um acompanhamento regular da actividade parlamentar.

Nestes dois anos, regista-se uma sustentação da intensidade da intervenção parlamentar do Bloco, apesar das numerosas solicitações extra-parlamentares que este texto regista. Apresentando 89 projectos (dos quais 40 foram debatidos e 17 aprovados), o grupo parlamentar manteve-se como o mais propositivo da AR, com uma média de 11 projectos-lei por deputado, a mais alta entre todos os partidos. Aqui fica um registo de alguns dos mais importantes desses projectos-lei:

Questões do trabalho

- Revê o “Código do Trabalho”, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 15 de Julho, e a respectiva regulamentação, aprovada pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, repondo justiça social nas relações laborais. (Projecto de Lei 13/X/1)
- Altera a Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que cria o rendimento social de inserção e respectivo regulamento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro e institui o rendimento mínimo garantido, repondo os princípios de justiça social e solidariedade para com os mais desfavorecidos. (Projecto de Lei 14/X/1)
- Cria os programas ocupacionais e de inclusão no emprego. (Projecto de Lei 29/X/1)
- Institui um novo regime para a remição de pensões resultantes de acidentes de trabalho. (Pro-

jecto de Lei 45/X/1)

- Pensões degradadas da administração pública. (Projecto de Lei 74/X/1)
- Promove a formação profissional qualificante, a aprendizagem ao longo da vida e a sua certificação (Projecto de Lei 130/X/1)
- Combater a pobreza, igualando as pensões mínimas de reforma ao salário mínimo nacional, alterando o artigo 38.º da Lei n.º 32/2002, de 20 de Dezembro. (Projecto de Lei 162/X/1)
- Altera o Código do Trabalho, Aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, incrementando a negociação e a contratação colectiva e impedindo a caducidade das convenções colectivas. (Projecto de Lei 177/X/1)
- Altera o Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, repondo a justiça social na atribuição do subsídio nocturno, altera o Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de Março, criando condições para que as autarquias locais possam atribuir compensações pelo risco, penosidade e insalubridade no trabalho e cria condições para a regulamentação pelo Governo, da efectiva aplicação dos suplementos, compensações e outras regalias de risco, penosidade e insalubridade no trabalho à restante administração pública. (Projecto de Lei 197/X/1)
- Adota medidas reguladoras dos contratos de trabalho temporário e dos direitos dos trabalhadores (Projecto de Lei 307/X)
- Estabelece o regime laboral e social dos profissionais das artes do espectáculo e dos audiovisuais. (Projecto de Lei 364/X)
- Reconhece o direito ao subsídio de desemprego ao pessoal ao serviço da administração pública ainda não abrangido por protecção nesta eventualidade. (Projecto de Lei 365/X)
- Reconhece o direito ao subsídio de desemprego ao pessoal docente e investigador contratado por instituições do ensino superior e de investigação públicas e cria mecanismos para o acesso a esse direito. (Projecto de Lei 346/X)
- Lei de Bases da Segurança Social. (Projecto de Lei 322/X)
- Combate a precariedade dos trabalhadores contratados pela Administração Central Regional e Local. (Projecto de Lei 251/X)
- Estabelece direitos aos trabalhadores por turnos, nocturnos e em folgas rotativas. (Projecto de Lei 283/X).

Ensino/Juventude

- Altera a Lei de Bases do Sistema Educativo. (Projecto de Lei 52/X/1)
- Define o número máximo de alunos por turma no ensino não superior. (Projecto de Lei 114/X/1)
- Define um sistema nacional de coadjuvação docente especializada nos estabelecimentos públicos do 1.º ciclo do ensino básico. (Projecto de

Lei 115/X/1)

- Regula o regime jurídico dos manuais escolares e de outros recursos didácticos. (Projecto de Lei 181/X/1)
- Introduz o ensino multilingue nos estabelecimentos públicos de educação e de ensino (Projecto de Lei 201/X/1)

Fiscalidade

- Altera as regras do sigilo bancário para garantir o combate eficaz à fraude fiscal. (Projecto de Lei 68/X/1)
- Altera o código do imposto municipal sobre imóveis no caso dos prédios cuja propriedade esteja registada em regiões com regime fiscal claramente mais favorável. (Projecto de Lei 73/X/1)
- Estabelece o imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas. (Projecto de Lei 89/X/1)
- Regula as vantagens fiscais obtidas no contexto de ofertas públicas de aquisição. (Projecto de Lei 244/X).

Questões ambientais

- Cria a área de paisagem protegida da Baía de São Paio. (Projecto de Lei 15/X/1)
- Criação da área protegida da reserva Ornitológica do Mindelo. (Projecto de Lei 16/X/1)
- Suspende a vigência do Decreto-Lei n.º 72/2003, de 10 de Abril, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 164/2004, de 3 de Julho, assegurando o pleno cumprimento do princípio da precaução em matérias ambientais. (Projecto de Lei 41/X/1)
- Estabelece medidas de incentivo à reciclagem de pneus usados. (Projecto de Lei 276/X)

Meios de Comunicação

- Regulação da concentração da propriedade dos meios de comunicação social. (Projecto de Lei 21/X/1)
- Altera a Lei da Rádio, aprovada pela Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro, promovendo a difusão radiofónica da música portuguesa. (Projecto de Lei 88/X/1)
- Obriga à realização de concurso público e à representação e cumprimento de um caderno de encargos para a atribuição e renovação de licenças e autorizações de exercício de actividade de televisão (altera o Capítulo II da Lei da Televisão - Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto). (Projecto de Lei 167/X/1)
- Altera o Estatuto dos Jornalistas (Projecto de Lei 342/X)
- Altera a Lei da Televisão, (Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto) (Projecto de Lei 338/X)

Imigração

- Altera a Lei da Nacionalidade e revoga o re-

gulamento da Nacionalidade. (Projecto de Lei 18/X/1)

- Atribuição de autorização de residência aos cidadãos estrangeiros inscritos ao abrigo do artigo n.º 71.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril e do artigo n.º 6.º do Acordo sobre contratação recíproca, assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, a 11 de Julho de 2003. (Projecto de Lei 129/X/1)

Saúde

- Consagra as associações dos direitos e interesses dos utentes do sector da saúde. (Projecto de Lei 44/X/1)
- Consagra a integração da Medicina Dentária no Serviço Nacional de Saúde e a Carreira dos Médicos Dentistas. (Projecto de Lei 86/X/1)
- Estabelece a implementação de um projecto-piloto destinado ao combate e prevenção de doenças infecto-contagiosas em meio prisional. (Projecto de Lei 189/X/1)
- Regime de dispensa de medicamentos ao público pelas farmácias hospitalares do SNS. (Projecto de Lei 325/X)
- Carta dos Direitos de Acesso aos cuidados de saúde pelos utentes do Serviço Nacional de Saúde. (Projecto de Lei 273/X)
- Preços máximos de venda ao público dos medicamentos não sujeitos a receita médica. (Projecto de Lei 281/X)

Direitos reprodutivos

- Despenalização da interrupção voluntária da gravidez (Projecto de Lei 12/X/1).

Defesa

- Condicionamento da intervenção das forças militares, militarizadas e de segurança portuguesas no estrangeiro. (Projecto de Lei 179/X/1)

Justiça

- Altera o Código Penal. (Projecto de Lei 353/X)
- Altera o regime das custas judiciais e dos encargos da justiça. (Projecto de Lei 265/X)

Sistema político

- Lei eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira. (Projecto de Lei 42/X/1)
- Limitação de mandatos dos eleitos locais. (Projecto de Lei 34/X/1)
- Limitações temporais às nomeações para o exercício das funções de Primeiro-Ministro e de Presidente do Governo Regional. (Projecto de Lei 35/X/1)
- Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares (Altera a Lei n.º 5/93, de 1 de Março). (Projecto de Lei 36/X/1)

- Alarga as competências dos órgãos deliberativos das autarquias locais. (Projecto de Lei 76/X/1)
- Altera o modelo de financiamento das autarquias locais. (Projecto de Lei 154/X/1)
- Altera a Lei Eleitoral da Assembleia da República, introduzindo o requisito da paridade. (Projecto de Lei 221/X)
- Altera a Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto (Estabelece o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos). (Projecto de Lei 254/X)
- Altera a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, aplicando todos os mecanismos de fiscalização prévia aí previstos às Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais. (Projecto de Lei 278/X)

Cultura

- Altera a Lei do Videograma aprovada pelo Decreto-Lei n.º 39/88, de 6 de Fevereiro, e alterada pelo Decreto-Lei n.º 350/93, de 7 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 121/2004, de 21 de Maio. (Projecto de Lei 109/X/1)
- Institui o Estatuto do Bailarino Profissional de Bailado Clássico ou Contemporâneo. (Projecto de Lei 30/X/1)

Questões científicas

- Estabelece os princípios da investigação científica em células estaminais e a utilização de embriões. (Projecto de Lei 126/X/1)
- Diagnóstico genético pré-implantação e intervenções na linha germinativa. (Projecto de Lei 140/X/1)
- Regula as aplicações médicas da procriação assistida. (Projecto de Lei 141/X/1)

Direitos

- Altera a Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho, que regula a iniciativa legislativa de cidadãos. (Projecto de Lei 33/X/1)
- Proíbe as discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na deficiência. (Projecto de Lei 163/X/1)
- Define regras para a defesa e reforço dos direitos dos utentes das auto-estradas. (Projecto de Lei 164/X/1)
- Altera o Código Civil, permitindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo. (Projecto de Lei 206/X/1)
- Impõe medidas para protecção e melhoria dos direitos dos consumidores na área das telecomunicações. (Projecto de Lei 301/X)
- Altera a Lei Tutelar Educativa, aprovada pela Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro, concatenando-a com o princípio do direito penal do facto. (Projecto de Lei 303/X)

Outros

- Suprime regimes especiais de aposentação para gestores públicos e equiparados e titulares de cargos políticos. (Projecto de Lei 95/X/1)
- Regime jurídico da actividade de dragagem e extracção de inertes no domínio hídrico. (Projecto de Lei 198/X/1)
- Política tarifária nos sistemas de transporte público (Projecto de Lei 169/X/1)
- Determina o encerramento das grandes superfícies comerciais aos domingos e feriados. (Projecto de Lei 329/X)
- Regime Jurídico do Arrendamento Urbano para Habitação. (Projecto de Lei 174/X/1)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A actividade do Departamento Internacional foi objecto de debate e informação documentada à Mesa Nacional. Logo após a última Convenção, o Bloco participou com uma delegação alargada na contra-cimeira e nas manifestações anti-G8 na Escócia. Ao longo dos últimos dois anos, o Bloco organizou dezenas de sessões de divulgação da situação no Iraque (acompanhadas do filme sobre o massacre de Falluja), enviou uma delegação alargada ao Sahara Ocidental, que resultou em iniciativas políticas descentralizadas pelo país; interveio sobre a situação dos trabalhadores temporários portugueses na Holanda; organizou em Tavira (Julho de 2006), a primeira Universidade de Verão do Partido da Esquerda Europeia, a cujo congresso enviou delegados eleitos em reunião da Mesa Nacional. Miguel Portas participou em viagens de solidariedade à Palestina e ao Líbano. O Bloco fez-se representar em assembleias preparatórias do Fórum Social Europeu, em Maio de 2006, em Atenas, onde se garantiu uma participação alargada. Foram organizadas duas conferências internacionais em parceria com o GUE: “Imigração, Democracia e Integração”, em Dezembro de 2005; e “A Cidade é de Todos”, em Março de 2007. Na sequência da visita de Miguel Portas a Paris, no dia da maior das manifestações anti-CPE em Março, organizou-se em Lisboa um debate sobre impressões dessa viagem.

No início de Maio realizou-se em Lisboa, com Francisco Louçã e um membro da coordenadora estudantil francesa, um outro debate sobre precariedade. A América Latina foi igualmente objecto de debate, agora no Porto, em Junho, com a participação de mais de uma centena de pessoas. O debate foi introduzido por Boaventura de Sousa Santos. No final de Janeiro, teve lugar em Lisboa, por nossa iniciativa, um encontro unitário de eurodeputados pelo Sim.

O Bloco acompanhou a actividade do Partido da Esquerda Europeia através da sua representação, tanto no Congresso em Outubro de 2005 como as estruturas do partido desde então e em algumas das suas principais iniciativas. Em regra, as reuniões de executiva realizam-se em cidades onde decorrem, também, iniciativas com significado político. O Bloco assegurou presença regular nas reuniões das Conferências Anti-Capitalistas (EACL).

De resto, o Departamento Internacional organizou a permanência das nossas relações bilaterais com partidos da esquerda alternativa e participações em actos públicos. Ao longo de 2006 o DIBE participou num conjunto alargado de congressos e fóruns, por vezes recorrendo a membros da Comissão Política e da Mesa Nacional.

Eis a lista de participações: Congressos do SWP inglês; Assembleia da coligação suíça “À gauche toute”; Fórum Social Mundial em Bamako, Mali; Congresso do Sinn Féin, Irlanda; reunião do espaço Transform em Paris; assembleia preparatória do FSE em Frankfurt; Marxism 2006, escola de formação do SWP em Dublin; Congresso do PCF em Paris; debate sobre a construção de esquerdas de alternativa, Frankfurt; Marxism Festival, Amesterdão; 44 militantes do Bloco e activistas sem partido deslocam-se a Atenas para o Fórum Social Europeu, via Bruxelas; Debate “uma outra Europa é possível”, em Dublin. Congresso da Red Green Alliance em Copenhaga; Debate “Outra esquerda é possível”, em Liège, na Bélgica; Festival euro-mediterrânico do PRC, em Palermo; Congresso do Scottish Socialist Party, Glasgow; Congresso do Respect em Londres.

ENCONTROS SECTORIAIS

Algumas iniciativas nacionais marcaram o calendário do Bloco ao longo destes anos.

Além das já referidas jornadas autárquicas, realizaram-se dois acampamentos de jovens (verões 2005 e 2006), um encontro nacional de activistas pelo Sim (Novembro 2006); o encontro nacional sobre alterações climáticas (Março 2007); o encontro nacional do sector trabalho (Abril 2007) e o encontro de saúde (Abril 2007).

MARCHA PELO EMPREGO E INTERVENÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

A Marcha do Emprego foi a mais destacada iniciativa política na área do trabalho e, com as campanhas eleitorais, a maior realização militante do Bloco neste período.

Pela mobilização dos aderentes e simpatizantes, pela marcação da agenda política e pela mediatização da luta dos trabalhadores, pela construção de um programa alternativo e credível para o mundo do trabalho, pela marcação de uma política de esquerda, a marcha foi um momento alto da nossa luta. A Marcha foi também o produto de uma intervenção permanente junto dos trabalhadores e das suas lutas.

Nestes dois anos, o Bloco esteve na luta ao lado dos precários, dos trabalhadores despedidos e na luta contra o encerramento de empresas; os activistas do Bloco ajudaram a formar CTs e candidataram-se a um número maior de listas; houve uma crescente interligação da intervenção nas empresas com a intervenção parlamentar.

Lutas. O Bloco apoiou e ajudou várias lutas de trabalhadores. De forma múltipla, pelos seus activistas nos locais de trabalho, nas Comissões de Trabalhadores ou sindicatos, com diferenciadas densidades de apoio central e parlamentar.

Nos intermitentes da cultura de Lisboa apoiando plenários de 350 pessoas e apresentando um projecto-lei; na Unicer, Porto, contra a discriminação e a perseguição aos membros da CT; na EFACEC, Porto, lutando com sucesso pela integração de 130 precários; na Quimonda/Infineon, Vila do Conde, denunciando junto dos trabalhadores e no parlamento a precariedade e os horários ilegais de 12 horas dia; na Filobranca, Famalicão, apoiando a luta contra os despedimentos, apoiando activistas que pretendiam fazer uma Comissão de Trabalhadores; na Lisnave/Gestnave, Setúbal, lutando ao lado dos trabalhadores e sendo pioneiros na denúncia dos planos de governo, juntando a luta na empresa com a acção parlamentar; na Hutchinson, Portalegre, ao lado dos imigrantes e dos restantes trabalhadores contra a violação dos direitos; Autoeuropa enfrentando a chantagem da deslocalização; na Manutenção Militar, Lisboa, ou no Arsenal do Alfeite, Almada, na denúncia da situação da empresa, no esclarecimento dos

trabalhadores aliado à intervenção parlamentar; na Sonastel e na Labour Serviços, em Coimbra e em Lisboa contra os despedimentos dos trabalhadores precários, juntando intervenção parlamentar; na Rohde, Feira, ao lado dos trabalhadores e puxando para a luta, desmascarando o governo e a empresa; nos precários dos hospitais de Almada e Setúbal lutando contra os despedimentos; nas Páginas Amarelas contra os despedimentos e tentando puxar a classe à luta; na Soflusa, Lisboa, apoiando a luta contra os despedimentos devido à fusão com a Transtejo; na RTP puxando pela luta e pela radicalidade e apoiando a luta dos precários do Contra-Informação; na Yasaki Saltano, Ovar, contra os despedimentos, puxando pela unidade e pela luta e enfrentando a desorientação sindical; na Vidreira Dâmaso, Marinha Grande, contra o encerramento; nas IPSS do norte pelos direitos dos trabalhadores e contra encerramentos de serviços; nos Centros de Reconhecimento e Validação de Certificação e Competências apoiando os trabalhadores a recibo verde; apoiando os trabalhadores a recibo verde despedidos do Santander/Totta, na ECCO'Let, S. João da Madeira; na Cerâmica de Stª Clara, na Novartis, na Marktest, na Visteon, na Lear, na Faurécia, na portaria e vigilância (que reúne em convívio dia 14), na EMEF, na ALCOA, na Universal Motors e na Philips Portuguesa, nos CTT do Minho. O Bloco esteve com os trabalhadores da OPEL, Azambuja e do METRO, esteve na REN, na BRISA, na NAV, na CPPE, nos CTT ou na COVINA / SAINT GOBAIN, nas Minas da SOMINCOR, na OGMA, na TAP, com professores e enfermeiros precários...

Iniciativa política. Muitos activistas do Bloco participam na dinamização de iniciativas políticas relevantes no mundo do trabalho.

Em Junho de 2006 foi entregue uma petição de precários pela passagem a efectivo com 6500 assinaturas; na Função Pública uma petição entregue em Novembro de 2005, com 5500 assinaturas pela reposição dos direitos na aposentação; nos intermitentes da cultura pelos seus direitos, a decorrer; na Soflusa com o apoio da quase totalidade dos 200 trabalhadores, entregue em Fevereiro 2007; nas legislativas passadas dinamizando uma acção política de 17 Comissões de Trabalhadores de questionamento aos partidos.

O Bloco lançou uma Feira da Precariedade e os seus activistas estão hoje empenhados numa acção de centenas de precários e intermitentes no 1º de Maio, o MayDay. Em Dezembro de 2006 foi entregue uma petição dos trabalhadores da Auto-Europa contra as intenções do governo no âmbito da segurança social, com mais de 2000 assinaturas.

O Bloco esteve em força no passado 1º de Maio com destacadas mobilizações em Lisboa e Porto. Distribuímos milhares de comunicados específicos em empresas e milhares de cópias dos requerimentos parlamentares aos trabalhadores das empresas respectivas. O Bloco mantém o "Participação", agora atrasado, com uma tiragem de 3000 exemplares - a publicação regular de maior tiragem do Bloco. O Bloco distribuiu 25000 comunicados específicos, só para empresas, na campanha do aborto.

Listas sindicais. O Bloco tem dado apoio e fomentado a participação em listas sindicais. Respeitando a diversidade e a pluralidade sindical, tem aumentado a confluência de intenções nestes processos e aumentado o número de empresas onde se lançam listas às CTs.

Apesar dos conhecidos processos fraudulentos, tem aumentado a eleição de aderentes do Bloco. Deve ser realçado que se está a fazer um esforço de promoção de mulheres como candidatas. As listas às CTs da PT e CTT forma lideradas por mulheres.

Nas últimas legislativas o Bloco teve 250 sindicalistas a apoiá-lo publicamente.

Nas próximas, apesar da sectarização sindical, o Bloco terá certamente muitos mais sindicalistas a apoiá-lo - em particular nas CTs.

CAMPANHA DE ADESÕES

A Mesa Nacional debateu e aprovou uma campanha de adesões e respectivas metas distritais, com vista a ampliar a base de aderentes no período que vai até ao Verão.

FINANÇAS

A Mesa Nacional apreciou e aprovou os orçamentos anuais e respectivas contas.

PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A V CONVENÇÃO

Data e lugar

1. A V Convenção Nacional do Bloco de Esquerda (Convenção) tem lugar nos dias 2 e 3 de Junho de 2007, no Fórum Lisboa.

Composição

2. A Convenção é constituída pelos delegados/as que tenham sido eleitos em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Não existem delegados/as por inerência.

4. Para além dos delegados/as, podem assistir aos trabalhos da Convenção na qualidade de convidados/as os restantes aderentes do Bloco de Esquerda no pleno uso dos seus direitos estatutários, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.

5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.

6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

Direcção dos Trabalhos

7. A V Convenção inicia-se com a credenciação dos/as delegados/as e a eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.

8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegados/as. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento - o bom andamento dos trabalhos e o carácter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

9. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

10. É da exclusiva responsabilidade da Mesa o anúncio das votações e a proclamação dos resultados da eleição dos órgãos nacionais.

11. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Acta da Convenção.

12. A Mesa da Convenção assegura a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, de-

signadamente as não previstas neste Regimento.

Intervenções, propostas e debates

13. As/os delegados podem tomar a palavra nos debates sobre a Moção de Orientação e Estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

14. O debate relativo às Moções de Orientação será introduzido por um representante de cada proposta validada, sendo-lhes assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, em tempos iguais para cada Moção em ambos os casos.

15. Cada Moção de Orientação ou plataforma publicada (alínea b) do n.º 22 do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção) tem direito a um tempo global para intervenções dos/as seus delegados proporcional ao número total de delegados/as eleitos/as para a Convenção.

- a) No caso de uma proporcionalidade inferior a 1 %, a Mesa garante como limiar mínimo o direito ao tempo de uma intervenção;
- b) Nenhuma moção poderá ter mais do que dois terços do tempo disponível para debate.
- c) Os/as delegados indicam no boletim de inscrição a Moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegados à Convenção.

16. As/os delegados só poderão dirigir por escrito à Mesa:

- a) requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção;
- b) reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção;
- c) declarações de voto que ficarão anexas à acta da Convenção.

17. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

18. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBates#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegados de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

19. Cada proposta de alteração aos Estatutos considerada para votação poderá ser apresentada por um dos seus proponentes.

20. As propostas globais de Moção de Orientação, incluídas no deBates#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegados/as, devendo as listas dos delegados subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

21. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às Moções de Orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBates#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redactores da Moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegados/as, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

Votações

22. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegado/a.

23. As votações das propostas de Moção de Orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respectivos pontos da Ordem de Trabalhos.

24. As propostas de alteração aos Estatutos são votadas individualmente, não havendo lugar a votação final na generalidade.

25. As Moções de Orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração e às propostas de votação na especialidade relativas à Moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.

26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

Eleição dos Órgãos Nacionais

27. As eleições para os órgãos nacionais - Comissão de Direitos e Mesa Nacional - decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

28. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

29. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17:30 h do primeiro dia de trabalhos até à manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.

30. A apresentação das propostas de listas fica a cargo de um dos seus proponentes, imediatamente antes da

abertura das urnas para início da votação.

31. Cada lista de candidatura indicará um delegado efectivo e um suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respectiva contagem dos votos.

32. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegados/as, têm de obrigatoriamente subscrever uma das Moções de Orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade – em cada sequência de 3 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um dos candidatos/as, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.

33. As listas devem ser entregues na Mesa até às 16:30 horas do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

34. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatos da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

35. A Mesa distribui as actas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

36. A Mesa convida um(a) representante da lista mais votada para a MN a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Início dos trabalhos, eleição da Mesa da Convenção Nacional e alocação de abertura (Sábado 10h30m)

2. Votação do Regimento da Convenção (11h10m)

3. Moções de Orientação Política – apresentações, debate e votação (11h20m)

4. Apresentação das listas para os Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (16h30m)

5. Estatutos – discussão e votação de propostas de alteração (Domingo 09h30m)

6. Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (Encerramento das urnas às 11h30m)

7. Sessão de Encerramento (15h15m).

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

(a negro assinalam-se as alterações)

Justificação:

São essencialmente duas as alterações propostas:

a) Uma maior descentralização orgânica através da consagração das estruturas concelhias (Assembleias e Coordenadoras) como órgãos do Bloco.

b) Agilizar o processo de confirmação de novos aderentes.

Quanto à primeira, decorre do desenvolvimento que estas estruturas vêm tendo, assumindo progressivamente mais relevo na orgânica do Bloco. Já hoje, em diversos distritos, as Concelhias assumem responsabilidades mais amplas que as dos núcleos pelo que se trata de lhes dar expressão estatutária, reconhecendo-lhes diversas competências. Entre

elas as que respeitam à preparação das candidaturas autárquicas e à direcção da actividade política no respectivo âmbito.

Quanto à segunda, propõe-se a redução de 60 para 30 dias do prazo para ratificação dos novos aderentes, introduz-se a figura da sua aceitação tácita em caso de não deliberação atempada e atribui-se à Comissão de Direitos (ao invés da Mesa Nacional) competências de recurso também nesta matéria.

Procurou-se minimizar o número de alterações aos Estatutos, (designadamente não alargando o número de artigos) mas, ainda assim, por força das incidências das Concelhias em diversos pontos, acabam por incidir em 10 dos 20 artigos estatutários. Aproveitam-se essas modificações para pequenas melhorias na redacção e organização do articulado.

Art. 3º Aderentes

1. São aderentes (...) devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de **30 dias**.

2. (novo) **Excedido o prazo previsto no número anterior a adesão considera-se tacitamente ratificada.**

3. Para efeitos do número 1 consideram-se competentes os Núcleos ou, na sua ausência, as Comissões Coordenadoras **Concelhias**, Distritais ou Regionais respectivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, **a Comissão Política**.

Qualquer decisão negativa é passível de recurso **para a Comissão de Direitos**.

4. Anterior nº 2.

5. Anterior nº 3.

Art. 4º Direitos dos Aderentes

(...)

2. O exercício dos direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento **da quota anual**, quando não seja dispensada nos termos do **número 4 do artigo 5º**

Art. 5º Responsabilidades dos Aderentes

(...)

4. (anterior n. 3 alínea a)

No caso de impossibilidade económica pessoal, o pagamento da quota anual pode ser dispensado, **por decisão da Comissão Coordenadora Concelhia respectiva** ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional competente.

Artº 7º Órgãos

São órgãos do Bloco de Esquerda:

(...)

g) As Assembleias Concelhias

h) As Comissões Coordenadoras Concelhias

i) (anterior g)) Os Núcleos

Artº 9º Comissão de Direitos

(...)

d) Deliberar sobre recursos nos termos **do n. 3 do artº 3º** e do artº 6º.

Artº 10º Mesa Nacional

(...)

3. É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da **quota** anual a pagar por cada aderente.

4. Compete à Mesa Nacional ratificar as listas de candidatura do Movimento a cargos públicos electivos, sob proposta das Assembleias Distritais ou Regionais, bem como a definição das linhas de orientação política dos eleitos, **salvo o disposto no número seguinte.**

5. (novo) Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais a Mesa Nacional pode avocar para ratificação as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais, sob proposta das Assembleias Concelhias.

Artigo 12º Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias

1. As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias são compostas pelos aderentes respectivos e compete-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento, a actividade política do Bloco de Esquerda.

2. As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias elegem as respectivas

Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos.

3. (anterior nº 5)

4. (novo) Compete às Assembleias Concelhias propor às Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais.

Artigo 13º Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias

1. As Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias exercem o mandato conferido pelas Assembleias que os elegeram, dirigindo no respectivo âmbito, e de acordo com a política do Movimento, a actividade do Bloco de Esquerda.

2. As Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias podem eleger, entre os seus membros, um Secretariado para tarefas de representação, de execução e aplicação das suas deliberações.

3. (novo) Compete às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais organizar a eleição dos representantes à Convenção Nacional, nos termos do respectivo Regulamento.

Artigo 15º Núcleos

1. Os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos, os quais reúnem em plenários, convocados nos respectivos âmbitos, organizando-se do modo que considerem mais adequado.

2. A constituição dos Núcleos está sujeita a ratificação da Comissão Coordenadora Concelhia respectiva ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional.

3. (anterior nº 2.)

Artigo 18º Sistema de Votação

(...)

3. anterior alínea a) do nº 2 com a seguinte redacção:

Nas votações de âmbito distrital, regional ou concelhio o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respectivos regulamentos.

4. anterior nº 3. com a seguinte redacção:

A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respectivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5. anterior nº 4

Proposta aprovada pela Mesa Nacional reunida a 14 de Abril de 2007

Moção A

A ESQUERDA SOCIALISTA COMO ALTERNATIVA AO GOVERNO SÓCRATES

[Consulta o blog de debate em <http://bloco2007.blogspot.com/>]

A V Convenção do Bloco de Esquerda afirma a construção de uma esquerda protagonista, com mais activismo, mais organização e mais acção política. Nos próximos dois anos, a prioridade do Bloco é a do reforço da luta social que responda ao governo Sócrates.

Apelando a quem recusa o liberalismo económico e criando novos diálogos e plataformas para a modernização da sociedade portuguesa, a esquerda socialista enfrenta a maioria governamental. O Bloco quer abrir os caminhos da alternativa política nas lutas de hoje e empenha-se, sem sectarismo, nas mobilizações sociais que dão corpo a essa alternativa.

O Bloco tem definido a sua política nas respostas às grandes questões do presente, como o desemprego, a precariedade, a defesa dos serviços públicos e da segurança social. Temos também lutado contra todas as discriminações e injustiças que desenharam o código genético do capitalismo na era da globalização. Nesta Convenção, a esquerda socialista desenvolve essa mesma inquietação e determinação, convocando à reflexão sobre as alterações climáticas. O planeamento dos recursos colectivos, contra a cegueira dos mercados, e a mobilização das capacidades sociais contra a irresponsabilidade, são urgências que definem a civilização. A esquerda deve ser portadora de um projecto de revolução ecológica, que assume como parte integrante do processo de transformação socialista.

1. AS ESCOLHAS DO BLOCO DE ESQUERDA

1.1. O governo Sócrates tem vindo a desenvolver, de forma sistemática, uma política que promove a insegurança e o medo social. Em consequência, as vítimas da ofensiva do liberalismo económico têm vindo a desenvolver respostas defensivas, mesmo quando estas se traduzem em grandes mobilizações que enchem as ruas.

Ao mesmo tempo, o governo protegeu as suas escolhas com uma ofensiva ideológica bem sucedida, que afirma que as políticas seguidas são indispensáveis e, além disso, as mais modernas. A capacidade que o governo tem revelado na polarização do eleitorado do centro e da direita, a par da manutenção de uma alargada influência popular, só é explicável pela combinação destes factores. Em consequência, a esquerda socialista deve disputar tanto a política, como a base da ideologia do governo.

Na política, deve contribuir para apresentar propostas realizáveis e mobilizadoras, que respondam às aspirações da maioria da população. Assim temos procedido. As propostas do Bloco para um novo regime de financiamento da segurança social, que garante a sua sustentabilidade, e para uma política de emprego assente na proibição dos despedimentos abusivos, na redução do horário de trabalho, no ataque à precariedade e às deslocalizações, na promoção da formação-emprego, são exemplos que demonstram como a política de esquerda tem respostas para a crise social dos dias de hoje.

Na ideologia, deve apresentar uma visão da modernidade que combina a luta social em todas as questões decisivas com a defesa intransigente das liberdades individuais, do cosmopolitismo das culturas migrantes e dos direitos que afirmam a igualdade, contra as discriminações xenófobas, de género, ou associadas à orientação sexual.

Esta resposta política e ideológica, ao apresentar alternativas viáveis, não defende situacionismos, nem se coloca à defesa na formulação de alternativas: ao propor a realização de um Orçamento de Base Zero ou uma auditoria geral ao Estado e aos seus serviços, o Bloco declara guerra à casta de administradores que, por favores partidários ou inércia, se instalou na gestão de institutos e empresas públicas e municipais, conduzindo a ineficiências que prejudicam todos os cidadãos. O Bloco declara guerra ao sistema social da

corrupção, que se baseia na especulação imobiliária e nos regimes de favorecimento nos negócios, apresentando projectos de cativação das mais valias urbanísticas e de alteração das regras penais. A alternativa ao governo Sócrates não é "o que está", mas sim rigor e justiça; não é menor responsabilidade, mas a modernização dos serviços públicos.

Pela definição dos objectivos e funcionamento dos serviços sociais passa um confronto decisivo entre a esquerda socialista e o governo Sócrates. A lógica privatizadora ataca a universalidade na prestação desses serviços e reproduz e amplifica as desigualdades de tratamento que já existem na sociedade. A sua gestão pública segundo princípios de responsabilidade social, ao invés, deveria conduzir ao fim da paralisia da Função Pública e à melhoria da prestação dos serviços.

O Bloco responde ao desafio ideológico do governo Sócrates: a democracia e o acesso à modernidade dependem da igualdade fundamental de oportunidades. E esta tem na universalidade e qualidade dos serviços sociais a sua primeira condição.

1.2. A V Convenção reafirma o caminho que o Bloco de Esquerda tem seguido desde a sua fundação. A esquerda socialista é um movimento organicamente plural, politicamente activista, e que aspira a representar uma parte importante da população, em particular, de trabalhadores e de jovens. Desde a anterior Convenção, o Bloco disputou eleições autárquicas, disputou eleições presidenciais como alternativa à direita e aos candidatos da área governamental, desenvolveu uma vasta intervenção parlamentar em S. Bento como na região da Madeira e na União Europeia, marchou pelo Emprego, defendeu alternativas realizáveis para a segurança social, combateu as privatizações e a corrupção, denunciou grandes operações financeiras nas telecomunicações e na banca, contribuiu eficazmente para a vitória no referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, bateu-se pela legalização dos imigrantes, pelos direitos das lésbicas e gays, mobilizou trabalhadores precários e vem travando uma longa batalha de opinião contra a guerra infinita.

Neste percurso, o Bloco mudou porque se alargou. Elegeu em 2005, pela primeira vez, uma rede nacional de autarcas nas juntas de freguesia, assembleias municipais e vereações; mudou na sua acção nas lutas sociais; e mudou, assumindo uma presença pública mais abrangente. Mas o Bloco deve mudar muito mais: a apresentação de alternativas exige mais trabalho,

mais pensamento político inovador, mais profundidade, maior abertura e mais ousadia. A V Convenção assume essa responsabilidade.

2. A CRISE DO IMPÉRIO

2.1. Ao longo dos anos que se seguiram à sua vitória na Guerra-Fria, os EUA ampliaram o seu poder e ambição, desencadeando novas guerras quentes e frias, tanto em escala local como planetária. O domínio militar e económico de regiões estratégicas, como o Médio Oriente, e a conquista de novos mercados para a recuperação da acumulação de capital, em particular privatizando bens e serviços públicos, determinam a agressividade desta nova era da mundialização do capitalismo.

O domínio imperial articula-se numa densa teia de alianças com poderes regionais, suportada por uma ideologia violentamente conservadora, pelas estratégias do complexo militar-industrial e das finanças que regem as relações internacionais.

2.2. A nova ordem imperial tem numerosos elos fracos. No Médio Oriente como na América Latina, nas relações com a Rússia ou com a China, nas guerras que promove e o enfraquecem, ou na desregulação financeira internacional, o Império exhibe a sua vulnerabilidade.

A nova ordem configura-se como desordem aos olhos das opiniões públicas. Apesar da sua imensa superioridade militar e securitária, a política da administração Bush tem multiplicado as mais variadas resistências, muitas das quais sem conteúdo democrático ou socialista. Nacionalismos e populismos - não raro, fundamentalistas e reaccionários - têm beneficiado do quadro geral de caos e insegurança para se projectarem. **Nas principais regiões do mundo, não tem sido a alternativa socialista a afirmar-se como alternativa ao Império. O Bloco contribuirá para as plataformas e iniciativas que iniciem respostas a esse gravíssimo défice.**

2.3 O Império está a ser derrotado no Iraque. A ocupação militar começou com uma mentira na Cimeira das Lajes, cujo anfitrião foi Durão Barroso, e tornou-se um pesadelo sem saída, como o demonstram a intensificação da guerra civil, o reforço da influência iraniana e o altíssimo nível de baixas entre as forças de ocupação. Fracassou a estabilidade indispensável à exploração petrolífera pelas grandes empresas norte-americanas. De momento, o único verdadeiro ganhador é o com-

plexo militar e securitário que beneficia da própria privatização da guerra.

A guerra infinita teorizada pelos neo-conservadores está assim a sofrer a sua primeira grande derrota no Médio Oriente. É ela que explica a divisão actual em Washington, entre os defensores da escalada da guerra como caminho para uma retirada adiada para a eternidade, ou a retirada de tropas a curto prazo, provavelmente em desastre. Esta divisão reflecte ainda a fractura entre os que defendem uma nova frente de guerra contra o Irão e os que preferem o relacionamento com os outros poderes da região, em nome do comércio internacional e do acesso ao petróleo.

As raízes da tragédia no Médio Oriente mergulham, contudo, no conflito israelo-palestiniano, agravado pela violência da ocupação de território, pela construção do Muro, destruição das infraestruturas e pelo bloqueio promovido pelos Estados Unidos e Israel, com a cumplicidade da União Europeia, às decisões eleitorais dos palestinianos. A derrota de Israel na guerra que desencadeou no Líbano é um sinal de mudança. Mas enquanto o conflito israelo-palestiniano não for resolvido, o Médio Oriente não terá Paz.

Envolvido nos movimentos contra a guerra e solidário com o povo palestiniano, o Bloco bate-se pela resolução política dos conflitos no Médio Oriente e exige do governo português e da União Europeia uma acção independente de Washington, pelo fim das ocupações militares e das ingerências políticas. Exige, muito em particular, o reconhecimento do governo e o imediato fim do embargo à Palestina.

2.4. O Império tem sofrido reveses importantes na América Latina. Políticas de distribuição da renda petrolífera em serviços que beneficiam as populações mais pobres da Venezuela, de nacionalização dos recursos energéticos na Bolívia e a reconsideração do pagamento da dívida externa pela Argentina têm determinado processos de confrontação. A América Latina está a ser atravessada por uma enorme exigência de justiça social, com fortes mobilizações contra as oligarquias e pela realização de reformas agrárias, como no Brasil e outros países, e pelo direito à apropriação nacional dos recursos naturais.

Assim, as propostas de integração regional entre vários países da América Latina, que procuram novas formas de cooperação económica e energética, têm posto em causa a proposta de George Bush que visa a criação de

uma zona de comércio tutelada pelos EUA, a ALCA.

Na solidariedade com as lutas sociais, o Bloco não tem que se identificar com os regimes e governos. A emergência de alternativas sólidas, comprometidas em simultâneo com as aspirações populares e com a democracia, é um processo longo e contraditório.

Num continente marcado pela história de ditaduras militares, pela destruição das comunidades indígenas, pela sobre-exploração dos trabalhadores e dos camponeses, mas também pelo populismo que tantas vezes traiu as exigências de justiça, o Bloco acompanhará este caminho com toda a solidariedade e sem dispensar o sentido crítico.

2.5. A aprovação, pela reunião anual do parlamento da China, de uma nova lei que estabelece os direitos da propriedade privada, representa um passo na promoção da acumulação capitalista que domina grande parte do país. Actualmente, dois terços do produto da China é gerado por empresas privadas, e o investimento do sector privado cresce muito mais depressa do que o do público, a braços com grandes dificuldades nos sistemas de saúde e educação.

A China é, entre os países emergentes, aquele onde se está a gerar o crescimento mais rápido do capitalismo. Este beneficia da imposição de um regime opressivo de partido único, onde os sindicatos que sejam expressão da vontade dos trabalhadores são proibidos, e os cidadãos não se podem organizar e exprimir as suas opiniões.

O peso do superávit da balança comercial da China e, em consequência, a concentração de títulos da dívida pública norte-americana na propriedade dos bancos chineses, cria uma tensão internacional com interdependências estreitas. Como se verificou em Março de 2007, a Bolsa de Xangai tornou-se um dos epicentros de crises especulativas, cujas réplicas são imediatamente sentidas em Nova Iorque ou Londres. A adesão da China à Organização Mundial do Comércio, a principal instituição mundial para a promoção do liberalismo económico, acentua esta interdependência.

2.6. Desde o seu nascimento, o Bloco definiu-se como parte integrante do movimento dos movimentos contra o capitalismo global e a estratégia do Império, e contra as desigualdades que são a sua consequência.

Esse movimento alter-global desenhou novas formas de internacionalismo, em particular com a actuação

directa da opinião pública internacional contra a guerra do Iraque. Ele reclama esse princípio da responsabilidade colectiva ante as tragédias da pobreza e da delapidação dos recursos naturais e determina a busca permanente de novas agendas políticas e sociais que exprimem a rejeição da guerra, reclamam a retirada das tropas do Iraque e do Afeganistão, e a defesa do direito dos povos à auto-determinação.

O Bloco acompanha a experiência da luta política de outros partidos e movimentos e continuará a estar presente nos fóruns sociais, estabelecendo diálogos e solidariedade em todos os continentes nas confrontações contra o Império, em nome de "outro mundo que é possível"

3. A EUROPA PRESA NA CONSTITUIÇÃO LIBERAL

3.1. Apesar das proclamações dos governos por ocasião do 50º aniversário do Tratado de Roma, a União Europeia atravessa uma profunda crise social e institucional.

A crise social é o resultado de duas décadas de políticas neo-liberais que se transformaram numa máquina de exclusão e de privatização. Elas ganharam um novo impulso com o Pacto de Estabilidade, que tutela as escolhas económicas nacionais, retirando-lhes a autonomia necessária para programas de criação de emprego; que confere um poder excepcional ao Banco Central Europeu, que tem no controlo da inflação o seu único objectivo, mergulhando os países em patamares de crescimento medíocres, quando não de recessão; que justifica as privatizações e desagrega as políticas públicas. Ao escolher a competitividade como lei primeira e última das economias, impede a cooperação europeia para políticas de segurança social ou de criação de emprego. O Pacto de Estabilidade é o principal factor de crise da Europa.

A crise institucional é o resultado combinado desta crise social e da estratégia de alargamento a Leste. Sem projecto social e sem vinculação de direitos, a União é um mercado; sem verdadeira cidadania, a União revela-se como um poder distante e, não raro, autoritário; sem obrigações sociais, o liberalismo económico diminui as liberdades.

A proposta de Tratado Constitucional visava responder a estes dois aspectos: por um lado, consagrar constitucionalmente o liberalismo económico; por outro lado, redistribuir os poderes em benefício de um Directório

dos governos dos maiores países. **Apesar desse texto ter sido rejeitado em referendo pela França e pela Holanda, os próximos dois anos serão marcados pela tentativa de o recuperar, evitando o debate popular que só a legitimação referendária permitiria.**

A crise institucional é ainda marcada pelo peso da história das divisões europeias em múltiplos domínios. Ante a política armada de Washington no Médio Oriente, a União revela-se incapaz de possuir uma política autónoma e independente. Dividida no Iraque, alinha com a NATO no Afeganistão e cede a Israel, não reconhecendo, de momento, o governo da Palestina. Desacordos marcam ainda presença nas relações da União com a Rússia, onde o acesso a fornecimentos de energia e a colocação de novas bases militares norte-americanas na Polónia e na república checa dividem os governos e ameaçam a Europa. E o mesmo se pode dizer sobre a atitude ante a emergência da China na economia internacional, onde o frenesim liberal da Comissão Barroso se confronta, cada vez mais, com um imenso coro de críticas.

3.2. O Bloco de Esquerda defende, desde sempre, uma refundação democrática e social da Europa. Perante o relançamento furtivo do debate sobre o futuro da Constituição, o Bloco exige o cumprimento da promessa de referendo e anuncia, desde já, que votará contra qualquer texto que recupere esse Tratado. Qualquer tentativa de constitucionalizar o liberalismo económico e uma arquitectura dos poderes impedindo regras elementares da democracia, contará com a nossa oposição radical porque nesse voluntarismo autoritário se consagra a destruição da própria ideia de Europa. A nossa alternativa é outra: as próximas eleições para o Parlamento Europeu devem constituir a oportunidade para abrir um processo constituinte democrático. Ao Parlamento competirá escrever a primeira versão de um futuro Tratado, que deverá ser discutido em cada país. O compromisso final deve então ser submetido a referendos nacionais.

O Bloco apresentará as linhas de força de um Tratado da União que seja clarificador dos seus objectivos, dos direitos humanos, sociais e ambientais, e da arquitectura institucional que salvguarde as condições democráticas das escolhas políticas.

3.3. A Constituição liberal está a ser instituída por sucessivos factos consumados. Em 2007, o objectivo é o de criar nas opiniões públicas a convicção de que

o futuro passa pela flexigurança, modelo que assume a total flexibilidade das relações laborais, com a eliminação da justa causa no despedimento, bem como da indemnização, a troca de subsídios durante o período de desemprego – que em Portugal é predominantemente estrutural e permanente. O centro do ataque dirige-se contra a negociação colectiva, e atinge os sindicatos e organizações dos trabalhadores, na expectativa de uma atomização do Trabalho e sua dependência da segurança social, no preciso momento em que esta vem sendo corroída em nome da sustentabilidade.

Durante a presidência portuguesa da UE, as questões constitucionais e a promoção da flexigurança, estarão no topo da agenda política. A manifestação europeia que contestará este modelo durante a Cimeira Social de Outubro, deve marcar uma resposta popular contra a precariedade e por uma alternativa pelo emprego com direitos, acumulando forças para a luta necessária.

3.4. Apesar da necessidade de receber cada vez mais imigrantes, a União Europeia tem vindo a adoptar uma estratégia discriminatória de imigração selectiva. Esta política, que transforma o Mediterrâneo num cemitério de esperanças e de vidas, desenvolve-se num contexto político e cultural islamofóbico e de grave cerceamento das liberdades individuais a pretexto da “luta anti-terrorista”.

O Bloco condena firmemente cada uma destas políticas e a sua articulação global, que resultam numa combinação explosiva de exclusão social, marginalização cultural e guetização política, alimentando a mais perigosa das ideologias actuais – a que procura “ler” o mundo através do “choque de civilizações”.

3.5. Os grandes movimentos anti-guerra, a luta dos jovens franceses contra o Contrato de Primeiro Emprego ou dos estudantes gregos contra o processo de Bolonha, foram importantes sinais de oposição social a algumas das políticas dominantes. Nessas lutas nasce a identidade europeia com que nos identificamos.

3.6. O Bloco coopera com outros partidos e movimentos de esquerda na Europa, para desenvolver convergências, como as que se têm expresso nos Fóruns Sociais, nas manifestações sindicais ou contra as reuniões do G8. O Bloco participa ainda em encontros ou redes que, sendo ideológica ou politicamente diversificadas, constituem pontes para agendas da luta contra o capitalismo. Estivemos na origem da Conferência das Esquerdas Anti-Capitalistas, aderimos ao Partido

da Esquerda Europeia e estamos associados ao Grupo Unitário das Esquerdas no Parlamento Europeu e, regularmente, marcamos presença em variadíssimos fóruns de discussão política à esquerda.

O Bloco não é a secção nacional de nenhuma destas plataformas e nem determina ou discute a sua tática política com nenhuma delas. Do mesmo modo, não se pronuncia sobre as escolhas táticas de outros partidos.

Isto não significa que o Bloco se prive de opinião sobre escolhas políticas dos governos europeus, independentemente da sua composição. **Criticamos o governo português por manter uma presença militar no Afeganistão. Essa crítica é naturalmente extensiva a todos os governos que mantêm idêntica posição.**

No próximo congresso do Partido da Esquerda Europeia, em finais de 2007, o Bloco reafirmará a sua coerência com a plataforma originária desta rede de partidos e militantes. O Partido da Esquerda Europeia só pode ser uma plataforma europeia de ruptura com as políticas liberais e autoritárias da União. É por isso que a sua coerência deve promover a construção de uma resposta europeia à guerra, ao desemprego, à precariedade e aos ataques à segurança social. O Bloco não mudou de pontos de vista acerca da necessidade destas alternativas, e contribuirá para o seu desenvolvimento em escala europeia.

4. O SITUACIONISMO ENTRE A AGRESSIVIDADE SOCIAL E O CONFORMISMO POLÍTICO

4.1. Durante os dois anos que decorrem desde a sua eleição, o governo Sócrates desenvolveu uma política que combina agressividade política, conduzindo a uma mudança profunda das normas sociais, com o agravamento da desigualdade, da pobreza, do desemprego e da precariedade.

Esta estratégia é coerente: os governos PSD-CDS iniciaram e o governo PS conduz agora transformações sociais que conduzem a uma sociedade mais liberal, mais irresponsável e mais desigualitária. Assim, nas políticas concretas, o Governo PS, com a co-habitação cooperante com Cavaco Silva, lidera a ofensiva anti-social.

Esta política assenta em três grandes escolhas. Em primeiro lugar, a escolha do desemprego de longo prazo e da precarização das relações laborais como condição

para a rentabilidade a curto prazo dos sectores exportadores. Essa escolha não é nova. Mas assumiu agora uma extrema agressividade: enquanto se regista a passagem de uma conjuntura de recessão prolongada para uma ligeira recuperação económica, o desemprego continua a aumentar. Sócrates chegou ao poder com 412 mil desempregadas e desempregados, segundo as estatísticas oficiais, e atingem-se agora os números mais elevados dos últimos vinte anos, 459 mil. A reorganização da economia faz-se com mais desemprego, com a precarização dos novos contratos, e portanto com um modelo de salários baixo e redução de direitos.

A reforma da administração pública é agora o principal instrumento dessa escolha, tanto pela limitação da oferta de serviços quanto pela marginalização, como supra-numerários, de dezenas de milhares de funcionárias e funcionários.

Se o governo conseguir impor em quatro anos esta reforma, terá feito avançar a ideia de que o desemprego é inevitável e que, portanto, a sociedade portuguesa deve aceitar a divisão entre quem tem um salário e quem dele é excluído. Um dos efeitos já conseguidos por estas políticas é a criação da "geração 500 euros", que só consegue biscates, contratos de curto prazo ou ocupação através das agências de trabalho temporário.

Em segundo lugar, a política do governo assenta na criação de novas oportunidades de negócio, protegendo com uma renda paga pelo Estado, sob a forma de subvenções públicas, os monopólios privados que gerem serviços sociais. Esta estratégia conduziu à privatização da energia, da água e de outros serviços e é predominante na desagregação do Serviço Nacional de Saúde, seja através do ataque às suas competências, como a da rede de cuidados primários, seja através do grande negócio anunciado para as parcerias público-privado na gestão dos novos hospitais. Na educação, esta política tem conduzido ao sub-financiamento do ensino superior público, para o desqualificar.

Em terceiro lugar, a estratégia do governo assenta na mudança de regime social, em particular na segurança social. Esta determina as normas de repartição do esforço tributário entre gerações. Ao introduzir o princípio da redução da pensão futura ou do aumento da idade da reforma, o Governo Sócrates atinge o pilar essencial deste regime.

Todas estas escolhas são neo-liberais. Protegem e acrescentam os privilégios de uma classe dominante cujos

principais instrumentos de acumulação são exportações baratas com trabalho barato, ou a especulação financeira e a apropriação de rendas garantidas nas obras públicas ou no negócio das privatizações dos serviços sociais fundamentais. **Esta elite dominante é a principal responsável e beneficiária da crise que o país atravessa.**

4.2. Uma das consequências desta estratégia é a devastação do território, transformado por via da especulação imobiliária, do favorecimento legal e da corrupção, num dos recursos mais importantes para a criação e valorização de fortunas. O turismo serve de justificação para se tornearem as leis, se imporem desanexações às reservas agrícolas e ecológicas e aos parques naturais, e se privatizarem os usos do espaço público em função do rendimento. Estes processos especulativos têm como consequência o aumento do preço da habitação, reforçam a perda de qualidade de vida enviando a população para as periferias e agravam a marginalização social.

Esta política tem igualmente uma outra consequência: o interioricídio, com a campanha de destruição dos serviços de proximidade (correios, escolas, serviços de saúde e outros) a pretexto da sua concentração. A manifestação de identidades locais contra esta desagregação é um sinal de que uma parte da população não aceita esta lógica da rentabilidade em prejuízo da igualdade de acesso aos serviços fundamentais. **Nenhuma opção técnica de racionalização de serviços pode ser realizada sem alternativas que beneficiem as populações.**

4.3. Na política externa, o governo tem sido continuista, tanto na Europa como no mundo. Defensor do projecto fracassado de Constituição Europeia, procura restabelecê-lo. Fiel aos compromissos com Washington, mantém contingentes militares nacionais em acções da Nato, com destaque para o Afeganistão, e tem protegido os seus antecessores, ou a sua própria acção, no escândalo dos voos da CIA para Guantanamo, criando obstáculos à investigação deste dossier.

A presidência do Conselho da União Europeia pelo Governo português deve ser por isso um momento de mobilização, de diálogo e de convergência entre as esquerdas sociais e políticas da Europa para a oposição a uma Constituição liberal e para a defesa de respostas conjugadas ao desemprego, à precariedade e ao desmantelamento dos serviços públicos.

5. DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS DAS ESQUERDAS SOCIAIS

5.1. O Bloco de Esquerda nasceu em resposta a um défice: a falta de esquerda com a falta de alternativa. A sua estratégia está comprometida com a resposta a esse défice.

A construção de uma alternativa política com peso maioritário é muito exigente. Exige uma alargada experiência social da confrontação com a exploração, as desigualdades e as injustiças, a partir do quotidiano da maioria da população. E exige um pensamento crítico, que invente respostas, que destrua ideias feitas, que combata em particular o espectro da inevitabilidade das soluções liberais.

O Bloco de Esquerda contribuirá para a criação dessa alternativa, procurando mobilizar respostas coerentes na oposição ao governo Sócrates. A prioridade nesse confronto está nas grandes questões sociais.

5.2. Uma das frentes do ataque governamental é a redefinição do Serviço Nacional de Saúde para abrir campo à liberalização. A resposta do Bloco é que o SNS deve ser reformado em profundidade, baseando-se numa rede de sistemas locais que dêem prioridade aos cuidados primários e à medicina familiar; na criação de farmácias hospitalares públicas que revolucionem o actual sistema de distribuição de medicamentos; e numa gestão do SNS que garanta a cobertura universal, sendo assente numa carreira dos profissionais de saúde do sector público.

O Bloco deve ser uma força propulsora da participação popular, que é a chave da defesa dos serviços públicos. A dinâmica do referendo sobre o aborto demonstrou que ela é possível. A defesa de um SNS moderno e universal deve ser impulsionada por um movimento cívico que crie uma base alargada de convergências e diálogos na mobilização.

5.3. Um programa de combate ao desemprego e à precariedade é a urgência nacional. A redução do desemprego e da precarização, como foi proposto pela Marcha pelo Emprego, exige a articulação de medidas de rejeição das falências fraudulentas, das deslocalizações e dos despedimentos abusivos, com políticas de redução do horário de trabalho e de distribuição das horas extraordinárias necessárias por novos postos de trabalho, com contratos de formação-emprego.

Como o fez com a apresentação de uma resposta para a segurança social, o Bloco deve fundamentar as suas alternativas em todas as questões sociais que afectam a população trabalhadora, demonstrando que é necessário, mas também possível, fazer escolhas políticas de solidariedade contra o cancro da liberalização que corrói os serviços sociais.

Na campanha eleitoral que deu a maioria absoluta a Sócrates, o Bloco apresentou um programa de governo que constituiu o seu compromisso com os eleitores, e que formulava uma alternativa clara ao PS, demonstrando que as respostas aos problemas exigem uma governação comprometida com prioridades sociais. Mantemos esse rumo e esse compromisso de propostas de alternativa.

5.4. A construção de alternativas exige ainda uma política aberta e promotora de convergências na esquerda e na vida social. E essa não é uma condição acessória da política. É a condição de conhecimento de uma sociedade complexa, com correntes distintas e atravessada por mutações profundas. É a condição para aproximações unitárias entre mulheres e homens de convicções diferentes, que querem mudanças concretas e uma alternativa política contra a governação que temos tido.

Para esses diálogos, o Bloco dirige-se sem excepção a todas e a todos os que na esquerda social ou política rejeitam as estratégias do governo e estão disponíveis para o esforço prioritário de procurar definir e apresentar soluções para a crise nacional e para o impasse europeu. Em particular, dirige-se aos que no PS ou nos movimentos sociais, com ou sem partido, rejeitam e rompem com as orientações do governo nas grandes questões da política, como a privatização do SNS, da água, da energia, a desagregação da Função Pública ou o favorecimento da contratação individual e da precariedade, que conduzem ao desemprego.

Nessas convergências, as questões prioritárias para o Bloco são as que permitem passar da defensiva e da resistência para a ofensiva e para a proposta, nomeadamente:

- A recuperação da regra legal da passagem dos contratos a prazo a efectivos ao fim de um ano de trabalho,
- A restauração da contratação colectiva e do princípio do tratamento mais favorável para o traba-

lhador. Rejeição da flexigurança e a revogação do Código do Trabalho de Bagão Félix,

- A promoção de um SNS assente nos centros de saúde e na medicina familiar, com um apoio hospitalar competente, recusando as parcerias público-privado na gestão dos novos hospitais,
- A reavaliação rigorosa das necessidades em todos os serviços públicos como condição do desenvolvimento das políticas de educação, saúde, segurança social e redução da pobreza, em nome de um mapa nacional de igualdade e da optimização dos recursos humanos na Função Pública que rejeita a política de despedimentos,
- A modernização do sistema educativo e das funções da escola, em nome do combate ao abandono escolar, da igualdade de acesso a aprendizagens exigentes e qualificantes e do direito à formação ao longo da vida,
- O combate ao sistema social da corrupção, com a prioridade à investigação criminal da corrupção e com a regra da cativação pública das mais valias urbanísticas,
- A proposta de um processo constituinte europeu com a participação dos cidadãos e dos Estados, definindo as regras de funcionamento de uma União para políticas sociais europeias.

As convergências à esquerda devem ser processos abertos de opinião e de proposta que, nestas matérias como noutras, permitam criar movimentos de acção e proposta.

Para o Bloco, a prioridade é clara e é a política que acumule forças para desgastar e vencer as imposições anti-sociais do governo.

5.5. O Bloco tem a responsabilidade do aprofundar as suas propostas, explorando novas questões e aprendendo com a vida social. Continuamos a dar uma importância fundamental às políticas da igualdade, que têm agora como principal alvo a violência de género. Defendemos o princípio da paridade, recusamos a opressão de género, e portanto, todos os tipos de violência que a suportam.

Na mesma agenda se incluem o combate aos ódios homofóbicos, o respeito pelo direito ao divórcio ou a aceitação do princípio da liberdade de escolha da morte assistida.

6. A RESPOSTA CIVILIZACIONAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

6.1. Uma das questões mais actuais é a resposta às alterações climáticas. Tendo sido um tema fortemente controverso, a evidência de que o forte crescimento das emissões de dióxido de carbono (CO₂) e de outros gases de efeito de estufa (GEE), resultante das actividades humanas, tem uma relação estreita com o aquecimento global, é hoje um consenso generalizado entre a comunidade científica e entrou no debate político. A justiça ambiental deve ser portanto um dos temas nucleares das convergências à esquerda, para envolver novas gerações de activistas e para mobilizar respostas de fundo às questões de fundo.

O 4º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (2007), regista as provas da existência da maior concentração de CO₂ dos últimos 650 mil anos. A quantidade de carbono emitido é o dobro do que os ecossistemas podem absorver.

As consequências, que já hoje se manifestam, são devastadoras: a saturação poluente amplia o efeito estufa natural, determinando o aumento da temperatura média do planeta. Os 12 anos mais quentes desde 1850 registaram-se entre 1995 e 2006. O degelo das montanhas e dos pólos acelera-se, determinando a subida do nível médio do mar e a alteração das correntes marítimas. Intensificam-se os fenómenos meteorológicos extremos, como os ciclones, as cheias, as secas e as ondas de calor. Todos os cenários apontam para a catástrofe humana, derivada do avanço da desertificação e da escassez de água, da inundação de extensas áreas habitadas, do ritmo de extinção das espécies e perda de áreas cultiváveis, da propagação de doenças.

A União Europeia adoptou o objectivo de "limitar o aumento da temperatura média global a menos de 2°C relativamente aos níveis pré-industriais". Para isso, as concentrações de GEE "deverão permanecer a um nível bastante inferior" ao dobro do da era pré-industrial. Este objectivo, no entanto, é insuficiente, pois o aumento assim tolerado não deixa de provocar impactes tão importantes, como o do desaparecimento de países insulares. Por outro lado, aponta para uma estabilização da concentração de GEE a um nível perigoso. Para o efeito, propõe que os países desenvolvidos (responsáveis por 75% da acumulação de GEE) reduzam as suas emissões de 50% até 2050, em relação a 1990.

O Relatório Stern calculou que os custos da inacção podem ser equivalentes ao efeito combinado das duas

guerras mundiais e da Grande Depressão dos anos 30, com quebras de 5 a 20% do PIB global, o que teria consequências humanas brutais, porque se repercutiria de forma desproporcionada nos mais pobres. Calcula ainda que será mais rentável reduzir acentuadamente as emissões do que apenas as atenuar, tendo em conta os custos de adaptação às alterações climáticas. É, contudo, limitado, nas propostas que faz: por um lado, escolhe o patamar de redução das emissões mais baixo, por ser aquele que menos afecta as multinacionais e os países desenvolvidos; por outro lado, propõe uma taxa mundial sobre o carbono, que só penaliza a população.

Em qualquer caso, estes riscos são inaceitáveis. **É preciso uma redução imediata e brutal das emissões de GEE dos países desenvolvidos, desde já, e envolver todos os outros, sobretudo os EUA e a China. A catástrofe ecológica tem um preço demasiado elevado para poder ser ignorada nas decisões políticas e torna-se assim uma das questões centrais da definição da democracia.** A condição mínima deve ser a redução das emissões globais de GEE em 30% até 2020, e de 80% até 2050, em relação a 1990.

6.2. Há essencialmente duas explicações para esta aceleração da contaminação poluente: o uso intensivo dos combustíveis fósseis, em que se sustenta a produção de energia, e a crescente transformação do uso do solo, com a expansão urbana e a desflorestação. Em ambos os casos, trata-se de consequências do desenvolvimento da economia capitalista e das escolhas sociais e culturais que determinou.

Nenhuma dessas consequências era inevitável: a sociedade poderia ter desenvolvido outras plataformas tecnológicas não assentes nos combustíveis fósseis como fonte primária, e trajetórias de consumo não dominadas por produtos derivados do petróleo (plásticos ou outros). Mas houve uma razão para o mercado ter escolhido este caminho: era o mais rentável a curto prazo. Mas o que é racional para o mercado pode ser irracional para a humanidade, e esse é certamente o caso da poluição e destruição dos recursos de todos. Ao mesmo tempo, o modelo do progresso produtivista com uso ilimitado de recursos generalizou-se, produzindo desastres ambientais de grande escala na URSS e noutros países.

Os resultados são agora evidentes. A corrida à poluição e o produtivismo irresponsável têm vindo a esgotar os recursos fósseis e produzem impactos ambientais que

ameaçam a vida de milhões de seres humanos. Boa parte das guerras do século XIX e XX encontraram na exploração ou na escassez dos recursos as suas principais motivações. **Civilização e barbárie andam a par e a actual globalização armada prova como os riscos de guerra estão intimamente ligados à luta pelo controlo dos recursos e das fontes primárias de energia.**

6.3. O modelo produtivista promoveu o consumismo individualista como um dos suportes da ideologia e da força do mercado. A publicidade apropriou-se do espaço público e orienta as escolhas do dia-a-dia. Mas os modelos de consumo mercantil dos países ricos contribuem para a crise planetária que vivemos e deterioram a qualidade de vida das pessoas. Não é possível diminuir as emissões de gases com efeito de estufa sem uma política deliberada para alterar o modo como vivemos e nos movemos nas cidades.

6.4. O Protocolo de Quioto foi a primeira resposta a esta crise ambiental. O acordo fixou o objectivo de redução em 5,2% das emissões dos países desenvolvidos até 2012, criando mecanismos flexíveis de mercado assentes na comercialização de emissões.

Este processo fracassou e os seus objectivos muito tímidos, mesmo se forem alcançados, não conseguirão uma redução global de emissões. Muitos dos países signatários encontram-se aquém dos objectivos a que se comprometeram, como Portugal, e alguns dos grandes poluidores não aceitaram a redução das emissões, como os EUA, implicando um efeito nulo ou residual em termos globais. Fracassou porque o comércio de direitos de emissão não desincentivou a poluição. Por um lado, porque o preço da tonelada de gás de efeito estufa é muito baixo; e por outro, porque o «mecanismo de desenvolvimento limpo», permite que se continue a poluir a troco de projectos de captura de CO₂ (ex. reflorestação). Não pode haver um uso infinito de recursos finitos.

Este Protocolo fracassou porque os mecanismos de mercado não conseguem responder estruturalmente à natureza da crise ecológica, para mais num contexto onde as multinacionais podem facilmente deslocalizar as produções mais poluentes e a política se recusa a enfrentar o modo como vivemos nas cidades. Eles não implicam uma resposta ao problema essencial, a reestruturação das bases em que assenta a economia mundial. Se nada for feito, os combustíveis fósseis continuarão a ser o motor do capitalismo global

e o Sul continuará a suportar os custos de redução das emissões dos países desenvolvidos.

6.5. A esquerda socialista responde com uma política anti-capitalista e ecologicamente responsável à injustiça ambiental. Este é um desafio directo à globalização da exploração e da miséria. As soluções de mercado, além de não garantirem a mobilização dos esforços necessário para evitar a catástrofe, vão determinar o aumento dos preços dos produtos raros e das localizações mais protegidas, acentuando a estratificação e as discriminações sociais, e impondo uma inflação violenta, que é um imposto sobre os pobres. É preciso agir agora.

As alterações climáticas confrontam-nos com três grandes problemas: reduzir o consumo global de energia, descarbonizar a economia e alterar as relações Norte-Sul. A dificuldade exige a estratégia mais radical, a da disputa por uma civilização ecológica e socialmente sustentável.

Em primeiro lugar, é preciso reduzir o consumo global de energia na UE em cerca de 50%. Essa redução enfrenta dificuldades muito diferentes em dois dos principais sectores que são consumidores intensivos de energia: os edifícios (habitação e serviços) e os transportes. Nos edifícios a redução do consumo pode rapidamente atingir 40% com a aplicação rentável de tecnologias simples de conservação e eficiência energética já disponíveis, o qual pode aumentar com a generalização da arquitectura bioclimática. Também a reconversão do parque habitacional e de escritórios para a produção de energia e calor, generalizando a microgeração e co-geração, pode ser conseguida numa década. Mas o sector dos transportes, o que mais tem subido as emissões, é muito mais rígido, porque as condições poluentes são geradas pela sua própria estrutura, com o predomínio do rodoviário sobre a ferrovia no transporte de mercadorias, e do automóvel individual privado sobre o transporte social colectivo. Também o crescimento do transporte aéreo ameaça anular os esforços de redução de emissões na UE.

O Bloco defende por isso grandes mudanças estruturantes, com a criação de um eixo nacionalizado do sistema de transportes de passageiros e de mercadorias, em Portugal como nos países europeus, para a criação de uma rede europeia de redes de ferrovia e de transporte marítimo, interditando a prazo o transporte rodoviário de longa distância.

Essa rede deve ser complementada por redes regionais e por sistemas intermodais de transporte colectivo nas cidades, com o alargamento das redes de modos suaves e a pedonalização dos centros com interdição gradual dos automóveis. Propomos a imposição de limites aos construtores de automóveis, com a redução dos motores segundo as velocidades e as emissões de CO₂ permitidas, bem como a interdição de venda de veículos 4x4 a usos não profissionais.

Em segundo lugar, é preciso descarbonizar a economia, alterando o paradigma de produção de energia a partir dos combustíveis fósseis para as fontes renováveis, e passando de um modelo centralizado para a diversificação das fontes e o transporte de energia a pequenas distâncias, ganhando eficiência. É também necessário reduzir a dependência dos derivados do petróleo, como os plásticos. Rejeitamos a energia nuclear e os biocombustíveis de culturas energéticas assentes na agricultura intensiva.

A proposta de nacionalizar a produção e distribuição centralizada de energia (EDP e GALP) responde à necessidade de uma reestruturação rápida do sector. A nacionalização da água, no mesmo sentido, protege os consumidores.

Alterar o modelo de consumo é uma transformação de civilização que é mais difícil do que a generalização das energias renováveis como substitutos para as actuais fontes energéticas. Trata-se portanto de impedir que seja o mercado a fazer escolhas (de curto prazo) sobre a energia e os produtos, mas de impor, contra o mercado, o primado das escolhas sociais e sustentáveis a longo prazo.

Em terceiro lugar, é preciso alterar as regras das relações Norte-Sul. Os países dependentes sofrem a tripla maldição do Império: uma história de sobre-exploração do trabalho, de espoliação de recursos e de troca desigual no comércio internacional e agora de pilhagem ambiental.

Os pulmões planetários da floresta tropical são destruídos pela lógica mercantil da expansão da agro-pecuária industrial e em particular pela produção intensiva de cereais com Organismos Geneticamente Modificados. A urbanização intensiva nos países do Sul – muitas cidades da Ásia e da América Latina atingirão 30 milhões de habitantes em 2025, aumentado a pobreza – é um dos efeitos da

destruição da pequena propriedade rural e da falta de alternativas económicas como de condições de acesso à modernidade para milhões de camponeses. Destruição da floresta e do campo e urbanização miserabilizante são consequências destas relações imperiais Norte-Sul.

O Bloco defende que a Europa deve assumir uma ruptura com este modelo, de que foi beneficiária durante séculos. Não existe justiça ambiental sem responder a esta desigualdade, e por isso a esquerda socialista deve propor: a criação de uma Organização Mundial para o Ambiente e de um Fundo Mundial de adaptação e de transferência de tecnologias limpas sem imposições financeiras e para os sectores públicos do Sul; a imposição de uma moratória quanto aos OGM, substituindo a sua produção por alternativas viáveis; a anulação da dívida do Terceiro Mundo.

Nomeadamente, o Bloco defende o fim do regime de patentes na saúde e nas tecnologias para a produção de bens de consumo e de serviços essenciais (transportes, indústria ligeira, água e energia, comunicações), para que todas as populações do planeta possam ter acesso aos bens fundamentais e tomar parte das decisões.

Ao defender estas três grandes mutações civilizacionais, o Bloco de Esquerda tem consciência da globalização de mobilizações que elas exigem. Mas só à escala internacional é possível dar resposta efectiva a estas questões. **Essa globalização impõe que em cada país ou região se tomem unilateralmente medidas necessárias, mas também que se imponham aos restantes países e regiões a solidariedade pela sustentabilidade.** Uma ordem baseada no direito internacional deve por isso prever a punição de governos que sejam responsáveis por delitos ecológicos, como deve contribuir para a redefinição das normas que certificam os produtos pela sua durabilidade, eficiência energética e capacidade de reciclagem e biodegradação, permitindo a prazo que só os mais ecológicos possam ser comercializados. Essa é a escolha de civilização.

6.6. Em 2050 seremos provavelmente dez mil milhões de seres humanos no planeta Terra. A aceleração das alterações climáticas lançou um alerta mas não produziu ainda modificações substanciais de políticas. A UE anunciou a redução unilateral de 20% das emissões até 2020 e um aumento de 20% de energias renováveis, sabendo-se que essas medidas são insuficientes. O governo dos EUA pode ajustar a sua posição depois

das eleições presidenciais, mas todas as suas políticas têm, desde sempre, favorecido o interesse económico predominante e são por isso hostis à redução global do consumo energético.

Existe, para esta mudança, uma dificuldade tecnológica quanto às alternativas energéticas. As alternativas desenvolvidas, como a das energias renováveis (eólica e outras) ou as técnicas de captura de CO₂, ou as alternativas em estudo (produção de energia a partir do agro-combustível, do hidrogénio), mesmo que bem sucedidas, não dispensam actualmente a redução do consumo global. As técnicas conhecidas de produção nuclear não resolvem o problema energético. A investigação científica pode prometer novas oportunidades, nomeadamente se fosse possível utilizar eficientemente parte do fluxo da energia solar que atinge a Terra, e que é 7 a 8000 vezes superior ao consumo mundial da energia. Mas nenhuma dessas promessas é hoje uma realidade.

Mesmo que tal venha a ser possível no futuro, a dificuldade essencial continua a ser social e política, a da garantia da equidade no acesso à energia, ou seja, da democracia no mundo. Tanto para a escolha das prioridades dessa investigação quanto para a distribuição dos seus benefícios é preciso romper com a lógica do mercado capitalista. **A questão colocada pela justiça ambiental é precisamente esta: só o planeamento das capacidades permite responder à urgência, só a desmercantilização do mundo permite utilizar os recursos disponíveis para as soluções necessárias.** A acumulação privada e a lei do mercado conduziram inexoravelmente ao desperdício e aos maiores riscos. Só a democratização da decisão pode agora evitar o perigo, socializando e internacionalizando os recursos disponíveis.

Os diferentes modos de produção foram até hoje economias predadoras, como o tem sido o capitalismo ocidental, e o mesmo aconteceu com a URSS anteriormente e com a China de hoje. O capitalismo tem sido o modo de produção predador mais bem sucedido, porque a sua única medida do sucesso é a valorização vertiginosa para a acumulação. Marx argumentava que o valor como forma histórica particular da riqueza cria a ilusão da acumulação material ilimitada para todo o sempre: essa ilusão move a economia. Estamos hoje a entrever os horizontes limitados dessa acumulação ilimitada. O mercado capitalista é a forma mais eficaz de destruição dos ecossistemas e do planeta.

6.7. A esquerda socialista defende por isso dois grandes objectivos para a energia: a redução da intensidade energética com a redução do consumo, e a descentralização das redes de produção e distribuição para escalas de proximidade. A transformação do regime da energia ou a descarbonização dos consumos exigem investigações muito centralizadas e com grandes recursos. Mas permitem também soluções com formas mais descentralizadas de produção e distribuição, em particular com as energias renováveis que devem sustentar, em pequena escala, redes locais que auto-sustentem as cidades e onde o consumidor é também produtor, o que contribui para novos comportamentos para a eficiência energética.

O segundo objectivo da democracia ambiental é a mudança da utilização do território. A vida urbana é a condição da existência moderna e, no século XXI, a maior parte da população viverá em cidades e procurará aí as suas oportunidades. As cidades devem por isso criar essas oportunidades. Mas, mais uma vez, a especulação como modo de acumulação provocou fracassos sucessivos e, onde as cidades são mais integradoras, é onde o planeamento urbano se impõe contra a especulação imobiliária.

É preciso agora estender esse princípio do planeamento urbano a novas dimensões. A redução da periurbanização é importante por razões de combate à exclusão social mas também de racionalização das deslocações pendulares. A criação de áreas sociais e verdes é importante pelas oportunidades culturais e conviviais que criam, mas também para a redução da artificialização e da impermeabilização contínua dos solos. O desenvolvimento dos transportes colectivos e de modos não agressivos de transporte conduz à reconquista do espaço público.

Finalmente, a democracia ambiental desenvolve o fundamento da própria democracia. É certo que existe sempre uma tensão entre a actuação das políticas no curto e no longo prazo: o tempo da fruição das escolhas individuais é imediato, e normalmente não reconhece o tempo lento das suas consequências sociais. O capitalismo, ao impor um modelo de racionalidade medida pela acumulação privada, extremou esta distinção.

Nesse contexto, a escolha civilizacional da justiça ambiental e social exige uma democracia radicalmente universalizada, e essa só se pode reconhecer num regime de informação aberto, de decisão global para os problemas globais e de uso razoável

dos recursos. Ao defender a partilha mundial, a democracia ambiental assume o princípio do socialismo.

Na política concreta, a que quer criar a relação de forças para esta mudança radical, as soluções energéticas devem transformar-se num factor da inovação e de novos padrões de vida e de mobilidade, não poupando às pessoas as escolhas difíceis. Porque são elas que trazem novas oportunidades de reinvenção do emprego, de reconquista de direitos laborais e sociais, de reapropriação do espaço público, de ampliação da justiça social para todos.

7. POLÍTICA DA ESQUERDA SOCIALISTA E MOVIMENTOS SOCIAIS

7.1. O Bloco de Esquerda nasceu da rejeição da política tradicional que, à direita e à esquerda, organiza os partidos como instituições ideologicamente fechadas, politicamente centralizadas, culturalmente esvaziadas e portanto eleitoralistas. O modelo de partido dominante que se impôs ao longo do século XX deriva de uma visão uniformizante da política como a gestão do poder e do poder como uma forma de exclusão e de opressão social. Na direita e na social-democracia, afirmaram-se assim federações de interesses dominantes que ganham corpo na ocupação do governo, usando os partidos como instrumentos de carreiras subordinadas à defesa desses interesses. A alternância entre o PS e o PSD em Portugal esvazia a política tanto porque afirma o continuísmo da governação, quanto porque hostiliza qualquer pensamento político ou proposta que ultrapasse o situacionismo das medidas liberais. A política burguesa tornou-se um vazio.

7.2. A esquerda socialista concebe a política e os seus instrumentos a partir da luta social e da necessidade de representação de interesses em conflito. Por isso, o Bloco pretende criar uma nova cultura de política: um movimento que seja plural, porque essa é a condição de exprimir a complexidade social, que seja aberto, porque essa é a condição de mobilizar vontades e energias políticas novas, e que seja politicamente claro sobre os seus objectivos. O Bloco deve ser mais plural e mais aberto para ser mais combativo e mais propositivo.

Uma nova cultura da política na esquerda deve ainda ter duas características fundadoras: deve desenvolver convergências unitárias mobilizadoras e deve promover a afirmação de movimentos autónomos que trans-

formam a luta social.

A política unitária da esquerda socialista é parte da sua visão estratégica da transformação social: são necessárias convergências para formar canais de luta maioritária. A experiência das campanhas do Sim no referendo para a despenalização do aborto foi a expressão exemplar dessa política unitária: para ganhar a maioria absoluta dos votos, os movimentos do Sim organizaram sectores profissionais que eram fundamentais tanto para a luta simbólica como para a concretização da lei, e juntaram protagonistas políticos num vasto arco de alianças para isolar o Não, para alargar o Sim e para ganhar a convicção da sua vitória. Esse é o tipo de convergências que determinaram a vitória contra o conservadorismo e que, nas circunstâncias diferentes de outros confrontos, aconselham o empenho na criação de formas de diálogo e cooperação entre quem partilha a defesa de alternativas concretas.

A afirmação de movimentos sociais com autonomia, como representação de uma classe social (os sindicatos) ou de interesses sociais e políticos (a luta ecologista ou feminista, dos imigrantes, ou das comunidades LGBT) ou ainda de resposta a discriminações (associações de portadores de deficiência ou outros), é estratégica para a existência de uma esquerda social. E esses movimentos só podem existir se assumirem formas de democracia em acção, se criarem densidade de redes de associação e cooperação e se forem protagonistas da defesa de medidas aplicáveis e que mudam a vida das pessoas.

A relação entre as iniciativas políticas e as sociais não é fácil, tanto pelos preconceitos anti-partidários, como por erros dos partidos, e o Bloco também os cometeu. **A multiplicação do activismo com a criação de fóruns e alianças ou movimentos para a acção, plurais e abertos, são sempre as chaves para a superação dos limites do associativismo e das suas relações com a política.**

7.3. O Bloco rejeita a experiência sufocante de partidos-guia que formam um arquipélago de organizações sociais pilotadas, porque reduzem a luta social. Essa experiência não terminou, porque norteia a acção de muitos partidos, mas é-lhes fatal porque determina o estrangulamento dos movimentos sociais. Pelo contrário, para o Bloco, o factor decisivo na mudança de capacidade da esquerda para responder à crise depende do entrelaçamento das esquerdas sociais e das esquerdas políticas. Nesse relacionamento, a prioridade para

a esquerda socialista é a acção no mundo do trabalho e essa acção é predominantemente política.

Por isso, o Bloco rejeita a partidocratização dos sindicatos e dos movimentos, porque ela proíbe a democracia mas ainda porque implica a despolitização desses sindicatos e movimentos. Um sindicato reduzido a um partido exclui a maioria dos trabalhadores. O risco de muitos sindicatos e da CGTP é sempre o de se fecharem, quando se deviam abrir; é isolaram-se, quando deviam abranger mais desempregados, mais trabalhadores precários, mais imigrantes, mais combates que aumentam o reconhecimento do papel social do trabalho; é tornarem-se mais institucionais, quando deviam ser mais sociais.

A sectarização partidária agrava ainda as dificuldades de renovação de quadros sindicais, num momento em que o ataque aos direitos colectivos e em particular ao princípio da contratação, ou a afirmação da individualização e da globalização tem feito recuar o sindicalismo. Sendo a maioria dos trabalhadores aderentes do Bloco de Esquerda parte da CGTP ou dos sindicatos representativos do seu sector, e estando o movimento empenhado na afirmação da emancipação do trabalho como pilar do projecto socialista e na mobilização dos trabalhadores contra as políticas liberais, a esquerda socialista deve sempre opor-se ao estreitamento da central sindical, à marginalização de dirigentes ou activistas por imposição de razões partidárias, e deve defender a democracia que abre a central sindical aos problemas dos dias de hoje.

7.4. O Bloco não tem uma tendência sindical nem apoia a criação de tendências sindicais partidárias, mas precisa de construir uma rede social de influência, uma rede de activistas, que valorize o trabalho de base, a comunicação entre todos, como uma articulação activista de acção política numa organização voluntária.

O respeito pela autonomia e pluralidade das organizações sindicais não diminui, antes sublinha a importância da acção dos activistas da esquerda socialista, que procuram a ampliação, a combatividade e o sucesso das mobilizações e da representação dos trabalhadores. Nas Comissões de Trabalhadores, na central sindical e nos sindicatos, a esquerda socialista é coerente com a sua agenda política e contribui para a mobilização geral. Os activistas do Bloco devem procurar merecer a confiança dos seus colegas de trabalho para serem eleitos para estas Comissões, ou para a responsabi-

lidade de delegados e dirigentes sindicais, e devem assim conduzir uma intervenção de acordo com a sua experiência e opinião. A criação de enlaces e formas de cooperação entre organizações representativas que promovem uma política unitária e combativa demonstrará a viabilidade de alternativas no movimento dos trabalhadores.

A intervenção laboral do Bloco de Esquerda é assim organizada em rede, respeitando a autonomia de acção dos aderentes que promovem a disputa de ideias e propostas na luta quotidiana das organizações associativas dos trabalhadores.

A reunião sectorial de aderentes para discutir as políticas da energia, dos transportes, das telecomunicações, da indústria automóvel, do sector financeiro ou de outros sectores deve permitir a comunicação e o encaminhamento de respostas estratégicas para cada sector.

7.5. A criação de um centro de formação e de culturas do trabalho é um contributo para o estudo histórico e político, para o conhecimento técnico e jurídico que apoia processos reivindicativos e para o apoio ao activismo. Esse Centro inicia a sua actividade em 2007.

7.6. Para a grande maioria dos jovens e para um número crescente de trabalhadores, o contrato de trabalho é precário e desvinculado de direitos fundamentais. Assim, para milhares de trabalhadores, o biscoito substitui o emprego, ou a jornada numa agência de trabalho temporário substitui a relação contratual com a empresa onde se presta serviço. Essa política social destrói o salário indirecto e reduz a protecção da segurança social, comprime o salário directo que é purgado por comissões e descontos abusivos e impede a organização social reivindicativa.

O Bloco considera uma prioridade o impulso a redes associativas e reivindicativas entre estes trabalhadores, porque o precariado é a parte mais vulnerável e mais explorada da sua classe, seja em profissões altamente qualificadas seja no comércio ou na construção.

7.7. O movimento alter-globalista em Portugal demonstrou potencialidades e vulnerabilidades. O 1º Fórum Social Português demonstrou que havia organizações não governamentais e activismo social que se queriam encontrar e inverter esta situação paralisante. Em contrapartida, no 2º Fórum pesou a configuração

partidária em que ainda predomina a visão instrumental dos movimentos sociais, que é a do PCP.

Para responder a este impasse, o Bloco deve contribuir para encontrar agendas comuns entre os que partilham uma visão aberta do movimento, e que dê lugar a acções e campanhas unificadas, como por exemplo para a retirada das tropas portuguesas do Afeganistão, para a resposta às alterações climáticas, para a expressão do precariado, ou para afirmar a igualdade de direitos das comunidades LGBT contra os ódios discriminatórios.

8. PRIORIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO BLOCO: COMUNICAÇÃO E ACTIVISMO ALARGADO

8.1. Ao longo dos seus oito anos de existência, o Bloco de Esquerda mudou o mapa nacional, determinando o fim da monopolização da política por quatro partidos institucionais. Essa mudança não é ocasional nem passageira, é estruturante e permanente. Mas o contributo mais importante do Bloco tem sido mobilizar uma nova política que começou a definir a esquerda socialista em Portugal. Essa foi a escolha que transformou o Bloco de Esquerda numa força de influência e de luta, e é nessa escolha que a Convenção prossegue.

O Bloco é hoje esse movimento organizado. Mas que tem limites marcantes: não se alargou o que era necessário e vive com rotinas organizativas que o fecham, activismo ainda reduzido, democracia interna pouco participada e presença pouco politizada. A esquerda socialista precisa de ser muito mais.

8.2. O Bloco é um movimento que, tem a forma legal e actua com as responsabilidades de um partido – disputa as eleições, desenvolve alternativas e assume a responsabilidade de representar quem nele confia – mas de modo profundamente diferenciado da política institucional tradicional.

Essa é a sua particularidade única como movimento: onde os partidos tradicionais desprezam as ideias, o Bloco valoriza o debate político e reconhece que este só existe se for plural; onde os partidos tradicionais ignoram a estratégia porque a substituem pelo situacionismo social, o Bloco discute e empenha-se na transformação da relação de forças social; onde os partidos tradicionais procuram lugar para as carreiras individuais na ocupação de cargos e no cálculo de trajectórias políticas, o Bloco ataca a política que

exclui e afirma a política que inclui os protagonismos, as vozes, os movimentos dos sectores mais explorados e discriminados da sociedade.

Essa é a diferença que define o Bloco e o seu modo de organização, e que exclui muitos dos caminhos que na esquerda se têm percorrido:

- O Bloco não pretende ser um partido de eleitores, que é necessariamente um aparelho altamente profissionalizado e cuja relação social é predominantemente estabelecida por via dos *media*;
- Não pretende ser um partido de propaganda, para repetir algumas ideias criando uma devoção interna elevada, mas retirado da intervenção que disputa de transformações menores e maiores das relações de força;
- Não pretende ser um partido fechado sobre si mesmo, sobre a sua memória e a sua saudade.

A esquerda socialista define-se por uma outra ambição política, por ser um partido da acção na luta social, um partido das ideias na recusa do pensamento débil ou do pensamento único. E a política define a organização. **A organização deve por isso responder a esta agenda: acção social para movimentos dos explorados, disputa em todos os terrenos da representação eleitoral, criação de plataformas e movimentos alargados para enfrentar o governo, descentralização para a criação de espaços para todos os activismos.**

8.3. A política define a organização e a organização é erguida pela informação e pela comunicação. Um movimento como o Bloco só pode crescer se criar fluxos de informação que o afirmem como um lugar único de acção e de debate político, e se criar comunicação de ideias fortes na sociedade.

O Bloco é aberto. O Bloco deve incluir pessoas que partilham ideias e projectos e que assim se definem pela política. **O Bloco deve estar aberto a milhares de aderentes, que sejam parte importante da parte activa dessa força social, e é assim que se alargará e rejuvenescerá.** É também uma representação social: deve incluir trabalhadores de todas as idades, com experiências profissionais diferentes, de sectores e regiões que são o mapa de todo o país, e de todas as condições – o proletariado moderno inclui o *precariado* e os pobres. Quanto mais aberto e representativo, maior será a diversidade interna do Bloco e é assim que o queremos.

Entre esses aderentes, muitas e muitos serão activistas que se organizam voluntariamente em redes e espaços de iniciativa. A prioridade da organização é desenvolver mais activismo com mais activistas, com mais acção e com mais protagonismos. A comunicação para a sociedade e da sociedade depende desta rede de activismos, de grupos de trabalho que geram iniciativas, partilham informação, decidem modos de comunicação e as suas prioridades. Essas redes podem assumir muitas formas: campanhas temáticas, grupos de trabalho para discussão e para desenvolver uma causa. O activismo tem uma prioridade e é assim que se mede: criar movimento na sociedade.

Estes espaços não substituem o Bloco como tal, que define a agenda que pretende que marque a política e que a desenvolve de forma concentrada e procurando o maior impacto, mas pelo contrário reforçam a definição dessa agenda a partir da experiência da acção.

8.4. Ao longo dos últimos dois anos, o Bloco começou a mudar a sua forma de organização, em particular com a eleição nas últimas autárquicas de centenas de representantes nas juntas de freguesia e deputadas e deputados municipais, e de alguns vereadores. Empenhado no combate à corrupção e na apresentação de programas concretos, em Lisboa, em Salvaterra e em todo o país, esta representação autárquica obrigou o Bloco a começar a responder a problemas locais da população.

A realização anual da Conferência Autárquica aberta às e aos eleitos e a quem colabora na acção local e a criação de um boletim autárquico foram passos no sentido de melhorar este trabalho. Será criado um Gabinete de Apoio aos Autarcas para informação e suporte técnico às eleitas e eleitos.

Essas modificações impulsionam a escolha de agendas locais para o trabalho do Bloco, que corresponde a um processo de amadurecimento e de capacitação que está ainda no seu início. Mas essa descentralização vive com o espaço de decisão próprio das organizações concelhias, permite mais democracia, mais envolvimento dos aderentes no debate, e portanto mais responsabilidade repartida. São necessárias mais agendas locais com mais protagonismos locais: a descentralização do trabalho do Bloco nasce na base, com a ocupação destes espaços de comunicação pelas organizações que se tornem mais abertas e mais intervenientes.

A importância do trabalho autárquico crescerá dentro do Bloco. A apresentação de candidaturas

assume esse empenho: quem é eleito deve desempenhar da melhor forma o seu mandato. Mas esse mandato não deve fechar a intervenção do Bloco, deve pelo contrário abri-la através da escolha de temas, em particular quanto à vida social do concelho. O Bloco deve por isso valorizar com muito mais atenção o contacto directo com a população para o debate dessas propostas e para as mobilizações que são sempre decisivas.

Esta mudança valoriza também o papel das organizações concelhias dentro das estruturas distritais. As coordenadoras concelhias, que são eleitas pelos aderentes, acompanham a actividade dos eleitos e definem prioridades. É a partir das concelhias e dos núcleos que o Bloco deve impulsionar o seu trabalho com as populações locais.

8.5. O Bloco dará cada vez mais importância à comunicação. A comunicação impõe regras de organização, em particular a formatação das estruturas internas para produzirem acção e proposta junto das populações nas cidades e localidades, dos trabalhadores, dos jovens e de toda a sociedade. A função das estruturas é produzir informação, propostas e iniciativas.

O portal **esquerda.net** constitui, desde há menos de um ano, uma das principais inovações no modo de comunicação política em Portugal, fazendo informação, opinião, blog, debate, pensamento, acompanhando a acção e criando cultura. Nos próximos anos, este caminho levará a revolucionar os modos de comunicação que eram dados como certos no século passado: a agitação e o debate de ideias na era da Internet é um processo muito mais exigente e muito mais partilhado, e são esses mecanismos de descentralização e de democratização que devem oferecer respostas e informação formatada pelo utilizador, que pode ser também produtor. Os modos de contacto com as pessoas mudarão, as mensagens terão novas plataformas tecnológicas, as reuniões podem ter conteúdos mais intensos – a acção política é comunicação e mobilização. A democracia terá mais conteúdos, porque a participação deve aumentar para que este modo de comunicação enfrente o monopólio e a aculturação letárgica que é a alienação dos dias de hoje.

No Bloco deve haver espaços múltiplos para o debate político, que é uma forma de organização. **A comunicação exige também Assembleias abertas em que as pessoas debatem a política. Assim, as organizações distritais, concelhias ou regionais organizarão**

regularmente ao longo do ano Assembleias para debate das grandes questões, em que se expressem as opiniões dos aderentes e de quem acompanha e participa no esforço da esquerda socialista.

8.6. O modo de comunicação baseia-se essencialmente nas agendas locais, nas campanhas intensivas, nos grupos de trabalho e centros de iniciativas, na informação do portal e nas assembleias. Mas o Bloco desenvolve no mesmo sentido outros meios de informação e organização:

- O *ParticipAcção*, revista de reflexão sobre o trabalho, que passa a suportar a actividade do Centro de Formação,
- O *Esquerda*, jornal mensal de divulgação, para constituir uma rede de assinantes envolvendo todos os aderentes e quem queira saber das iniciativas e ideias do Bloco,
- A revista *Rede Local*, para o trabalho autárquico, para dar instrumentos de trabalho e conhecimentos técnicos, jurídicos e políticos aos nossos eleitos e àqueles com quem trabalhamos.

A essas publicações deve acrescentar-se uma Revista de debate de ideias, a partir do portal *esquerda.net*, trabalhando os seus dossiers temáticos e acrescentando artigos de reflexão sobre os grandes debates políticos.

Este ano, o Bloco dará sequência às anteriores universidades de verão sob uma nova forma, um forum de ideias, o *Socialismo 2007*, convidando experiências, protagonistas, activistas e a reflexão sobre a política, história, economia, cultura ou ciência.

8.7. O trabalho de juventude tem duas dimensões.

Uma é nas instituições que definem a vida social de parte dos jovens – as escolas – onde o Bloco deve intervir organizadamente para desenvolver o movimento estudantil mas também para promover identidades internacionalistas, movimentos contra as guerras, culturas alternativas e legalização das drogas leves, campanhas de igualdade de género ou contra as discriminações sexuais, ou contra o racismo e a xenofobia. Esses núcleos de jovens do Bloco, envolvendo os que estudam e intervêm nas escolas e tendo como prioridade organizar os jovens mais jovens, elegem delegadas e delegados a uma Conferência de dois em dois anos, votam a sua coordenadora nacional e decidem os seus modos de actuação.

Outra dimensão é o activismo de muitos outros jovens, trabalhadores, precários ou desempregados, que fazem parte das estruturas do Bloco onde criam os movimentos necessários para a sua acção.

8.8. A V Convenção aprova uma orientação política que mobiliza o Bloco para a sua opção fundamental: criar uma alternativa da esquerda socialista que se torne determinante no país. Para isso, escolhemos formas de organização e prioridades, e mobilizamos todas as nossas capacidades.

Em várias áreas de trabalho, a Mesa Nacional deve eleger coordenadoras nacionais para promover essa intervenção: a Coordenadora Nacional Autárquica, a Coordenadora Nacional do Trabalho, a Coordenadora Nacional do Ambiente.

Como aconteceu desde a formação do Bloco, a organização de Conferências temáticas deve constituir um convite aberto, deve ouvir opiniões e experiências que definam alternativas, deve convidar os aderentes para uma discussão aberta. Quanto aos serviços sociais como a saúde, na educação, no ambiente, ou em temas transversais como a política de cidades, o combate à exclusão, o Bloco tem convocado estas conferências e esse deve ser o caminho para constituir massa crítica à esquerda.

Na sua estrutura profissional, o Bloco deve manter um sistema que crie centros eficientes na informação aos aderentes, aos eleitos e ao activismo, e que permita responder a exigências técnicas decorrentes das normas da lei, nomeadamente os deveres de transparência administrativa e contabilística. Em qualquer caso, não deve criar um aparelho pesado. Definimos um objectivo de funcionamento, e mantemos o nível da estrutura actual. O Bloco tem cerca de 50 sedes e é provável que ainda venha a abrir algumas em concelhos do interior ou em algumas zonas densamente povoadas; mas será um incremento limitado. Essas sedes devem contudo funcionar não só como centros de suporte de campanhas mas ainda como centros de actividades.

A esquerda socialista será assim um lugar de activismo, um cruzamento de opiniões, uma fertilização do debate político e um movimento concentrado nos grandes objectivos do combate político e social anti-capitalista.

SUBSCRITORES DA MOÇÃO A

“A ESQUERDA SOCIALISTA COMO ALTERNATIVA AO GOVERNO SÓCRATES”

Francisco Louçã (Lisboa/Lisboa)	Cipriano Pisco (Setúbal/Montijo)	José Carlos Lopes (Aveiro/Ovar)	Mónica Frechaut (Lisboa/Lisboa)
Adelino Mota (Braga/Famalicão)	Cláudia Cardoso (Lisboa/Amadora)	José Carreira (Santarém/Alpiarça)	Natasha Nunes (Lisboa/Lisboa)
Adriana Lopera (Lisboa/Lisboa)	Cláudia Oliveira (Lisboa/Lisboa)	José Casimiro (Lisboa/Lisboa)	Natércia Coimbra (Coimbra/Coimbra)
Albano Torres (Faro/Loulé)	Conceição Nogueira (Porto/Porto)	José Castro (Porto/Porto)	Nelson Peralta (Aveiro/Aveiro)
Alberto Matos (Beja/Beja)	Constantino Piçarra (Beja/Castro Verde)	José do Carmo (Faro/Tavira)	Nuno Antunes (Lisboa/Amadora)
Alberto Sousa (Aveiro/Sta Maria Feira)	Custódio Braga (Braga/Braga)	José Falcão (Lisboa/Loures)	Nuno Marta (Santarém/Tomar)
Alda Macedo (Porto/Porto)	Daniel Oliveira (Lisboa/Lisboa)	José Guilherme (Lisboa/Lisboa)	Orlando Almeida (Lisboa/Amadora)
Alda Sousa (Porto/Porto)	Deolinda Martin (Lisboa/Amadora)	José Manuel Pureza (Coimbra/Coimbra)	Patrícia Veiros (Aveiro/Ovar)
Alexandre Alves Costa (Porto/Porto)	Dina Nunes (Lisboa/Lisboa)	José Maria Cardoso (Braga/Barcelos)	Paula Nogueira (Castelo Branco/Castelo Branco)
Alice Brito (Setúbal/Setúbal)	Eduardo Greló (Setúbal/Seixal)	José Peixoto (Leiria/Leiria)	Paula Sequeiros (Porto/Porto)
Alice Tristany (Faro/Vila Real S Ant)	Eduardo Valdez (Porto/Gondomar)	José Serra das Neves (Castelo Branco/Covilhã)	Paulo Cardoso (Portalegre/Portalegre)
Almerinda Bento (Setúbal/Seixal)	Elita Barreto (Setúbal/Barreiro)	José Soeiro (Porto/Gaia)	Paulo Martins (Madeira/Funchal)
Álvaro Arranja (Setúbal/Setúbal)	Eva Braga (Aveiro/S João Madeira)	Leonardo Silva (Setúbal/Setúbal)	Paulo Pires (Vila Real/Montalegre)
Ana Bastos (Porto/Gaia)	Fábio Salgado (Leiria/Nazaré)	Lina Duarte (Santarém/Santarém)	Paulo Vieira (Lisboa/Lisboa)
Ana Campos (Lisboa/Lisboa)	Fátima Drumond (Açores/Terceira)	Lúcia Arruda (Açores/S. Miguel)	Pedro Choy (Santarém/Salvaterre Magos)
Ana Candeias (Lisboa/Lisboa)	Fátima Grácio (Porto/Porto)	Luís Castro (Lisboa/Cascais)	Pedro Filipe Soares (Aveiro/Castelo Paiva)
Ana Catarina Alves (Porto/Gondomar)	Fernando Baptista (França/Paris)	Luís Fazenda (Lisboa/Lisboa)	Pedro Mendes (Braga/Braga)
Ana Catarina Sartóris (Lisboa/Lisboa)	Fernando Costa (Évora/Mora)	Luís Gomes (Setúbal/Almada)	Pedro Pombeiro (Setúbal/Setúbal)
Ana Drago (Lisboa/Lisboa)	Fernando Letra (Madeira/Funchal)	Luís Leiria (Lisboa/Lisboa)	Pedro Sales (Lisboa/Lisboa)
Ana Luísa Amaral (Porto/Matosinhos)	Fernando Queiroz (Porto/Matosinhos)	Luís Louro (Viana Castelo/Viana Castelo)	Pedro Soares (Lisboa/Lisboa)
Ana Monteiro (Castelo Branco/Covilhã)	Fernando Rosas (Lisboa/Lisboa)	Luís Marado (Braga)	Raquel Pinto (Lisboa/Lisboa)
Ana Prata (Santarém/Santarém)	Filipa Gonçalves (Lisboa/Sintra)	Luís Pedras (Portalegre/Elvas)	Regina Santos (Açores/Faial)
Ana Sofia Roque (Lisboa/Loures)	Francisco Colaço (Santarém/Cartaxo)	Luís Sá (Aveiro/Sta Maria Feira)	Renato Soeiro (Porto/Gaia)
Andrea Peniche (Aveiro/Aveiro)	Gabriel Almeida (Faro/Loulé)	Luís Vale (Bragança/Vinhais)	Ricardo Robles (Lisboa/Lisboa)
Ângela Luzia (Setúbal/Almada)	Guida Salvadinho (Beja/Serpa)	Luisa Penisga (Faro/Portimão)	Ricardo Toste (Açores/Terceira)
Ângela Reis (Santarém/Torres Novas)	Guida Vieira (Madeira/Funchal)	Mamadou Ba (Lisboa/Lisboa)	Rita Calvário (Lisboa/Lisboa)
António Amaro (Viseu/Viseu)	Heitor Sousa (Lisboa/Lisboa)	Manuel António Lopes (Santarém/Abrantes)	Rita Silva (Lisboa/Lisboa)
António Chora (Setúbal/Moita)	Helena Figueiredo (Lisboa/Lisboa)	Manuel Grilo (Lisboa/Lisboa)	Roberto Almada (Madeira/Funchal)
António Cruz Mendes (Braga/Braga)	Helena Oliveira (Setúbal)	Manuel Martins (Setúbal/Moita)	Roberto Robles (Setúbal/Seixal)
António Gomes (Santarém/Torres Novas)	Helena Pinto (Lisboa/Lisboa)	Manuel Ramos (Santarém/Torres Novas)	Rodrigo Rivera (Coimbra/Coimbra)
António José André (Coimbra/Coimbra)	Henrique Guerreiro (Setúbal/Seixal)	Manuel Sá Mota (Viana Castelo/Viana Castelo)	Rogério Moreira (Lisboa/Lisboa)
António Santos (Lisboa/Amadora)	Henrique Leal (Santarém/Entroncamento)	Manuela Barreto Nunes (Braga/Braga)	Romão Ramos (Santarém/Salvaterre Magos)
António Soares Luz (Porto/Porto)	Hugo Dias (Coimbra/Coimbra)	Manuela Tavares (Setúbal/Almada)	Rui Abreu (Lisboa/Oeiras)
Arnaldo Sarroeira (Leiria/Bombarral)	Hugo Silva (Porto/Amarante)	Margarida Santos (Lisboa/Cascais)	Rui Borges (Lisboa/Lisboa)
Berta Alves (Lisboa/Cascais)	Jaime Pinho (Setúbal/Setúbal)	Maria Clara Andrade (Lisboa/Cascais)	Rui Maia (Lisboa/Loures)
Bruno Cabral (Lisboa/Lisboa)	Joana Amaral Dias (Lisboa/Lisboa)	Maria da Graça (Viseu/Viseu)	Rui Nóvoa (Porto/Porto)
Bruno Maia (Porto/Gondomar)	Joana Mortágua (Lisboa/Lisboa)	Maria João Sequeira (Setúbal/Almada)	Rui Vieira (Lisboa/Oeiras)
Bruno Mendes (Porto/Felgueiras)	João Ferreira (Braga/Guimarães)	Maria José Araújo (Porto/Gaia)	Sérgio Duarte (Coimbra/Coimbra)
Bruno Pereira (Castelo Branco/Castelo Branco)	João Madeira (Setúbal/Santiago Cacém)	Maria José Espinheira (Porto/Porto)	Sérgio Carvalho (Aveiro/S Maria Feira)
Carlos Cabrita (Faro/Albufeira)	João Romão (Faro/VRS Ant)	Maria José Vitorino (Lisboa/Vila Franca de Xira)	Sérgio Vitorino (Lisboa/Lisboa)
Carlos Carujo (Lisboa/Sintra)	João Semedo (Porto/Porto)	Maria Rodrigues (Porto/Porto)	Teresa Leitão (Lisboa/Cascais)
Carlos Cerqueira (Lisboa/Sintra)	João Teixeira Lopes (Porto/Porto)	Mariana Aíveca (Setúbal/Setúbal)	Tiago Gillot (Lisboa/Loures)
Carlos Gomes (Vila Real/Vila Real)	João Vasconcelos (Faro/Portimão)	Mariana Carneiro (Lisboa/Lisboa)	Timóteo Macedo (Lisboa/Lisboa)
Carlos Macedo (Setúbal/Sesimbra)	Joaquim Dias (Aveiro/Sta M Feira)	Mário Durval (Setúbal/Barreiro)	Victor Brilhante (Lisboa/Amadora)
Carlos Matias (Santarém/Entroncamento)	Joaquim Machado (Coimbra/Coimbra)	Mário Mendes (Castelo Branco/Castelo Branco)	Victor Edmundo (Lisboa/Loures)
Carlos Patrão (Lisboa/Vila Franca Xira)	Joaquim Mealha (Faro/Loulé)	Mário Tomé (Lisboa/Lisboa)	Victor Franco (Santarém/Santarém)
Carlos Santos (Lisboa/Lisboa)	Joaquim Piló (Setúbal/Seixal)	Marisa Matias (Coimbra/Coimbra)	Victor Malheiro (Braga/Braga)
Carlos Vieira (Viseu/Viseu)	Joaquim Raminhos (Setúbal/Moita)	Miguel Pinto (Lisboa/Oeiras)	Victor Ruivo (Faro/Faro)
Catarina Martins (Coimbra/Coimbra)	Joel Oliveira (Porto/Porto)	Miguel Portas (Lisboa/Lisboa)	Victor Solteiro (Aveiro/Espinho)
Catarina Príncipe (Porto/Gaia)	Jorge Afonso (Aveiro/Aveiro)	Miguel Reis (Lisboa/Lisboa)	Vidal Marreiros (Faro/Vila Bispo)
Cecília Honório (Lisboa/Cascais)	Jorge Carneiro (Viseu/Viseu)	Moisés Ferreira (Aveiro/S João Madeira)	Vitorino Pereira (Leiria/Leiria)
	Jorge Costa (Lisboa/Lisboa)		Zuraida Soares (Açores/S. Miguel)
	Jorge Magalhães (Porto/Porto)		
	Jorge Noutel (Guarda/Guarda)		
	Jorge Pereira (Porto/Gaia)		

O representante desta moção na COC é o José Gusmão.

Moção B

POR UMA PLATAFORMA DE DEMOCRACIA SOCIALISTA

[Consulta o blog de debate em <http://furou.blogspot.com/>]

O espírito deste grupo foi centrar o debate e as decisões respeitando e valorizando os mecanismos de participação dos colectivos “soberanos” e das populações, numa lógica de espelho em que a prática interna no B.E fosse simultaneamente escola de aprendizagem e teste micro para as propostas que colocamos como estruturantes e fracturantes para a sociedade.

Entender a organização como uma ferramenta e não um fim em si mesma, mas também não um trampolim para carreiras individuais.

Consideramos que os argumentos aduzidos há 2 anos, lamentavelmente continuam pertinentes e em muitos aspectos são até, hoje, mais evidentes, pelo que recolocamos à discussão o mesmo documento -estamos certos de que para os que continuam a reger-se pela “cartilha marxista”, um mísero texto de reflexão com dois anos, ainda não atingiu a caducidade.

A esse documento acrescentamos agora áreas temáticas mais prepositivas, porque já na altura alguns de nós tivemos essa vontade, mas o acordo genérico com o texto maioritário e a incapacidade do grupo de sistematizar e maturar as diferenças e ainda a avaliação de que era preciso dar tempo para “fazer a prova” do quanto é distante o que se promove, propõe e faz, a partir dos organismos imanados e o que se vem / vinha escrevendo.

POR UMA PLATAFORMA DE DEMOCRACIA SOCIALISTA

[...]O Bloco assume as grandes tradições da luta popular no país e aprende com outras experiências e desafios; renova a herança do socialismo e inclui as contribuições convergentes de diversos cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram com a busca de alternativas ao capitalismo. [...]

(Começar de Novo)

[...]O socialismo define-se não apenas como horizonte mas como política concreta e actual. A política emancipatória contrapõe-se à realidade da exploração e opressão, e propõe assim uma ruptura com a civilização capitalista. [...]

(Documentos Políticos da III Convenção)

Desde a sua fundação, o Bloco de Esquerda reivindica a necessidade de refundação da ESQUERDA, sem negar as diversas tradições políticas que procuram uma alternativa ao modelo capitalista.

Aponta concretamente o socialismo como modelo alternativo ao capitalismo.

Toma uma opção, aceitando vários caminhos.

Congrega dentro de si várias forças que genericamente se decidem a colaborar politicamente neste projecto, assumidamente anti capitalista e pela construção de uma sociedade socialista.

Este grupo tem sido acusado de falta de definição ideológica e é verdade.

Dentro de um quadro amplo da esquerda, considerando como importante testar, conhecer e redefinir velhos e novos conceitos ideológicos, defendemos que esse é um processo por conseguir, e em relação ao qual o Bloco de Esquerda tem ficado aquém dos objectivos inicialmente afirmados.

Quanto de nós conhecemos *mesmo* a obra de Marx e restantes *magníficos clássicos*? Pior ainda: dos poucos que as leram, quantos são capazes de tirar desse conhecimento o proveito mais adequado, para transformar a sociedade em que hoje vivemos?

Na nossa opinião, seria mais eficaz reconhecer esta limitação (como o Bloco de Esquerda parecia querer fazer, no início) e agir simultaneamente em dois sentidos complementares e fomentar momentos de confronto entre as diversas opiniões e grupos que participam no

Bloco de Esquerda (ou nem sequer) para que se avalie as diferenças, sem exclusões, se consiga criar um clima em que o aprofundamento ideológico seja real, sem sectarismo nem o ressurgimento de capelinhas com um qualquer iluminado a falar apenas para os seus amigos, cada vez mais vazias de gente – e promover, sem carácter de catequese, iniciativas que realmente nos permitam aprender alguma coisa com o esforço de teorização dos séculos XVIII, XIX, XX.

Assumimos dois vectores que consideramos tendencialmente divergentes com a maior parte das decisões apresentadas pela comissão política: uma postura progressivamente descuidada da participação dos aderentes de base e uma avaliação pouco aprofundada das matérias.

Na génese do Bloco de Esquerda surgia como matriz a diversidade das origens ideológicas de ESQUERDA; cremos nesse factor como uma riqueza a valorizar, criando foruns de debate que potenciem essa diversidade e grupos de trabalho que efectivamente assumam uma capacidade prepositiva enriquecedora.

Outra das matrizes que reputamos de fundamental é a valorização da participação e acreditamos que a transformação do mundo é obra de todos e de cada ser humano.

Claro que, enunciados assim, estes princípios basilares serão subscritos pela totalidade dos aderentes do Bloco de Esquerda. O que nos diferencia é o grau de valoração que lhes damos, na aplicação à prática política quotidiana.

Reconhecendo que a urgência das respostas, em política, dificulta a concretização efectiva da participação de todos, recusamos a sobrevalorização desta condicionante, que pensamos ser uma das principais causas do desinteresse colectivo.

Mais importante do que tomar muitas decisões é implementar os mecanismos efectivos que garantam que as decisões serão tomadas por todos.

Parece-nos que estamos a cair na armadilha do imediatismo, que os mecanismos de gestão do poder gostam de impor.

Fugindo ao falso vanguardismo, defendemos que as pessoas actuem em todos os campos de actividade a que estão ligados e aí marquem claramente a sua ava-

liação do mundo. Parecia ser esta uma das inovações do Bloco de Esquerda cada um procurando influenciar para construir um mundo melhor, nas áreas em que a sua apetência pessoal mais se realize.

Gostaríamos, no entanto, de clarificar que este é, para nós, o sentido da frase partido de causas, fugindo ao risco dos jogos de influências, corporativos, que têm guetizado e feito perder tantas e justas reivindicações. Importa o Bloco de Esquerda ir sabendo construir um pensamento e uma acção política, diversa das ideias feitas do politicamente correcto.

A ideia de correr por fora não é, a nosso ver, uma opção conjuntural, descartável face ao realismo pragmático da política corrente, mas **opção estratégica** decorrente da convicção fundadora do Bloco de Esquerda, a de que **o capitalismo não é reformável**.

Não defendemos, antes pelo contrário, a guetização do Bloco de Esquerda nas áreas de campanhas políticas e de agitativismo. Por outras palavras, não enjeitamos nenhum dos espaço de intervenção política que o sistema capitalista nos permite e isso, naturalmente, inclui os campos parlamentares nacional, regional e local.

Crescem os sinais de um profundo desencanto não só em relação às políticas governamentais como ao próprio sistema. A abstenção é, em parte, reflexo disso.

A tarefa da ESQUERDA que quer construir alternativa, não apenas ao governo mas ao sistema capitalista, não se pode limitar a propor, no quadro deste sistema, medidas de carácter socialista mais ou menos radicais. Necessita também de reconstruir uma cultura de sistema alternativo e aqui o Bloco de Esquerda está em condições de abrir a reconstrução de uma consciência colectiva socialista que marque, também, o quotidiano das pessoas como alvo a conseguir com a sua acção individual e colectiva.

Fomos ouvindo nas diversas avaliações de resultados eleitorais, o que partilhamos com quase todos: que estes são, principalmente, a consequência do bom trabalho parlamentar. Parece-nos, todavia, que daqui não se retira a necessária lição. É que, se é verdade que, para o Bloco de Esquerda, as instituições do estado capitalista são avaliadas como não reformáveis, sendo útil a presença aí, para sabermos mais e melhor o que se passa e para ampliarmos (propondo no concreto) a divulgação das nossas posições e propostas, fazendo-as chegar a mais gente. Então, importa manter o

distanciamento que nos permita saber porquê, sendo a proposta do Bloco de Esquerda de responsabilização e participação do indivíduo, para que a transformação do mundo aconteça no sentido do velho lema *a cada um segundo as suas necessidades; de cada um segundo as suas possibilidades*; porquê então a real mobilização dos aderentes tem sofrido um decréscimo acentuado?

Defendemos que o desgaste imediatista e superficial, que as campanhas eleitorais tendem a impor, deve ser contrariado por trabalhos de casa bem feitos, onde paulatina e persistentemente se estabeleçam diagnósticos, pontes e propostas para cada problema: nas freguesias, nas empresas, na cultura ou nas avaliações macroeconómicas e sociais mais amplas; que mostrem que ser do Bloco de Esquerda não é aceitar o *inevitável* da exploração e da estratificação social. Para nós, a luta de classes continua a ser determinante no relacionamento em sociedade. Construiremos soluções adequadas aos tempos de hoje, a partir dos velhos ensinamentos, que façam o mundo ser mais igualitário e sustentável, nesta latitude e em todas as outras!

Acreditamos que é neste parâmetro de autenticidade e aprofundamento, que recuse o deslumbre do poder, que vamos realmente construir um movimento enraizado na vontade de todos os dias, ganhar apoios, para que a construção da sociedade socialista se concretize, no embate contra as instituições do capitalismo.

O Bloco de Esquerda poderá, e cremos que é o mais provável, continuar a crescer eleitoralmente. Mas este *correr por fora* passará a ser *correr por fora dos activistas* e um apelo reforçado à estratégia pura e dura do marketing político. Não é esse, seguramente, Bloco de Esquerda que queremos construir.

Não é apenas a falta de plenários regulares de activistas, a falta de investimento na criação de núcleos (organizações de base). É sobretudo uma postura de divórcio crescente entre a direcção executiva e um círculo estreito de outros activistas influentes, por um lado, e o resto da organização, por outro. É nessa zona de ambiguidade que se tem vindo a definir como é que o Bloco de Esquerda intervém, no quê e porquê. Se as acções vêm formatadas do topo, se as deliberações são passadas à comunicação social antes de serem deliberadas nos órgãos competentes, ou de sequer serem transmitidas aos aderentes, se se generaliza um certo tom professoral, paternalista. Muitos dos que se aproximaram do Bloco de Esquerda rejeitam ter apenas o papel de coladores de cartazes, distribuidores de pan-

fletos e actores de acções simbólicas e mediáticas. Esse papel, **naturalmente necessário**, a tornar-se rotina, transforma-se em factor de desânimo, desinteresse e desmobilização.

Na nossa opinião, a ultrapassagem desta contradição passa pelo **aprofundamento a todos os níveis de debate político e da planificação, execução e controlo colectivo da vida e intervenção do Bloco de Esquerda**.

Numa palavra, importa acarinhar na projecção da Democracia Socialista por que nos batemos **a criação de uma cultura de verdadeira democracia participativa no interior do Bloco de Esquerda**. Aparentemente essa cultura está enraizada no Bloco de Esquerda mas a nossa análise é de que em demasiados casos, esse enraizamento é meramente superficial.

Vem sendo mantido, tanto internamente, como sobretudo na imprensa, uma resposta que reputamos de ambígua, no que respeita à concretização do relacionamento formal com os partidos do chamado espectro político de esquerda.

Fazemos questão de manter a memória e esta atitude também se aplica à avaliação que fazemos destes partidos, nomeadamente o Partido Socialista que tem mostrado ser, sempre que conseguiu chegar ao poder, um capataz à altura dos interesses do neoliberalismo financeiro; e o Partido Comunista, que se mantém incapaz de ler o mundo, sem ser à luz dos pequeninos interesses do seu aparelho

Defendemos a necessidade de um debate aprofundado, sobre a temática das coligações, para que sejamos nós (Bloco de Esquerda) também neste assunto, a marcar a diferença, pela clareza das afirmações e pela recusa dos tão em voga *tabus*. Embora se continue a ter o cuidado de não passar a linha tem-se, no entanto, progressivamente, deixado instalar a ideia de vocações maioritárias, que reputamos de deliberadamente equívocas, porque não determinam com clareza, qual é a nossa fronteira.

Consideramos que todos os exemplos que a história nos tem deixado, confirmam o que todos os dias podemos observar **mais depressa os homens (de esquerda) se moldam às instituições do poder capitalista, do que conseguem no interior destas, retirar algum contributo para mudar o mundo**.

Esta constatação obriga-nos a sermos muito cautelosos quanto à presença de bloquistas em executivos institucionais do aparelho do estado e a sermos contra a participação no governo central mesmo que integrando coligações, pelo menos nesta fase da realidade europeia, em que a resposta dos movimentos sociais, mesmo sendo pontualmente muito significativa, se mantém a um nível em que tem sido sistematicamente reabsorvida pelas lógicas alienadoras do sistema vigente.

Fazemos questão de marcar com esta clareza este aspecto da actividade política, e faremos o que estiver ao nosso alcance para que seja aprofundado o seu debate interno, porque o consideramos de central nas evoluções e involuções que, ao longo da História, se têm processado por intermédio desta táctica.

Sabemos que, muitas vezes, o argumento de fazer alguma coisa em vez de ficar só a criticar ganha força quando a possibilidade de integrar um executivo central, surge como viável e até como indispensável para derrotar a direita. Em relação a isto, duas objecções / alertas: a) a crítica é já em si mesma fazer alguma coisa, sobretudo se incluir uma componente prepositiva; b) a realização, presa a compromissos maioritariamente equívocos e que não têm mecanismos de controlo efectivo instituídos, torna improvável a concretização de acções de fundo estruturalmente transformadoras. A atitude que defendemos e que tem sido testada com êxito pelos parlamentares e eleitos autárquicos do Bloco de Esquerda, é a LIBERDADE para votar *caso a caso* sem ficarmos reféns de compromissos nenhuns; mostrando que se pode ter as mãos livres e limpas de compadrios e ser simultaneamente atento, construtivo e realista, no sentido de melhorar (mesmo que pontualmente) a vida da maioria das pessoas.

Durante dois séculos, os homens procuraram nos partidos o papel fundamental para organizar a sua resposta em colectivo às necessidades que foram sentindo de transformação da vida em sociedade. Uma das mais importantes alterações dos últimos anos, observa-se no surgimento de formas orgânicas mais fluidas e mais flexíveis, cujas vantagens ainda não é fácil avaliar, mas que nos parece ser muito importante de respeitar na sua autonomia, sem condicionamentos controleiristas, como aconteceu tantas vezes no passado.

Os sindicatos, os movimentos anti globalização o associativismo (ou outras soluções espontaneamente organizadas pelas pessoas para responder às suas necessidades) devem ser RESPEITADOS na sua autono-

mia e como factor de resposta criativa aos espartilhos orgânicos do passado.

Por último, interessa-nos marcar alguns parâmetros organizativos.

Vem-se deixando passar a terminologia de *partido*, cada vez mais, em detrimento de *movimento*. Ora, se do ponto de vista legal, tal designação nos é imposta, parecia *ponto de honra* há 7 anos atrás realçar as potencialidades de um enquadramento fluido, para compatibilizar e entrecruzar, aumentando o seu potencial de influência particular, núcleos locais e de empresa com grupos de trabalho temáticos e sectoriais, os parlamentares e os sindicalistas, os intelectuais e os representantes em autarquias...

O que motivou, na nossa opinião, a atenção da comunicação social e, sobretudo, empolgou muitos, velhos e novos activistas, foi a apresentação de uma orgânica que, sem renegar patrimónios diversos na ESQUERDA, nos apresentava uma opção que sintetize e faça engrandecer as contribuições múltiplas de gente que não se revê e de gente que se revê nos grupos pequeninos em que a esquerda se deixou guetizar.

O que nos parece necessário é saber, *com todas as letras*, se no Bloco de Esquerda existe espaço para os que valorizam o trabalho parlamentar e para os que valorizam o trabalho nas empresas, para os que acreditam que a luta de classes é o grande motor da História e para os que acreditam que outros conceitos se sobrepõem e se tornam mais fortes em certos momentos históricos, para os que continuam a buscar nas teorias dos séculos passados o motor da sua actividade e para os que consideram que todas as teorias podem ser integradas e devem ser relativizadas.

Seremos capazes de responder ao desafio, que a nós mesmos nos colocámos, de nos entendermos no fundamental, debatendo e decidindo democraticamente e em profundidade, a cada momento, como continuarmos juntos, sem procurar anularmo-nos mutuamente?

Importa não esquecer que a ESQUERDA no mais lato sentido, foi sempre motor das mais belas evoluções da Humanidade, mas nunca encontrou, até agora, o caminho certo para transformar em poder instalado os ideais da IGUALDADE, FRATERNIDADE e SOLIDARIEDADE que nos distinguem irredutivelmente da lógica da iniciativa privada e da livre concorrência que dá ao mercado o papel sacro santo de um deus onnipotente.

*Admito que a revolução seja uma utopia,
mas no meu dia a dia procuro comportar-me como
se ela fosse tangível.*

*Continuo a pensar que devemos
lutar onde exista opressão,
seja a que nível for*

José Afonso

ORGANIZAÇÃO INTERNA

Seguramente que a mais valia na política actual portuguesa, passou pelo aparecimento do Bloco de Esquerda. Pelas suas propostas arrojadas, sérias e fracturantes, assim como da pluralidade de todos e todas os que connosco têm ao longo de estes 8 anos, apresentado e defendido propostas políticas no Parlamento, nos seus concelhos, distritos, e, nos mais variados locais de ocupação profissional. Esta diversidade, este pluralismo, tem sido a força motriz do crescimento do Bloco, apresentando-se como a nova forma de participação na política activa, podendo-nos afirmar como a esquerda moderna, que nega o vanguardismo revolucionário e que assume o objectivo de alcançar a maioria social.

Este foi o **Começar de Novo**, em que a maioria de nós nos empenhamos e que muitos de nós sentimos, há algum tempo, ter começado por esbater-se no dia a dia das práticas políticas dentro do Bloco.

Foi por isto que já na anterior convenção propusemos a realização de um encontro sobre organização e funcionamento interno, que continuamos a pensar que é indispensável.

Necessariamente teremos que caminhar, cada vez mais, para uma maior eficácia de ordem organizativa. Cada vez mais, teremos de ser capazes de assumir as responsabilidades políticas que muitos portugueses nos delegaram, através da confiança do voto expresso por milhares de mulheres e homens que acreditaram e acreditam que somos capazes, em cada local de trabalho, nas escolas, nos variadíssimos concelhos e distritos, nas regiões e no parlamento, de interpretarmos o pulsar das revoltas sociais e cumprirmos os programas políticos que nos comprometemos a defender nos lugares para que fomos eleitos e fora deles.

O grande equívoco é que, ao mesmo tempo que apresentamos, votamos e aprovamos em Convenção, propostas de funcionamento interno, no que diz respeito à pluralidade de opiniões de participação, acção e discurso, a realidade oferece-nos coisa bem diferente.

Não é possível continuar a assumirmo-nos como a esquerda moderna, com actos internos contraditórios. Verdadeiramente, por muitos concelhos, distritos e regiões o que predomina é a velha esquerda controleirista que muitos de nós nos negamos a aceitar.

Não foi este o sonho do Começar de Novo.

Muitas vezes, diríamos, demasiadas vezes, aplicam métodos de liderança de práticas políticas de acção muito semelhantes ao que muitos de nós reconhecemos com alguma facilidade como erros históricos, que levou a esquerda portuguesa à derrocada política e ao total descrédito de muitos homens e mulheres na verdadeira democracia, dentro do universo partidário. Negamos a cometer os mesmos erros e não aceitaremos que alguns pretendam continuar nesse paradigma.

É, torna-se verdadeiramente nuclear que o Bloco consiga assumir a prática interna da descentralização e não as orientações formatadas através da cúpula. É, torna-se imprescindível de que as estruturas eleitas em cada concelho, distrito ou região, fiquem democraticamente imunes ao trabalho mecânico da solução das correias de transmissão.

Todos nós lutámos ao longo destes 8 anos por novas formas de intervenção política, de nos afirmarmos perante os portugueses que somos a esquerda moderna, responsável e plural e, é por isso que reafirmamos de que não permitiremos que voltem os velhos dogmas.

Esta será no nosso entender, a melhor forma de defendermos o futuro do Bloco de Esquerda, enquanto partido plural que se propõe alcançar a maioria social. Esta, é a forma de continuarmos a garantir que somos diferentes, não só nos discursos mas, essencialmente nas práticas, e, para isso, será sempre bom começarmos pela nossa própria casa.

A objectividade de uma análise ao funcionamento das estruturas nacionais do BE, reconhecerá obrigatoriamente, uma absoluta prática representativa.

Afinal, será este tipo de actuação, que os bloquistas reivindicam ?

Uma filosofia activista, não pode deixar de defender, apelar e fomentar a participação, demonstrando (e reconhecendo!) ser esta a única prática capaz, de se opor aos interesses instalados, cujo poderio se reconhece, na actuação de personagens menores - eventualmente

com vontade própria, se defensores do sistema - aliçados por mordomias que os seduzem, tornando-os testas de ferro do poder instalado.

Os representantes bloquistas, serão legitimados na defesa de princípios e directrizes políticas, definidas em plenário mas, como princípios que são, a prática política, mostra-nos que a diferença de actuação tem forçosamente de assentar **na partilha da decisão!!!**

A LIDERANÇA, ASSENTARÁ NA CAPACIDADE DE CONVENCER

- EXPLANANDO, CONFRONTANDO, ARGUMENTANDO.

CORRER POR FORA, NÃO PODE SER INVOCACÃO VÃ.

... A verdade é que chegadas à sociedade de consumo e mantendo expectativas altas para o futuro próximo, elas relativizam a importância da cidadania na exacta medida em que são influenciadas pelos discursos do individualismo e do sucesso pessoal. Mas há que reconhecer que a política que existe tem ajudado bem pouco a superar este quadro e, pelo contrário, revela-se um factor do seu agravamento: a fulanização aproxima-a de uma feira de vaidades, o minimalismo da dependência face aos media retira-lhe densidade e qualidade, a gestão de influências diminui-lhe a credibilidade...

...Os partidos de massa transformam-se em federações de interesses que ocultam a ideologia por detrás de programas e declarações minimais de circunstância. A militância, que incorporava em si a ideia de participação e cidadania activa, dá lugar a um processo de integral profissionalização das actividades políticas e sociais. ...

in " Começar de Novo "

O funcionamento do sistema partidário, mais concretamente, **o modo como funcionam os partidos, sofre de " neoplasia " e, estando o Bloco a perder as defesas, o mal terá, rapidamente, de ser extirpado!**

O crescimento eleitoral do Bloco e o espectro político resultante das últimas legislativas, potenciam a responsabilidade bloquista no processo legislativo, favorecendo a promiscuidade com o sistema que, supostamente, se quer combater!

Enquanto a falta de debate interno, se limitava a possibilitar discursos mais ou menos pessoais mas inconsequentes, dado vislumbrar-se um qualquer momento no futuro, para chamar os autores à " pedra " (!), no

presente, não é tarefa fácil trazer os palestrantes à pedra e... já não vai a tempo !!!

A **ovelha negra** que os bloquistas anseiam personificar no sistema, está a perder a cor e, prosseguindo o actual caminho, rapidamente se limitará a ser... **mais uma!**

Um partido que invoca movimento no percurso a seguir, **não pode ostracizar vozes dissonantes**. Obter reconhecimento ou respeito na sua diferença, será a passadeira que os bloquistas estenderão aos inconformados com a inevitabilidade da via capitalista.

O combate à ofensiva neoliberal, dada a disparidade das forças em confronto, passa pela capacidade de congregar todo o descontentamento que o sistema induz, na implementação voraz, dos interesses do capital. A capacidade que o poder possui, (... e refina, dia a dia!) de antecipar a percepção de períodos convulsivos, permite-lhe gerir o descontentamento, mantendo a ilusão dos benefícios de uma sociedade capitalista.

As propostas políticas do Bloco na vertente institucional, terão de ter em conta, na sua génese, as mais-valias resultantes de um processo de confronto de argumentação e opinião dos seus activistas, eliminando à partida, as tendências egocêntricas dos **representantes**, tendencialmente afeitos à livre criação.

A ACTUAL REALIDADE DO BLOCO, CONFRONTA-NOS COM UM NOVO PODER - O GRUPO PARLAMENTAR !

Estatutariamente, o enquadramento do Grupo Parlamentar na orgânica do Bloco, é completamente omissivo e, portanto, **terá de depender exclusivamente da Mesa Nacional do Bloco**, órgão máximo entre Convenções, ao qual compete a definição das linhas de orientação política.

A estrutura organizacional, dos diferentes patamares de intervenção institucional, terá forçosamente um papel produtivo mas, **a interacção com as bases terá de ser um facto**.

Não é admissível, um universo de activistas ser confrontado com propostas políticas, potencialmente reguladoras e, portanto, geradoras de condicionantes legislativas, em que a sonegação da intervenção

política é um facto.

A actuação do grupo parlamentar, assente numa lógica tecnocrata, limita-se a viver de assessores, restringindo a discussão política ao seu umbigo (...e ao resto da Comissão Política ?!), num total desprezo, pelos restantes activistas **renegando a riqueza da diversidade, tão cara à fundação do Bloco** - ostentando um ar elitista e iluminado !!!

AFINAL, QUEM LEGITIMA A ACTUAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR ?

O VOTO ? ... OU O MOVIMENTO ?!

Não é admissível, o órgão máximo do movimento entre Convenções, **a Mesa Nacional, não ser confrontada com a discussão política das iniciativas parlamentares !**

O problema de **falta de debate interno**, no projecto e implementação do caminho a seguir - **faz-se o caminho, caminhando** - não é perceptível, aos autistas da Comissão Política e, tudo leva a crer que, a maioria da Mesa Nacional eleita, habita o mesmo mundo !

Que ilações se podem extrair de um **processo de apresentação / debate** – “**Rumo Estratégico do Bloco**” - presente em dezenas de encontros de activistas (com centenas de intervenções!), cujo conteúdo final, **não alterou uma vírgula ao documento proposto pela Comissão política ?!**

Afinal, se a intervenção estiver no voto e não na actuação, que estímulo se dá aos activistas ??

Onde assenta a coerência de um discurso de causas, com prática de marginalização da intervenção ?

É ESTE O SONHO DO COMEÇAR DE NOVO ?!?!

INTERVENÇÃO NAS AUTARQUIAS

O manifesto autárquico de Lisboa/99 é em nossa opinião, o melhor texto sobre a matéria, produzido no BE, pela audácia de algumas propostas, pela clareza, densidade e interligação com que as propostas são expostas.

Outros documentos inovam alguns aspectos e como se usa (já) dizer (também) no BE, globalmente estamos de acordo com o aprovado.

Consideramos porém, que é nesta área que mais expomos a ausência de exigência no nosso trabalho enquanto movimento político organizado!

A lógica de para as autarquias, depressa e em força vem-se mostrando, parece-nos, reveladora de três situações que urge corrigir, se é que o nosso método para a transformação social, é ser mola da participação cidadã...

- 1 absentismo presencial e prepositivo

I - sermos modelo de presença interventora, avançando com propostas que sejam enraizadas nas queixas e anseios das populações, para o que é indispensável apoios de técnicos fundamentadores e leitura política alternativa.

- 2 ausência de megafone

II - temos de ampliar os dois vectores da divulgação

a) escarrapachar as decisões por todo o lado e de todos os meios

b) infiltrar as populações nos órgãos, funcionando como subversão do sistema, mostrando às populações que ali ninguém quer saber deles e impondo aos partidos institucionais o incómodo de terem de ouvir as populações e esta a perceber como eles actuam.

- 3 incapacidade de estudo e sistematização continuada

III- É nossa opinião que a principal limitação ao trabalho dos eleitos, reside no desconhecimento técnico de muitas matérias, pelo que consideramos indispensável a reformulação do gabinete autárquico (se é que existe).

No outro vector da democratização da informação, temos a opinião que a comissão autárquica deverá acompanhar de perto todos os eleitos em cada distrito garantindo-lhes apoio e informação sobre matérias mais técnicas. Como explanamos em outro capítulo, a fórmula que nos parece ser a mais potenciadora dos objectivos enunciados pelo BE, é a de grupos de trabalho com as características aí formuladas.

Os eleitos têm de ter interacção primacial com as populações, desmontando em processo continuo as razões e os entraves para o alheamento destas em relação à política e colocando ao seu alcance (na medida do possível) os mecanismos para inverter esta realidade.

MUNDO DO TRABALHO

“... para lá de todas as aparências, a barbárie está a ganhar terreno à civilização. Só a coragem de uma crítica capaz de ir às raízes dos problemas permitirá encontrar respostas radicalmente intransigentes com a injustiça. Menos que isto não vale a pena.

In Começar de Novo

Consideramos que por esta área de intervenção política se modela o que de mais importante condiciona a evolução da esquerda.

Agora como antes!

Parece-nos que a História nos mostra, que quando as condições de exploração aumentam, as formas de organização tornam-se mais difíceis e inversamente também nos parece verdade...

Na nossa opinião, a super estrutura sindical não tem como ser regenerada. Entre outras razões, porque verificamos na orgânica dirigente uma lógica que continua a ser de antes definhar que perder o controle.

Se acrescentarmos a isto, o aparentemente inevitável enquistamento das instituições; parece-nos óbvio que temos de impulsionar estruturas novas de organização dos trabalhadores.

Não que defendamos o enfrentamento com as direcções sindicais.

Nem pouco mais ou menos!

Consideramos uma perda de energia ir à conquista das direcções sindicais.

A vontade e necessidade de reconquistar a credibilidade das organizações dos trabalhadores, não nos pode levar a pulverizar a capacidade de reivindicar. A actuação das comissões de trabalhadores, (onde temos responsabilidades notórias...) deve ser alvo de reflexão pois, os cenários previsíveis, potenciam a fraqueza do mais fraco que, como é evidente, será

sempre o trabalhador!

Consideramos prioritário construir organização nos locais de trabalho.

- Muita troca de experiências
- Muita divulgação das pequenas e grandes vitórias, mas também das derrotas.
- Muita divulgação pormenorizada da teoria que organizou os trabalhadores nos séculos XIX e XX e subsequente reflexão para encontrar pistas novas, adaptadas às condições de exploração actualmente em vigor, que ultrapassem o isolamento dos dirigentes.

Temos de, em permanente abertura inventar fórmulas orgânicas que considerem a precariedade como alvo principal da nossa luta.

Sem integrarmos a imensa massa dos trabalhadores precários, não conseguiremos ganhar a maioria social indispensável à transformação da sociedade...

CULTURA É IDEOLOGIA...

A postura cidadã é, em nossa opinião, enformada pelos modelos socialmente induzidos!

É em consequência desta convicção que queremos deixar alguns tópicos, e tão só isso, no que se refere aos modelos culturais induzidos pelo e no Bloco de Esquerda.

Termos a audácia de apor às nossas actividades; metodologias, formatos e temáticas que propulsionem massa crítica interna e circundante, para reforçar a capacidade de embate e contestação aos modelos acéfalos e conservadores vigentes, fomentados pelo Poder.

Valorizar iniciativas de continuidade, reflexão e descentralizadas que sejam ferramentas contra o espectáculo, o efémero, a indisponibilidade crítica.

A Cultura, ganha com a diversidade e, como tal, as minorias devem ser vistas como um enriquecimento para o todo, não devendo jogar a sua sobrevivência no mercado!

Na retaguarda do activismo político quotidiano tem de existir, ser acarinhada, em permanente interacção, a reflexão ideológica construtora de outro sistema de

valores, de cariz socialista!

GRUPOS DE TRABALHO

Os grupos de trabalho têm de cumprir a função que lhes dá sentido.

Não são em si mesmos estruturas representativas legitimadas. São, deveriam ser, estruturas de apoio e reflexão para o trabalho aprofundado do activismo e dos dirigentes no quotidiano da actividade política.

Estruturas abertas de reflexão, onde temos vantagem que confluam as múltiplas experiências, tão diversas quanto possível, para enriquecimento das propostas a apresentar.

Não devem ter uma lógica orgânica hierarquizada.

Devem ser o suporte fundamentador para as propostas públicas das estruturas eleitas e representativas do Bloco de Esquerda. Devem ser o local de maturação temático que impulsionem periodicamente encontros nacionais temáticos que vão formando a densidade e a síntese prepositivas em cada área específica.

As propostas produzidas, devem despoletar processos de debate / discussão, **obrigando-se os órgãos legitimados, a assumir a sua inclusão na agenda, da respectiva ordem de trabalhos.**

OS JOVENS NO BLOCO DE ESQUERDA

Ao fim de 8 anos de existência do Bloco de Esquerda foram muitos os jovens que aderiram ao movimento, pois sentiram que este era o espaço político que faltava preencher em Portugal.

O Bloco apresentou-se como a verdadeira Esquerda de confiança, uma Esquerda moderna e acima de tudo uma Esquerda com causas! Os jovens sentiram-se atraídos, pois viram no Bloco, o olhar crítico e a não resignação ao consenso. E porque o Bloco é constituído por todos os seus militantes, desde o início, opusemo-nos à criação de uma jota, pois acreditamos na participação activa no seu todo.

O crescimento do Movimento, obriga-nos a definir o nosso espaço de intervenção e as nossas prioridades de acção. A estratégia utilizada até agora, não tem funcionado bem.

A existência de uma Coordenadora Nacional de Jovens, eleita de dois em dois anos, não tem conseguido fomentar a participação dos Jovens de forma a estes se sentirem verdadeiramente parte integrante do Bloco. Apesar da autonomia existente, para a criação de núcleos e Coordenadoras Distritais de jovens é cada vez mais frequente o afastamento de muitos jovens da acção política do movimento um pouco por todo o país! Situação que nos deve preocupar, pois os jovens são o pilar de crescimento de qualquer movimento.

Torna-se então, necessário apostar mais na juventude e criar todas as condições para que estes possam intervir com mais regularidade, quer internamente, quer externamente.

Devemos apostar mais na formação política e dar oportunidade a todos os jovens de se sentirem responsáveis dentro do Bloco, pois só assim, é que se vão sentir úteis e colocar de lado a ideia de que são meros cola cartazes e distribuidores de panfletos nas campanhas.

Enquanto jovens, somos todos do Bloco de Esquerda e devemos saber respeitar as diferentes opiniões, e ao mesmo tempo procurar reunir uma linha de consenso entre todos, sem nunca desrespeitar o que nos diferencia dos outros Movimentos ou Partidos, que é o direito à Diferença! Queremos que Bloco seja de todos e para todos, pois só assim é que faz sentido afirmarmo-nos como a Esquerda Alternativa!

SUBSCRITORES DA MOÇÃO B

"POR UMA PLATAFORMA DE DEMOCRACIA SOCIALISTA"

- 1 - Maria Helena Lemos Oliveira e Carmo (Sintra)
- 2 - Jorge Céu (C. Rainha)
- 3 - Teodósio Maria Alcobia (Sintra)
- 4 - José Aleixo (Aveiro)
- 5 - Marco Loureiro (Viseu)
- 6 - Bento Pereira Leonardo (Cascais)
- 7 - Fernando Lacerda (V. Nova Gaia)
- 8 - Cristiana de Sousa (Marinha Grande)
- 9 - Armando Herculano (Vila do Conde)
- 10 - António João Sequeira (Setúbal)
- 11 - Ana Boa-Ventura (Leiria)
- 12 - José Manuel Estevens (V. R. Stº António)
- 13 - Maria Luís (Pombal)
- 14 - António Sequeira Mendes (Alcobaça)
- 15 - Tiago Antunes da Silva (Guarda)
- 16 - Amável António Fonseca Lopes (Cascais)
- 17 - António Luís de Sousa (Alcobaça)
- 18 - Fernando Rocha (C. Rainha)
- 19 - António Manuel Jesus Rodrigues (Cascais)
- 20 - João Manuel Camacho Marques (Loures)
- 21 - Victor de Sousa (M. Grande)
- 22 - Regina Maria Gomes Costa (Cascais)
- 23 - Ivandro Mário da Costa Cordeiro (Cascais)
- 24 - Luís Nuno Lopes da Silva (Cascais)
- 25 - Maria Eduarda Macedo Céu (C. Rainha)
- 26 - Paulo Manuel Varandas (Cascais)
- 27 - José António Quintas Pereira (Cascais)
- 28 - Pedro Becken Filipe (Cascais)

Representante na COC da moção: Teodósio Alcobia

Moção C

TODOS NA LUTA, EM TODAS AS LUTAS!

[Consulta o blog de debate em <http://alterbloco.blogspot.com/>]

Somos bloquistas, uns da fundação do movimento, outros chegados pelos caminhos, somos activistas de base, militantes do associativismo, sindicalistas, autarcas, membros de concelhias, distritais, da Comissão de Direitos e da Mesa Nacional. Somos maioritariamente independentes, ou seja, para a maioria de nós a única organização política de filiação é o BE. Connosco está também a Ruptura/FER, corrente fundadora do Bloco.

Temos, quase unanimemente, apoiado as Moções e listas maioritárias para os órgãos de direcção nacionais. Entendemos ter agora chegado um novo tempo, e por isso vimos a esta Convenção exercer o nosso direito (para nós um dever) de participar na definição da linha política do Movimento.

Por isso apresentamos uma Moção e convocamos as e os bloquistas, sem excepção, para o debate político, para escolhas conscientes e informadas. Um debate em unidade, com o propósito comum de reforçar o BE, mas recusando falsos unanimismos e consensos de cúpula.

Tempos conturbados estes primeiros meses de 2007.

Enquanto num concurso populista de TV o sr. Salazar disputa a primazia nas preferências dos “portugueses”, em Lisboa a sede da PIDE metamorfoseia-se em condomínio de luxo e em Sta Comba aprova-se um Museu em homenagem ao ditador. No Marquês, um outdoor com a carantonha de um nazi, apela à expulsão dos imigrantes. Em Sta Comba, a televisão passa imagens de populares de mão direita estendida. O que não ouvimos nem vemos, mas não podemos ignorar, são as vítimas da ditadura. É a democracia mitigada, assimétrica, refém do poder económico e do conservadorismo.

Em Fevereiro, anuncia-se o princípio do fim da perseguição e humilhação das mulheres que decidam abortar. Apesar de ser uma aposta de alto risco aceitar referendar direitos, a esquerda e os progressistas ganharam, mas o PS aproveitou, com oportunismo, para abrir ao sector privado mais uma área de actividade na saúde.

Em Março, realizam-se, pelas capitais do mundo, grandes manifestações contra a invasão e a guerra no Iraque. Lisboa tem a sua particularidade: duas manifestações, a escassas centenas de metros uma da outra, ilustram bem o longo caminho a percorrer para a unidade nas lutas da Esquerda portuguesa. Mas, enquanto se anuncia a pretensa retirada do Iraque, sente-se a ameaça da invasão ao Irão. O império balanceia mas não cai. Pelo menos sem um bom empurrão.

Bem longe das nossas rotinas, a América Latina assiste à chegada ao poder, pela via eleitoral, de forças contrárias ao imperialismo norte-americano, com os mais variados matizes e intensidades. Para quem tantas e repetidas vezes embarcou no “fim da história”, lá está a realidade a mostrar-nos como o impossível está muitas vezes ao virar da esquina. Sem rememorar as passadas incidências dos “partidos-irmãos”, urge que esta esquerda alternativa desvie por momentos o olhar da Europa e discuta o mundo em mutação, as lutas dos povos, na construção da luta global.

Ainda em Março o governo Sócrates celebra dois anos de mandato, dois anos de ataques inéditos e ferozes aos serviços públicos e aos trabalhadores. O défice diminui pelo desemprego, pelo desinvestimento. Os trabalhadores protestam às centenas de milhar na rua, mas a politização das lutas fica na gaveta. Nas sondagens o engenheiro não mostra sinais de mácula.

33 anos depois de Abril sabemos (dizem-nos os estudos publicados) que a maioria dos apoiantes do Bloco não viveu a Revolução, conhece-a dos relatos caseiros, da televisão ou dos bancos de escola. E o que fazem pela memória os protagonistas do antifascismo e do PREC (pois, é preciso explicar que existiu um Processo Revolucionário Em Curso)? Analisam-se hoje os “excessos” esquerdistas, como se estes fossem de geração espontânea e não reacção a mais de quatro décadas de ditadura. Fala-se de ocupações de fábricas, nacionalizações e reforma agrária como de crimes contra os bons capitalistas, assim impedidos de contribuírem para o desenvolvimento do país. É o revisionismo histórico, antecedente nuclear do pensamento único.

Chegados à nossa V Convenção, é tempo de fazer o balanço de oito anos de Bloco e perspectivar o nosso próximo futuro comum. Defendemos a promoção do debate ideológico e a discussão pelo conjunto dos aderentes de todas as grandes questões políticas que se colocam entre convenções, recusando a direcção centralizada e pugnando por uma militância esclarecida e livre. A candidatura e o exercício de cargos e funções deve ser inequivocamente plural, como condição para a construção de um BE mais inserido nas lutas sociais e mais próximo da base e suas necessidades e aspirações.

CAPÍTULO I AS OCUPAÇÕES DO IMPERIALISMO, O NEOLIBERALISMO E A ESQUERDA

A actividade internacional do Movimento deve ser intensificada, em diálogo com as diversas correntes da esquerda alternativa, pela globalização das lutas dos trabalhadores e oprimidos de todo o mundo, numa causa comum de defesa dos direitos humanos e do progresso social, no quadro de uma nova ordem mundial socialista.

Esta actividade internacional estará de acordo com uma orientação internacionalista de esquerda, ultrapassando a actual linha “europeísta de esquerda”, que se vem desenvolvendo num quadro social-democratizante, com aspirações ou concretizações de gestão do capitalismo. Sendo certo que os contactos com outros partidos da esquerda alternativa se desenvolvem prioritariamente na Europa, por força da presença de Portugal na UE, não pode o BE alhear-se das lutas dos trabalhadores e oprimidos de todo o mundo, com os quais deve estabelecer contactos e partilhar experiências.

1.1 AS GUERRAS DO IMPÉRIO

1.1.1 BUSH E BLAIR PERDEM A GUERRA NO IRAQUE

A guerra no Iraque é o acontecimento charneira na ofensiva do império pela dominação total do planeta. De um lado os ocupantes, liderados pelos EUA, e do outro os que condenaram a invasão e exigem hoje a retirada das tropas. No terreno coexistem radicalismos religiosos e resistência nacionalista, alguma dela apontada como sucedâneo do fragmentado exército iraquiano. Com todas as suas contradições, a luta da resistência iraquiana obteve grandes vitórias no terreno, e contribuiu para que vários países, entre os quais Portugal, abandonassem a coligação com os EUA. Bush e os seus falcões estão cada vez mais isolados e desgastados, tendo perdido as últimas eleições para os “democratas”, que defenderam a retirada das tropas do Iraque e fizeram aprovar o respectivo calendário a par de mais 124 milhões de dólares para o “esforço de guerra”. O mesmo acontece com Blair na Inglaterra, que já começou a retirar as suas tropas. **Perspectivando a derrota da invasão, a Esquerda deve juntar vozes pela laicização e democratização do Iraque e pela libertação do povo iraquiano de todo o tipo de opressão.**

1.1.2 UM SÓ MUNDO, TODAS AS GUERRAS

A ocupação do Iraque não é a única. Há tropas imperialistas neste momento no Afeganistão, no Líbano, no Haiti, na Somália e em Timor, entre outros países. O Afeganistão constitui a maior operação da história da NATO. Mais de mil militares portugueses estiveram, ou estão ainda, envolvidos em missões internacionais na Bósnia, Kosovo, Afeganistão, Congo, Iraque, Timor e Sudão. O Bloco de Esquerda, correctamente, sempre foi contrário à ocupação do Afeganistão e ao envio de tropas portuguesas para integrar a UNIFIL (Força da ONU). Quanto a Timor, a direcção do BE inicialmente absteve-se de condenar claramente – apenas manifestando reservas – a decisão do governo Sócrates de enviar forças da GNR para participar da missão criada pela ONU e liderada pela Austrália, em meados do ano passado, mas posteriormente corrigiu a política, passando a exigir o regresso dessas forças militarizadas.

Importa apoiar a consolidação da independência e desenvolvimento sócio-económico de Timor, sob ameaça dos recorrentes conflitos internos e da política neo-colonialista da Austrália, que interfere de forma acentuada na política local.

1.1.3 PALESTINA: UMA NAÇÃO ADIADA

A ocupação da Palestina por Israel e a resistência do povo palestino é outro aspecto central da política internacional. Foi a força dessa resistência que impôs uma derrota política à OLP e à Fatah, dando a vitória ao Hamas e ao fundamentalismo religioso, que beneficiou das suas políticas sociais nas autarquias e da contestação à corrupção da Autoridade Nacional Palestiniana. Este resultado representou também o repúdio à política conciliadora da OLP, que aceitava uma Palestina dividida em “bantustões”, liderada por um governo dependente política e economicamente de Israel e do ocidente. Com o objectivo de inviabilizar o governo do Hamas, Israel e o imperialismo suspenderam o envio de verbas, ao mesmo tempo que as tropas israelitas invadiam os territórios palestinos, prendiam membros do governo do Hamas e continuavam o genocídio contra o povo palestino, sempre justificado com as actividades terroristas de facções palestinas.

A esquerda só é internacionalista se se mantiver firme ao lado do povo palestino na luta por uma nação livre e independente.

1.1.4 BUSH E ISRAEL PERDEM A GUERRA NO LÍBANO

A vitória do Hamas provocou uma reacção violenta por parte de Israel, não só em Gaza e na Cisjordânia, mas também no Líbano. Em meados de 2006 Israel invadiu o Líbano, a pretexto do rapto de um soldado israelita. O objectivo de Israel e dos EUA era destruir o Hezbollah, o partido chiita que, desde 1985, quando expulsou as tropas sionistas do Líbano, configurando a primeira derrota militar de Israel no Médio Oriente, se transformara numa espécie de estado dentro do estado, com exército próprio, empresas, hospitais e escolas.

A vitória do Hezbollah não pode ser explicada apenas por uma análise militar. Esta vitória é a expressão mais visível da disposição de luta do povo libanês que, de forma significativa, apoia, defende e integra o exército do Hezbollah, cujas ligações externas são por demais evidentes. É justamente para o derrotar que surge a Resolução 1701, da ONU. Esta resolução não condenou a agressão israelita nem a destruição que causou, mas limitou-se a declarar o cessar-fogo e enviar milhares de “capacetes azuis” para o lado libanês da fronteira. Ao mesmo tempo, insiste no cumprimento de resoluções anteriores para “desarmar o Hezbollah”. Os que defendem – ou não condenam, o que vem a dar no mesmo – a participação de soldados portugueses na Unifil argumentam na utilidade desta missão

para reconstruir o país e dificultar uma nova agressão de Israel. A verdade é que missões como estas nunca tiveram por objectivo evitar qualquer agressão imperialista ou de Israel. Essas agressões só são enfrentadas e rechaçadas pelos povos dos países agredidos, apesar dessa resistência ser muitas vezes dominada por forças conservadoras, anti-democráticas e em muitos casos, fundamentalistas.

Também aqui o que está em causa é o direito à autodeterminação dos povos, libertos da opressão dos que, interna e externamente, a coberto de desmesuradas narrativas ideológicas, procuram consolidar os seus projectos de dominação, desvalorizando os “danos” colaterais traduzidos na morte de milhares de inocentes, sempre os mais desfavorecidos e sem voz.

1.2 O IMPÉRIO EM CHEQUE NA AMÉRICA LATINA

1.2.1 A ORIGINALIDADE DO “CAPITALISMO ANDINO”

Na América Latina, os interesses imperialistas também têm sofrido importantes reveses. A revolução latino-americana não lhes deu trégua, e aos seus representantes locais, nestes dois últimos anos, nas ruas de La Paz, Oaxaca, Caracas ou Puerto Príncipe. Na Bolívia, desde a queda do presidente Sanchez de Lozada, mineiros e agricultores têm-se manifestado para exigir a nacionalização dos hidrocarbonetos e a reforma agrária, numa luta que se expressou no triunfo eleitoral do presidente Evo Morales, do Movimento ao Socialismo. A pressão do movimento popular levou o governo de Morales a aprovar o Decreto de Nacionalização dos Hidrocarbonetos, que recuperou a propriedade das reservas para o Estado e garantiu maiores receitas ao país. Os maiores rendimentos obtidos com os novos contratos de petróleo e gás, ao lado da alta internacional dos preços dos minerais, permitiram o aumento do salário mínimo e outras concessões à população. Mas as medidas de Morales foram parciais: não resultaram na expropriação das multinacionais, que continuam a controlar a maior parte das riquezas do país, enquanto a reforma agrária afecta as terras improdutivas, e não as propriedades dos grandes latifundiários, criadores de gado e madeireiros.

O governo do MAS afirma que a sua política, é conciliar os “interesses nacionais” do povo e da maioria oprimidas com os do grande capital, num “capitalismo andino”.

1.2.2 O QUE ESTÁ EM CAUSA NA VENEZUELA?

Mas é na Venezuela de Hugo Chávez que se tem concentrado a atenção da esquerda e dos trabalhadores de todo o mundo. No plano da propaganda ouvem-se os discursos de Chávez, em que anuncia que o país iniciou “a fase de construção do socialismo” e a nacionalização de empresas, ou em que denuncia o imperialismo de Bush; na prática, assistimos às medidas que vem adoptando em nome da solidariedade latino-americana, como a compra de títulos da dívida externa da Argentina ou o fornecimento de petróleo em troca de serviço médico a Cuba, que fazem com que uma grande parte da esquerda e dos trabalhadores o vejam - e à sua auto-proclamada “revolução bolivariana” - como uma alternativa para a construção do socialismo. Infelizmente, não é nesta direcção que as medidas de Chávez apontam.

A Venezuela, assim como vários outros países da América Latina, entre os quais o Brasil, estão a pagar regularmente a sua dívida externa, isto é, está a transferir recursos que são do povo para os cofres dos banqueiros dos EUA e da Europa, para saldar uma dívida imoral. A compra de títulos da dívida Argentina pelo governo venezuelano só beneficia, uma vez mais, o capital financeiro. Em vez de liderar a luta dos países latino-americanos pelo não-pagamento da dívida externa, Chávez, pelo contrário, paga a sua e a dos outros. No caso das nacionalizações, são medidas inegavelmente progressivas, mas profundamente limitadas: as empresas nacionalizadas estão a ser compradas e não nacionalizadas sem indemnizações; não englobam outros sectores-chave da economia, como a produção petrolífera ou a indústria automobilística; e o governo não prevê nenhum tipo de controlo dos trabalhadores nas empresas nacionalizadas.

Chavez junta a umas viagens a Cuba uma pose populista e anti-imperialista, mas na prática o seu “caminho para o Socialismo” não é feito com os trabalhadores, nem em ruptura com os modelos de produção capitalistas.

1.2.3 HAITI: UM CASO EXEMPLAR DE COLABORACIONISMO

O caso do Haiti, na América Central, é paradigmático da capitulação de vários governos latino-americanos, entre os quais o de Lula da Silva, ao imperialismo. Em 2004, as tropas norte-americanas invadiram o país com a recorrente justificação da ajuda humanitária. Para

poder concentrar o seu esforço militar no Iraque, Bush exigiu que os seus soldados fossem substituídos pelos capacetes azuis da ONU. Actualmente, cerca de 10 mil soldados da Minustah (Missão da ONU) garantem o regime colonial no Haiti, a maioria deles proveniente do Brasil, mas também da Argentina, Chile e Uruguai. Perante o protesto da população, que exige o retorno de Aristide e o fim da ocupação militar, os soldados da ONU atiram para matar, realizando verdadeiros massacres.

A presença militar no Haiti é a face mais cruel de uma política de total submissão de governos pretensamente de esquerda, como o de Lula, Néstor Kirchner e Tabaré Vazquez (Uruguai), ou de centro-esquerda, como o de Michelle Bachelet (Chile), e das burguesias desses países ao imperialismo europeu e norte-americano.

Esses governos, assim como o de Chávez e de Evo Morales, são a expressão eleitoral de um gigantesco ascenso da luta social na América Latina, mas, contraditoriamente, têm por missão, de forma mais ou menos encoberta, justamente derrotar a mobilização que os levou ao poder.

1.3 LUTAS IMPÕEM ATRASOS E RECUOS AO PROJECTO NEOLIBERAL EUROPEU

1.3.1 “NÃO” À CONSTITUIÇÃO EUROPEIA: UMA DERROTA PARA O PROJECTO NEOLIBERAL

O “Não” à Constituição Europeia, em 2005, e a vitória da luta contra o CPE, na Primavera de 2006, ambos na França, constituíram os momentos altos do embate contra os planos neoliberais na UE. No primeiro caso, a derrota do projecto da burguesia europeia, dirigida pelo “Directório” (Alemanha, França, Itália e Inglaterra), de constitucionalizar os seus ataques neoliberais e planos militaristas foi tão violenta que até hoje o impasse perdura. Ao “Não” francês seguiu-se o “Não” holandês e uma profunda desorientação por parte do “Directório”. O “Não” conseguiu também travar alguns dos aspectos mais brutais da ofensiva neoliberal, como o chamado “princípio do país de origem” da Directiva Bolkenstein, de liberalização dos serviços públicos. A gigantesca mobilização dos estudantes, com o apoio da classe operária francesa, contra o CPE, antecedida pela rebelião dos jovens excluídos, obrigou o governo Chirac a retirar a lei, já aprovada pelo parlamento. Ambas as vitórias ocorreram no contexto de uma intensa mobilização dos trabalhadores franceses, contra as privatizações, a reforma das pensões, o desemprego

e melhores salários.

Estes são dois casos exemplares de batalhas “perdidas” que os trabalhadores e os jovens transformaram, lutando, em vitórias contra os Golias do Directório.

1.3.2 AFINAL HAVIA LUTA!

Mas não foi só a França que assistiu a mobilizações contra os ataques aos direitos sociais. Na Grécia, a greve geral de 15 de Março de 2006 foi a quinta em apenas um ano e a mais bem-sucedida. Em Fevereiro/Março deste ano, dezenas de milhares de universitários gregos ocuparam as ruas de Atenas e enfrentaram a polícia contra o projecto do seu governo de privatizar o ensino superior, conforme determinado pelos planos de Bolonha. Na Bélgica, após doze anos, houve duas greves gerais em Outubro de 2005 e, em Novembro de 2006, uma grande mobilização contra o encerramento da fábrica da Volkswagen. Na Itália, a derrota eleitoral do governo de direita de Berlusconi poderia ter reforçado a luta dos trabalhadores italianos, mas o governo da coligação liderada por Prodi, e integrada pela Refundação Comunista, está a impedir que isso aconteça.

O governo Prodi, alegadamente de centro-esquerda, está a dar continuidade à política de Berlusconi, no que esta tinha de essencial, tanto interna quanto externamente.

1.3.3 DEFENDER DIREITOS, EXIGIR MAIS DIREITOS

As lutas dos trabalhadores e dos jovens por toda a Europa vão no sentido de impedir a destruição dos direitos sociais básicos, o fecho e a deslocalização das empresas, a precariedade do trabalho e a privatização do património estatal, duramente atingido na década de 90. Há hoje 17 milhões de desempregados na Europa, 15 a 16% da população vive abaixo do nível de pobreza (com picos de 18% no Reino Unido ou 21 % na Irlanda) e, na Itália, 70% dos empregos criados em 2005 eram precários. Uma das lutas mais emblemáticas contra o projecto neoliberal da UE está a ser protagonizada pelos trabalhadores da Airbus (financiada por um consórcio de governos europeus), contra o plano Power 8, cuja intenção é cortar 10 mil empregos, aumentar a jornada de trabalho de 35 para 40 horas sem aumento salarial, fechar fábricas, privatizar outras e transferir parte da produção para a China e outros países com salários mais baixos e sem direitos laborais. A mobilização contra o Power 8 tem

significado paralisações e concentrações nos quatro países envolvidos.

Como exemplifica esta luta, a ofensiva neoliberal está relacionada com uma nova divisão internacional do trabalho, que inclui as deslocalizações industriais para os países da Ásia, em particular a China, e do Leste europeu.

1.3.4 O GRANDE CAPITAL NÃO DORME

Os países do Leste europeu foram convertidos em bolsas de mão de obra barata, qualificada e sem direitos, em plataformas de imigração para outros países da UE e em destino de exportação para as grandes multinacionais. A UE é a plataforma imperialista dos grandes grupos capitalistas europeus e dos seus governos, para recolonizar o Leste europeu e para defender no terreno mundial o seu quinhão face à voracidade norte-americana. Ao mesmo tempo, tem aumentado exponencialmente o processo de centralização de capitais, através das fusões e absorções de empresas. O processo de centralização de capitais tem hoje o seu alvo apontado para as grandes companhias energéticas, de telecomunicações ou grupos bancários. Um exemplo ilustrativo, com as tensões e contradições que o acompanharam, foi o da OPA da Sonae, financiada pelo espanhol Santander, sobre a PT, ou a OPA da eléctrica alemã E.ON sobre a eléctrica espanhola Endesa.

Contra o capitalismo internacional é necessário edificar lutas globais dos trabalhadores, assentes na solidariedade e na determinação de quais são os adversários e os objectivos comuns.

1.3.5 BOLONHA: COM PAPAS E BOLOS...

Os planos de educação dos governos da União Europeia seguem os passos marcados pelo chamado Processo de Bolonha, subscrito em 1999 por políticos, grandes empresários e personalidades do mundo académico. Através de Bolonha, pretendem aplicar os critérios da livre concorrência empresarial à educação universitária, com uma nova estrutura de graduações elitista e ainda mais marginalizadora do estudante-trabalhador, a mobilidade académica, as propinas exorbitantes, a abertura a investimentos empresariais e a precarização do pessoal docente.

Estas são algumas das medidas que acompanham os projectos destinados ao desmantelamento da universidade pública e a sua privatização encoberda.

1.3.6 SOMOS TODOS IMIGRANTES

Os trabalhadores imigrantes são uma parte substancial da classe trabalhadora europeia, e a mais explorada, com um grande peso nos sectores como a construção civil, agricultura e serviços domésticos. Em países como a Espanha, por exemplo, representam 15% da classe trabalhadora. Os governos da UE, de direita ou de "esquerda", lançaram uma verdadeira cruzada contra o que chamam de "imigração ilegal", que nada mais é do que a tentativa, muitas vezes com risco de vida, de furar o bloqueio e ultrapassar as muralhas com que a UE se cercou para impedir a entrada "legal" dos trabalhadores dos países pobres. Esta cruzada contra os imigrantes inclui o estabelecimento de quotas de imigração, o encerramento de fronteiras, a expulsão dos imigrantes sem-papéis, o endurecimento das leis de estrangeiros e de asilo e a vinculação da "legalidade" à posse de um contrato de trabalho.

Ao mesmo tempo, apesar dos discursos piedosos e pretensamente humanitários, alimentam o racismo e a xenofobia, associando a imigração à deterioração da qualidade da educação e da saúde e à delinquência, quando não ao terrorismo, no caso dos imigrantes de origem árabe ou de religião muçulmana.

A União Europeia não é apenas a plataforma comum para atacar os trabalhadores, os jovens e os imigrantes, mas também o campo de batalha pela hegemonia da Europa, disputada entre a Alemanha, a França e a Inglaterra, com cada vez maior preponderância da primeira. Todas as questões fundamentais, tanto de política interna quanto externa, se resolvem entre os governos destes três países e respectivas multinacionais, em defesa dos seus próprios interesses. A Comissão Europeia depende deles, e o Parlamento Europeu não é senão o mecanismo "democrático" para legitimar as suas decisões.

1.4 O BLOCO E O PARTIDO DA ESQUERDA EUROPEIA

A participação do Bloco de Esquerda no Partido da Esquerda Europeia (PEE), como membro pleno, foi aprovada na IV Convenção, em Maio de 2005, com a justificação de que este partido incluiria correntes "unidas na luta contra a guerra e o neoliberalismo e na rejeição da NATO". Não está a ser esta a experiência de dois anos com o PEE. Neste período, o principal partido do PEE, a Refundação Comunista (RC), de Itália, passa a integrar o governo italiano do primeiro-ministro Romano Prodi,

depois da vitória eleitoral da coligação que encabeçava sobre Silvio Berlusconi. Com esta vitória, Fausto Bertinotti, secretário-geral da RC e "chairman" do Executivo do PEE, transforma-se também no Presidente da Câmara dos Deputados. Os deputados e senadores da RC têm votado favoravelmente medidas neoliberais e militaristas que condenavam, quando na oposição, nomeadamente a manutenção de tropas no Afeganistão e no Líbano e a ampliação da base da NATO em Vicenza. Quando um dos senadores da RC, Franco Turigliatto, se revoltou contra esta orientação, não votando favoravelmente a moção de apoio à política externa de Prodi e provocando a queda do governo, foi expulso do partido. Ao mesmo tempo, a RC aceitou as doze condições impostas por Prodi para continuar à frente do governo: entre elas, que apenas Prodi possa falar em nome de todo o governo; que em qualquer situação de divergência no seu interior seja Prodi a dar a última palavra; que sejam indiscutíveis no seio da coligação os projectos de redução da despesa pública e de reforma do sistema de pensões.

A Refundação não é apenas mais um partido do PEE, mas o mais influente no seu interior, apontado como modelo de partido anticapitalista. Na verdade, é um partido que, ao integrar um governo burguês e neoliberal, se curvou às necessidades da sua própria burguesia e da burguesia europeia, co-participando na ocupação do Afeganistão e nos ataques aos direitos dos trabalhadores. O PEE, ao não condenar o governo Prodi, é cúmplice dessas políticas.

Os representantes do Bloco de Esquerda no Partido da Esquerda Europeia deverão nos órgãos próprios manifestar uma posição fortemente crítica da participação de um membro do PEE, a Refundação Comunista, num governo cujas políticas não contrariam a ordem capitalista vigente, aprovam a presença militar da NATO no seu país e são cúmplices da "guerra infinita" do império norte-americano.

RESOLUÇÕES SOBRE POLÍTICA INTERNACIONAL

[Resolução 1] Contra as guerras do império, os activistas do Bloco associarão à campanha mundial pela retirada das tropas de ocupação do Iraque, dirigidas por Bush e Blair, a exigência de retirada das tropas da NATO do Afeganistão e do Líbano, bem como o regresso de todas as tropas portuguesas dos palcos de guerra.

[Resolução 2] O Bloco de Esquerda promove no primeiro semestre de 2008 uma Conferência Internacional, cujos debates incidirão particularmente na situação no Médio Oriente e nas políticas alternativas desenvolvidas em diversos países da América Latina. Para estes debates serão convidadas diferentes sensibilidades da esquerda mundial, ficando a Mesa Nacional mandatada pela Convenção para inclusão de outros temas centrais, de acordo com a evolução da situação política internacional.

[Resolução 3] A V Convenção do Bloco de Esquerda apresenta publicamente a todos os partidários da paz - associações, partidos políticos e cidadãos - um repto para a constituição de um vasto movimento popular, que tenha como objectivo principal lutar pela constituição de uma maioria que possibilite a saída de Portugal da NATO e, concomitantemente, o término da presença de tropas estrangeiras no nosso país e da utilização do território nacional como plataforma para acções belicistas.

CAPÍTULO II GOVERNO SÓCRATES: A MAIOR OFENSIVA CONTRA OS DIREITOS DOS TRABALHADORES E OS SERVIÇOS PÚBLICOS

O Bloco fará oposição frontal ao governo PS, enquanto responsável pelos mais recentes ataques aos trabalhadores e qualidade de vida da população. A oposição a este governo será concretizada construindo o Bloco no mundo do trabalho, ganhando raízes nos movimentos sociais e de trabalhadores.

Paralelamente, o Movimento apresentará e apoiará, no plano político e institucional, iniciativas tendentes a melhorar as condições de vida dos trabalhadores no seio da sociedade capitalista, bem como a modernizar o quadro de referências da sociedade portuguesa.

2.1 O PARTIDO SOCIALISTA GOVERNA À DIREITA E OS TRABALHADORES PAGAM A CRISE

2.1.1 QUEM SE SENTE ESTÁVEL E A CRESCER?

Portugal atravessa hoje uma das suas piores fases económicas – a crise está instalada. Em dados recentemente divulgados, o nosso país surge na 16ª posição,

em termos de PIB por habitante, em relação aos restantes Estados-membros da UE, sendo superado pela Espanha, Grécia, Chipre e Irlanda, e encontrando-se ao nível da Eslovénia. O desemprego está hoje nos 8%, chegando aos 16% de desemprego entre os jovens, e alcançando, assim, os valores mais altos desde há 20 anos: a anunciada ligeira diminuição do número de inscritos nos Centros de Emprego continua a esconder, na realidade, o desemprego crónico, ou seja, o que é composto por desempregados que deixaram de procurar emprego e de comparecer nos Centros.

O processo de deslocalizações e fecho de diversas empresas faz-se a ritmo acelerado, continuando a contribuir para o aumento do desemprego; o exemplo da GM/Opel da Azambuja foi dos mais noticiados, mas diariamente vemos pequenas e grandes empresas por todo o país na mesma situação. A Rhodes é o caso mais recente, suscitando a cúmplice compreensão do governo pelas “dificuldades” da empresa na Alemanha. O trabalho precário continua a crescer, ultrapassando já 21% do total dos trabalhadores por conta de outrem, chegando entre os jovens aos 70%.

Perante esta situação, o governo continua a ter como o centro da sua orientação a adequação de Portugal às políticas do Pacto de Estabilidade e Crescimento, imposto pela União Europeia, em particular com a preocupação de cumprir a meta de adequação do défice orçamental português ao índice máximo de 3% em 2008.

Apesar da propaganda oficial do governo e dos meios de comunicação insistirem nos (muito questionáveis) sinais de retoma da economia portuguesa, a verdade é que o nível de vida da população em Portugal está cada vez mais baixo, continuando o país entre os piores da UE, já alargada, e com diferenças cada vez mais acentuadas face à vizinha Espanha.

2.1.2 O “ÍMPETO REFORMADOR”

O governo tem ainda vindo a acelerar o desinvestimento público. O objectivo é assegurar a redução do défice, continuando a seguir as directivas da Estratégia de Lisboa no sentido de privatização dos serviços públicos e redução dos gastos públicos. Várias medidas gravosas têm marcado a actualidade política e a vida dos trabalhadores do país:

- A Função Pública tem sido o principal eixo de ataque aos direitos dos trabalhadores do governo. Propagandeando o combate aos proclamados privilé-

gios dos funcionários públicos, o governo ataca na realidade conquistas de vários anos, que claramente têm impacto não apenas no sector público, como sector de referência, mas também no sector privado. Desde a subida das contribuições para a ADSE ao congelamento da progressão nas carreiras, passando pelo projecto de redução de 75 mil postos de trabalho na Função Pública, pelas consecutivas reduções salariais (reais) e pelo fim da contratação colectiva, o governo institui o trabalho cada vez mais precário e sem direitos.

- Um dos mais fortes e globais ataques do governo tem a ver com a reforma da Segurança Social, que aumenta a idade da reforma e reduz o valor das pensões, que já se encontram entre as mais baixas da Europa (85% das pensões em Portugal têm valores abaixo do salário mínimo).

- A área da Saúde tem sido também das mais afectadas com a “reestruturação” dos serviços de saúde um pouco por todo o país: encerramento ou desclassificação de vários serviços de urgências nos hospitais e centros de saúde, fecho de maternidades, e instituição do pagamento de taxas de internamento e das cirurgias nos hospitais públicos, acompanhado do aumento das taxas moderadoras.

- A Educação tem sido um dos principais alvos das reformas neoliberais do governo, que entre Agosto de 2005 e Agosto de 2006 já levaram ao saque de 380 milhões de euros neste sector. De facto, a reestruturação da rede escolar já levou ao encerramento de mais de 20% do parque escolar do 1º ciclo, sem relevar especificidades locais, nomeadamente nas zonas mais despovoadas. Ao nível do ensino superior, os cortes orçamentais reais (que chegaram a 15%) e a implementação do Processo de Bolonha abriram uma crise sem precedentes, que conduziu a despedimentos injustificados e inaceitáveis, abaixamento da qualidade de ensino e criou um clima de ameaça e condicionamento que se tem generalizado a todas as instituições de ensino superior. Ao mesmo tempo, no ensino secundário, com a instituição do novo Estatuto da Carreira Docente, o alargamento dos horários de trabalho, a extinção de horários e acumulação de professores no activo com o aumento da idade de reforma, retiram-se direitos aos professores e cresce também o desemprego e a precariedade.

- Também no que toca ao subsídio de desemprego, o governo impôs regras mais restritivas de acesso e diminuiu a sua duração para jovens com menos de 30 anos, um dos grupos etários mais afectados hoje

pelo problema do desemprego, com taxas superiores a 16% e da precariedade laboral. No ensino superior, por exemplo, mais de 1/3 do total de docentes não tem vínculo definitivo à carreira e continua sem direito ao subsídio de desemprego que, recentemente, lhes foi negado, mais uma vez, pela maioria parlamentar do PS.

- No que toca à imigração, a nova lei continua a não permitir a regularização dos imigrantes indocumentados a viver em Portugal, calculados em mais de 100 mil, exigindo para a obtenção de um visto a garantia de um contrato de trabalho, ou, pelo menos, um documento que comprove o interesse de alguma empresa em contratá-lo.

- Ao contrário das promessas eleitorais, o governo aumentou os impostos, ao mesmo tempo que os portugueses continuam a ver subir os preços da electricidade, energia, medicamentos, produtos petrolíferos e outros bens de consumo corrente, bem como o aumento das prestações dos empréstimos à habitação. Para piorar ainda mais o cenário, o governo colocou à disposição para privatizar empresas estruturais do país, como a GALP e a EDP. Até ao final de Novembro, o governo apresentará ainda novas alterações à legislação laboral, no sentido de uma maior flexibilização (ou melhor, precarização) laboral.

Assim, com vista alcançar a todo custo as metas impostas pela UE, o governo tem vindo a tomar medidas cujos custos são suportados pelos trabalhadores, como vem acontecendo também nos restantes países da Europa, mas de uma forma mais acentuada em Portugal.

2.1.3 O “SOCIALISTA” SÓCRATES E AS POLÍTICAS DE DIREITA

Podemos hoje dizer com clareza que o PS governa à direita e para a direita e o capital, levando a cabo muitas das políticas neoliberais que os anteriores governos de Durão Barroso e Santana Lopes não conseguiram concretizar. Não é por isso de estranhar o apoio às suas políticas vindo de personalidades com Manuela Ferreira Leite, Basílio Horta ou Belmiro de Azevedo.

Se todas as políticas de constrangimentos orçamentais, ataque aos Serviços Públicos e desregulamentação dos direitos conquistados pelos trabalhadores são medidas que estão a ser tomadas não só em Portugal, mas pelos vários governos europeus, este processo é extremamente acelerado em Portugal. Não esqueçamos que o governo manteve o Código Laboral de Bagão Félix e

prepara-se para avançar com a Flexisegurança. Outros governos europeus, devido à maior riqueza acumulada e estando menos afectados pela crise económica que abraça toda a UE, têm maior espaço de manobra para encetar mais pausadamente as suas políticas neoliberais.

Sócrates não tem esse espaço, e num curto tempo de governação implementa com rapidez as medidas que noutros países demoraram vários anos, o que deixa mais uma vez os trabalhadores portugueses numa situação de aperto ainda maior.

2.2 A ESTABILIDADE DO GOVERNO SÓCRATES E A CONTENÇÃO NAS LUTAS DOS TRABALHADORES PELAS SUAS DIRECÇÕES SINDICAIS E POLÍTICAS

Apesar da dureza da ofensiva que lança sobre os trabalhadores e da crescente contestação popular que enfrenta, o governo Sócrates tem conseguido, depois de dois anos de mandato, manter uma certa estabilidade na governação.

De facto, o ataque neoliberal das políticas de Sócrates tem deixado a direita tradicional sem grande espaço e com uma oposição ao governo muito apagada e sem força, chegando mesmo vários dirigentes do PSD a mostrar concordância com as políticas do governo. À esquerda, a oposição é mais forte. Não obstante, tendo em conta a dimensão das medidas levadas a cabo pelo executivo, é necessária uma maior acutilância e combatividade das oposições de esquerda.

No entanto, as políticas do governo não têm passado impunes à contestação popular, que se tem tornado cada vez mais forte e com níveis de mobilização que já não se viam há vários anos, reaparecendo constantemente apesar das hesitações das direcções sindicais. Estas contestações assumem um carácter sectorial, não existindo uma politização das lutas com a exigência de políticas alternativas.

Logo em Junho/Julho do primeiro ano de mandato (2005), Sócrates enfrentou a primeira onda de contestação às suas políticas. A primeira vaga de lutas, na qual se destacaram os professores, começou escassos meses depois da tomada de posse do governo, no seguimento do primeiro ataque aos funcionários públicos. A “greve em carrossel” nos professores e as greves dos enfermeiros e trabalhadores judiciais marcaram (todas elas em separado) os primeiros sinais

de descontentamento contra o governo, rapidamente desmontado pelas direcções sindicais, em particular pela CGTP, com a já “tradicional” separação das lutas pelos diversos sectores.

Na sequência dessa primeira vaga de lutas, nas eleições autárquicas de Outubro, o PS perdeu 500 mil votos face aos números que em Fevereiro lhe tinham dado a maioria absoluta, obtendo, assim, um resultado pior do que o das eleições autárquicas de 2001, que levaram à demissão de Guterres. Desta forma, ficou clara a derrota do PS nas autárquicas, sendo que Sócrates tentou imediatamente fazer a separação entre os resultados e a política do governo. Não sendo de desconsiderar as especificidades das eleições autárquicas, é facto que o descontentamento que não teve frutos na primeira vaga de lutas se expressou, assim, nas primeiras eleições que o governo enfrentou depois do início dos seus ataques sobre os trabalhadores e a generalidade da população.

Contudo, decorria ainda a campanha das autárquicas quando começou uma nova vaga de lutas contra o governo, com greves e manifestações dos professores, trabalhadores judiciais, magistrados do Ministério Público, enfermeiros e mesmo uma greve dos juizes e lutas públicas das Forças Armadas e Polícia.

O governo respondeu com a recusa da negociação e com novas ameaças, enquanto a CGTP adiou uma proposta global de luta contra o governo.

2.3 ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, REFERENDO E LUTAS: UM TESTE À POLÍTICA DAS ESQUERDAS

2.3.1 A UNIDADE É POSSÍVEL?

Mais uma vez depois da segunda vaga de lutas, vieram as eleições – neste caso as presidenciais. Também aqui o governo saiu a perder. O candidato oficial do governo – Mário Soares – obteve uns escassos 14%, sendo ultrapassado não só pelo actual PR, como pelo próprio Manuel Alegre, que, capitalizando a sua aparição como candidato em oposição ao governo, quase passou à segunda volta, com 1 milhão de votos.

Nestas eleições toda a esquerda defendeu como objectivo prioritário a derrota do candidato da direita. Todos defenderam uma “teoria” semelhante: cada ‘partido’ de esquerda devia apresentar o seu candidato dado que esta seria a única forma de diminuir a abstenção

(provável) e esta seria um aliado de Cavaco. Todos apresentaram os seus candidatos e... Cavaco ganhou. Era uma inevitabilidade a vitória do candidato da direita?

Apoiámos a candidatura de Francisco Louçã desde o primeiro momento, mas consideramos que, à esquerda, Bloco e PCP se preocuparam mais em resguardar e fixar eleitorado do que se empenharam numa candidatura de unidade, alargada aos socialistas de esquerda, para derrotar efectivamente Cavaco. Por isso, para muitos eleitores descontentes, Alegre apareceu como a alternativa de voto de repúdio às políticas do governo, apesar da inconsequência política das periódicas tiradas tonitruantes do vice-presidente da AR.

Aprofundar este debate é essencial, porque ao retirar ilações sobre este passado recente podemos perspetivar uma nova política para enfrentar e preparar a derrota do actual primeiro-ministro José Sócrates. Ou seja, a manutenção de uma estratégia que privilegia, de facto, a marcação permanente de território ou de disputa da liderança da esquerda não governamental, mais do que fortalecer a oposição indispensável ao actual governo contribui consciente ou inconscientemente para o adiamento da agonia governamental.

Inversamente, uma orientação, como a que preside a esta moção, de apelo constante à construção de unidade de acção contra o governo PS, alicerçada nas forças que se dizem contra a actual ofensiva neoliberal, torna-se crucial para travar um novo mandato a Sócrates.

2.3.2 CENTENAS DE MILHAR NAS RUAS À ESPERA DE...

No entanto, apesar das duas derrotas eleitorais Sócrates mantém-se, sem que essas derrotas e as mobilizações que contra o governo se fizeram pareçam afectar a governação. Ao contrário de várias opiniões que se têm expresso sobre a capacidade de «sobrevivência» do governo, e que vão desde o estilo pragmático de Sócrates até às dificuldades para a organização das mobilizações, que decorrem da estrutura do trabalho em Portugal e das divisões entre os trabalhadores (que o próprio governo fomenta), é preciso dizer que a principal força do governo reside na política da CGTP, que atrelada ao PCP vai contendo as mobilizações e adiando a união (e radicalização) do conjunto dos trabalhadores no sentido de derrotar as políticas do governo.

Depois de um curto período de refluxo, as mobilizações voltaram em força ainda que marcadamente defensivas, mas desta vez mais afoitas e participadas do que nunca, mas sempre sectoriais.

Em Outubro de 2006, assistimos no dia 5 à maior manifestação de professores de sempre; no dia 12, saíram à rua 100 mil trabalhadores de todo o país para protestar contra o governo, na perspectiva de derrotar as diversas políticas neoliberais que, nos diferentes sectores, este tem levado a cabo. Assistíamos ainda à greve do Metro e de outras empresas, a manifestações populares contra o fecho de maternidades e urgências, com impacto massivo nas populações de diversas regiões. Os trabalhadores mostraram que estavam dispostos a radicalizar a luta contra o governo.

Apesar do clima favorável, não foi equacionada a greve geral. Num clima de menor mobilização, em 2002, a greve geral existiu. Em 2006, numa situação de crise social mais profunda e com maior mobilização, a greve geral não foi convocada como saída nem sequer levantada como hipótese por nenhuma força política.

A dispersão em greves parciais, e a realização posterior de uma manifestação descentralizada pelas diversas cidades do país, significaram o trilhar do caminho para nova desmobilização, que deixou o governo, mais uma vez, sair impune, e com novo fôlego. Os trabalhadores continuaram a pagar a crise, voltando para casa sem perspectivas de lutas vitoriosas.

2.3.3 O REFERENDO E AS MANOBRAS DE SÓCRATES

O governo aproveitou o Referendo sobre a Despenalização do Aborto como uma saída airosa para a situação. Depois de desferir fortíssimos ataques sobre os trabalhadores, sobre (sem que esta manobra fosse vigorosamente denunciada, não fosse tal facto vir a prejudicar a 'unidade com o governo' em torno do SIM) a sua política de direita com uma saída acenando ao povo de esquerda – a defesa do SIM no Referendo.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a vitória do SIM no Referendo foi uma importante conquista das mulheres. Uma vitória da Justiça e da liberdade, sobre a hipocrisia o conservadorismo balofo e a tremenda injustiça social que caracterizava o aborto clandestino, que se arrastava já há várias décadas no nosso país. No entanto, é preciso também dizer que com a marcação do Referendo para este período em particular,

o governo pretendeu – e conseguiu – depois de dois anos de mandato e de ataques, canalizar o descontentamento e as mobilizações contra as suas políticas, para o “consenso e trégua social” na esquerda em torno do SIM no Referendo.

Sócrates branqueou a sua política neoliberal concedendo medidas progressistas aos sectores à esquerda do PS. O governo saiu, assim, conjunturalmente fortalecido pela vitória no Referendo.

2.3.4 TODAS AS LUTAS NUMA SÓ LUTA: PARA QUANDO?

No pós-referendo os trabalhadores, pressionados pelos constantes ataques que continuam a sofrer, não baixaram os braços e voltaram à luta, fazendo explodir de novo a bolha de ar que o governo conseguira criar durante o período de campanha. Primeiro foram as imediatas mobilizações de rua com milhares de pessoas de todas as idades e sectores sociais contra o fecho de urgências e de Serviços de Atendimento Permanente. Depois, a grande manifestação do último 2 de Março que recolocou na actualidade política a necessidade e possibilidade de preparação de uma paralisação nacional, que unifique todas as contestações do país e rejeite globalmente as políticas governamentais e a actuação do governo de Sócrates.

Se a CGTP, a maioria das vezes a reboque do calendário do PCP, continua a convocar grandes manifestações apenas como válvula de escape para a revolta latente no movimento popular e dos trabalhadores, controlando-a e impedindo que esta se concretize na derrota das políticas do governo, é preciso que o Bloco se demarque desta actuação e proponha a luta consequente contra o governo, não numa simples perspectiva de protesto mas de derrota destas medidas.

A anunciada e justa acção nacional de luta de 30 de Maio, com greve em todos os sectores de actividade, demonstra, por outro lado, a lentidão da reacção das estruturas dirigentes aos sentimentos de revolta dos trabalhadores.

O BE deve contribuir activamente para o enquadramento político das lutas, consciencializando os trabalhadores de que a resolução conjuntural de um problema pode ser necessária, ou mesmo premente, mas não substitui a luta mais vasta pela derrota das políticas neoliberais do governo Sócrates.

2.4 APROFUNDAR A OPOSIÇÃO POLÍTICA E SINDICAL PARA TRAVAR A OFENSIVA DO GOVERNO DE SÓCRATES

2.4.1 OS BLOQUISTAS E O MOVIMENTO SINDICAL

É preciso, por isso, aprofundar a oposição ao governo Sócrates, com medidas no âmbito sindical e político que possam construir os caminhos para travar a sua ofensiva neoliberal sobre os trabalhadores.

No âmbito político, é preciso que a esquerda não governamental seja capaz de trabalhar para a unidade, com base num programa concreto de acção para combater as medidas do governo, fortalecendo, assim, a luta dos trabalhadores. Neste campo têm necessariamente que estar o BE, o PCP e a CGTP, desafiando outras correntes à esquerda do PS com objectivos comuns nesta luta. Sabemos que o trabalho conjunto com o PCP não é uma tarefa fácil, mas sabemos também que é uma tarefa necessária. A apresentação pública ao PCP de propostas de unidade de acção permanente terá impacto na consciência da classe trabalhadora.

Já no âmbito sindical, é preciso que os militantes do BE, enquanto activistas, sejam o germen de alternativas sindicais combativas em todos os locais de trabalho onde estejam. No entanto, para que isso seja uma realidade, é preciso que o BE de conjunto tome essa tarefa em mãos, dinamizando uma corrente de sindicalismo combativo na CGTP.

O BE mudou o panorama político do país; é necessário – e cada vez mais urgente – que o BE tenha também a ousadia de mudar o panorama sindical do país, construindo com os activistas de todas as cores políticas, um programa comum em torno de alternativas de base, democráticas e combativas nos sindicatos e comissões de trabalhadores.

2.4.2 DEPOIS DO REFERENDO, CONQUISTAR DIREITOS

Na campanha do referendo do aborto envolveram-se por todo o país as e os activistas do Bloco de Esquerda, quer nas iniciativas partidárias quer nos movimentos cívicos. Este foi um momento quase irrepetível para a criação ou dinamização de núcleos de mulheres bloquistas para que no pós-referendo se continue o presente trabalho em defesa dos seus direitos.

As mulheres continuam, em Portugal, como no Mundo, a ser as vítimas preferenciais do desemprego e da pre-

cariedade laboral, dos baixos salários, da discriminação nas carreiras, da invasão da privacidade pelo patronato. A que se juntam o assédio sexual e a violência doméstica. São problemas específicos das mulheres que se manifestam em todas as camadas sociais, mas que assumem maior gravidade junto das mais desfavorecidas. O resultado do referendo sobre a despenalização da IVG mostrou que as mulheres estão dispostas a lutar pelos seus direitos e a vencer o conservadorismo e a discriminação.

Sob pena de se desperdiçar o momento único de unidade e de empenho que a campanha do Referendo criou, há que criar raízes que levem a alargar a luta pela despenalização do aborto às lutas contra todas as discriminações de que as mulheres continuam a ser as maiores vítimas.

O BE deve criar um Grupo de Trabalho Contra a Discriminação das Mulheres, com ligação às estruturas locais, para dinamização da actividade das bloquistas, particularmente nos locais de trabalho e nas escolas, que saiba aproveitar o caminho aberto com o Referendo.

2.4.3 AS LUTAS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO (LGBT)

De entre as várias formas de opressão, a que afecta a comunidade LGBT, é particularmente violenta. A homofobia, em Portugal, junta a discriminação legal a que os homossexuais continuam sujeitos, - com o impedimento de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, a impossibilidade de adopção de crianças por casais homossexuais e a exclusão das mulheres lésbicas da procriação medicamente assistida - à discriminação e às perseguições nos locais de trabalho e a uma cultura conservadora e beata, que teima em reprimir e em isolar tudo o que foge às regras e às estruturas convencionais e institucionais.

Sendo que quem mais sofre é o sector mais pobre e explorado, interligando-se a homofobia com as restantes discriminações provenientes da classe, género, etnias, reforçando-as e sendo reforçada pelas mesmas. O governo do PS recusa-se a avançar, na actual legislatura, com legislação sobre os direitos LGBT, nomeadamente na igualdade de acesso ao casamento e adopção, o que naturalmente não causa estranheza, uma vez que se trata de um governo que com as suas reformas neoliberais tem lançado os mais duros ataques a todos os direitos e conquistas sociais.

Ao Bloco, que desde sempre se empenhou na luta pela igualdade e contra a discriminação, cabe continuar a trazer para a ordem do dia estas lutas, a enquadrá-las nas lutas mais gerais contra todas as formas de exploração e de discriminação, mas sem receio de assumir a sua especificidade e sem preocupações eleitoralistas.

Temos o dever de continuar a nossa luta contra o conservadorismo mais repressivo que afectando todos os que ousam assumir livremente as suas diferenças, particularmente afecta os mais desfavorecidos, e de levar ao Parlamento, coerentemente com a nossa história e nossos objectivos, projectos de Lei que contribuam para o fim da discriminação por opção sexual.

2.4.4 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: OS POBRES QUE PAGUEM A CRISE?

Os líderes do mundo, hipocritamente, acordaram para o problema das alterações climáticas e suas funestas consequências para toda a humanidade. O Bloco tem, desde a fundação, integrado nas propostas políticas acertadas preocupações com os equilíbrios ambientais, não numa perspectiva conservacionista, mas antes demonstrando sempre como são os mais desfavorecidos as primeiras e maiores vítimas da exploração desenfreada dos recursos naturais, que é condição da manutenção das actuais estruturas de produção e consumo.

De facto, importa recusar a armadilha que se estende, com eco na comunicação social, de que são os comportamentos individuais os principais responsáveis pelas mudanças climáticas, sendo uma parte da solução o aumento de taxas e impostos sobre consumos poluentes. Tão inocentes intenções são desmentidas quando verificamos, no concreto, como serão os mais ricos a beneficiar das isenções ou reduções no custo de bens de consumo corrente como os automóveis ou a energia.

Este é um sector de actividade que carece de uma maior visibilidade externa e interna, que só poderá ser conseguida com um Grupo de Trabalho para o Ambiente que, além da reflexão e produção de documentação, deve alargar a sua presença ao conjunto da organização, particularmente com a rede de autarcas e activistas associativos.

2.5 A QUESTÃO DO EXERCÍCIO DO PODER

O Bloco de Esquerda propõe-se disputar maiorias e assume-se como um partido com vocação de poder. Sobre esta questão importa clarificar termos e condições de participação do Movimento em soluções governativas plurais, prevenindo tentações de conivência com políticas de gestão do capitalismo.

Assim, defendemos uma política de alternativa de governo à esquerda, assente na recusa de despedimentos na função pública e do cumprimento do Pacto de Estabilidade, que cerceia os recursos do país; em contrapartida, que defenda os serviços públicos (nomeadamente na saúde e educação), a estabilidade no emprego, a segurança social e a implementação da redução efectiva do horário de trabalho, para permitir diminuir drasticamente o desemprego como principal flagelo do país. Uma nova política opor-se-á activamente às deslocalizações das multinacionais, defenderá e preparará a renacionalização de sectores estratégicos da economia, de forma a gerar emprego e mais valias que permitam a Portugal ultrapassar o atraso crónico no desenvolvimento económico e social.

A questão do governo e do exercício do poder está directamente relacionada com o programa do Bloco de Esquerda, que importa construir. Este programa deve ir além da crítica ao sistema vigente e a soluções correctivas do capitalismo, e assumir a ruptura revolucionária, maioritária e democrática, como proposta política a apresentar de forma clara à classe trabalhadora.

RESOLUÇÕES SOBRE POLÍTICA NACIONAL

[Resolução 4] O Bloco de Esquerda faz um apelo público ao PCP, à CGTP, a todos os socialistas que se opõem às políticas neoliberais do governo e a todos os activistas independentes para a criação de uma plataforma comum de acção em torno de algumas reivindicações centrais. A Plataforma teria como centrais as reivindicações seguintes: uma proposta alternativa para a Segurança Social, a revogação do Código do Trabalho, o fim de todas as medidas do governo contra a Função Pública e professores, o fim da precariedade no trabalho, a luta contra os cortes no investimento público, o fecho das urgências, das maternidades e centros de saúde e a exigência de medidas que criem mais postos de trabalho, que aumentem os salários dos trabalhadores e que reforcem os serviços e investimento públicos.

[Resolução 5] Os activistas sindicais do Bloco de Esquerda devem contribuir para a construção de oposições combativas e de prática sindical democrática, assumindo a eleição proporcional para todas direcções sindicais (sindicatos e centrais) e para a alteração dos actuais estatutos burocráticos dos sindicatos, claramente limitativos da representatividade e democracia sindical, impedindo a sua renovação democrática e geracional.

[Resolução 6] A V Convenção afirma a recusa da participação ou apoio parlamentar do BE a governos que tenham como programa as mesmas políticas da direita: privatizações, destruição do sector público do Estado, ataques a direitos e conquistas dos trabalhadores e apoio ou participação militar em guerras e ocupações de Estados soberanos.

CAPÍTULO III PARA UM BE SOCIALISTA, DEMOCRÁTICO E COMBATIVO

Reclamamos a participação de todas as tendências do BE no exercício de cargos públicos electivos. O exercício destes cargos deve expressar a prática actual de solidariedade política sem o impedimento da livre expressão de pensamento.

Recusamos a personalização dos cargos de direcção, praticando a eleição por voto secreto e a limitação de mandatos nos cargos uninominais, prevenindo a sobreposição de lideranças carismáticas à caracterização ideológica do Movimento.

Defendemos a promoção do debate ideológico e a discussão pelo conjunto dos aderentes de todas as grandes questões políticas que se colocam entre convenções, recusando a direcção centralizada e pugnano por uma militância esclarecida e livre.

3.1 OITO ANOS DE BLOCO: AVANÇOS E RECUOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA PARA O PAÍS

3.1.1 O QUE É NOVO CRESCE.

Depois da queda do Muro de Berlim e da crise e descrédito em que caíram os Partidos Comunistas de todo o mundo - bem como da desmoralização na esquerda mundial que daí adveio - no final da década de 90 o movimento de massas no mundo volta a dar sinais de nova vitalidade, cada vez mais necessária para combater a política selvagem da globalização neoliberal e os

seus efeitos catastróficos na vida das populações. É assim que surgem os movimentos antiglobalização, com o ponto alto nas cimeiras anti-G8, ao mesmo tempo que os Fóruns Sociais Mundiais procuram congregar activistas de vários quadrantes políticos que discutem os caminhos para construir a alternativa para um outro mundo.

É nesse contexto que se dá uma reorganização da esquerda mundial, com o surgimento de novas organizações que se propõem ser algo diferente dos partidos já adaptados ao sistema, e ao mesmo tempo pretendem congregar as diversas forças alternativas à esquerda. São os chamados partidos anti-capitalistas ou da nova esquerda.

O surgimento do BE insere-se nessa necessidade de unidade para enfrentar o grande ataque do capital mundial contra os trabalhadores e lutar por uma sociedade liberta da exploração e opressão, no quadro de uma nova ordem mundial em que as relações socialistas se substituam ao capitalismo vigente. A proposta política de construir o BE como uma nova plataforma de unidade à esquerda, fora do marco dos anteriores partidos sociais-democratas e estalinistas e depois dos traumas herdados pelas disputas constantes entre as diversas sensibilidades nos últimos 30 anos de pós 25 de Abril, foi assim um grande acerto que mudou o panorama político do nosso país.

O surgimento do BE trouxe um novo vigor à política em Portugal, com um partido que soube agregar à sua volta activistas dispersos e desiludidos com o rumo da política em Portugal e uma juventude com vontade de lutar e de mudar um sistema que a oprime e explora. O BE falou de questões que não estavam na ordem do dia, propôs alternativas no Parlamento e impulsionou o movimento contra a guerra. Também na sua forma de organização, o BE foi uma alternativa, por representar um espaço plural, com diversidade interna, por oposição ao monolitismo e sectarismo do modelo de partido estalinista.

Falando das questões do emprego, desemprego, segurança social e das diversas injustiças e opressões existentes, o BE tornou-se um partido com influência eleitoral sobre centenas de milhares de pessoas, que nele vêm hoje uma alternativa consequente de voto.

3.1.2 CRESCEMOS. E AGORA?

No entanto, o crescimento eleitoral do BE não teve

equivalente no crescimento orgânico e militante. Pelo contrário, à medida que o BE foi ganhando maior peso eleitoral afastou-se daqueles que no dia a dia garantem a sua existência, a sua base. Vai-se acentuando a distância entre a Direcção / Grupo Parlamentar e os aderentes e, aos poucos, vai-se contrariando o que foi a génese do Movimento e o que foram os primeiros tempos da nossa história. Parece que se começou a recriar a discussão, o debate de ideias, e se começaram a ver discordâncias de estratégias ou dúvidas de actuações, como ataques inimigos e como tentativas de fracturas. À discussão política vai-se sucedendo a desconfiança e com ela a desmobilização e o abandono de muitos. Receiam-se as discussões de fundo, afastam-se as dúvidas sobre a actuação no Parlamento ou fora dele, adiam-se as alternativas nos movimentos sociais, e com esta opção vamos afastando muitos e muitas que encontravam no Bloco o local privilegiado para discutir actuações, para enfrentar batalhas, para construir solidariedades.

Ao maior número de deputados conquistados equivaleu uma maior dependência dos fundos do Estado. É da história que, quando um partido passa a viver mais do Estado do que dos seus militantes ou apoiantes, surge o perigo de que a sua política esteja mais condicionada pela necessidade de conservar esse novo status do que de manter a irreverência indispensável para as verdadeiras transformações sociais. O BE não tem adoptado qualquer tipo de 'vitaminas' que criem resistências à rotina política instalada, à institucionalização crescente. Bem pelo contrário, assiste com aparente resignação à construção de um partido com uma direcção crescentemente centralizada, que vive do impulso de umas dezenas de funcionários, sedeados na capital, e da imagem mediática de alguns dos seus dirigentes. Corremos o risco de que, em lugar de estarmos a construir "uma esquerda popular, plural, combativa e influente, que seja capaz de reconstruir a esperança", como dizíamos no *Começar de Novo*, estarmos a contribuir para o desenvolvimento e consolidação de mais um projecto partidário essencialmente eleitoral e parlamentar.

Afastando a própria base do processo de discussão e decisão política, o BE afasta-se também da própria base social do país, naquele que deveria ser o contacto mais directo - o das lutas quotidianas dos trabalhadores, jovens, imigrantes e mulheres. O BE continua sem definir uma política para construir uma alternativa combativa e de base no movimento sindical, ao mesmo tempo que perdeu em muito o lugar que já ocupava

entre a juventude universitária, enquanto corrente de mudança no seu interior (a recente incapacidade de impulsionar uma lista de esquerda aberta e unitária que barrasse o caminho a extrema-direita na Faculdade de Letras, é sintoma dessa perda de influência na juventude universitária).

Apesar da realização de actividades importantes como a Marcha do Emprego, o BE continua a construir-se apenas em grandes campanhas (eleitorais e não eleitorais) não dando continuidade diária ao capital de simpatia acumulado durante estes grandes momentos. Os funcionários do BE têm a sua actividade maioritariamente ao serviço do centro, das sedes e do grupo parlamentar. A maior parte dos núcleos não tem vida própria nem discussão, estando esta altamente concentrada nos organismos dirigentes.

É necessário reencontrar os caminhos da construção de um BE mais inserido nas lutas sociais e mais próximo da base e suas necessidades e aspirações.

3.1.3 OS ENCONTROS SECTORIAIS E A PARTICIPAÇÃO DOS ADERENTES

O partido que era também movimento, tem cada vez menos de movimento e cada vez mais de partido centralizado. Recentemente, no âmbito da preparação do Encontro do Trabalho algumas medidas foram tomadas que mostram o caminho que a direcção do BE pretende dar ao Movimento. O Encontro do Trabalho, apesar de reunir os principais activistas sindicais que, no terreno, representam o BE, não pôde votar orientações políticas para o sector ou eleger uma Coordenadora para o Trabalho Sindical. A impossibilidade do Encontro do Trabalho votar algumas políticas específicas e algum tipo de coordenação eleita pela base do sector significa que estas tarefas ficarão exclusivamente concentradas nas mãos da Comissão Política e depois delegadas em parlamentares e profissionais do Bloco, com o consequente afastamento das bases. Assim, caberá à direcção nacional definir a política e nomear a direcção para o trabalho sindical - em vez da base reunida no Encontro Nacional, de acordo com a orientação geral definida na Convenção, como sempre aconteceu desde a fundação do Bloco e em todos os Encontros realizados.

Também a constituição da Coordenadora Nacional Autárquica seguiu este processo centralizado, tendo-se como natural que nem sequer os bloquistas que são autarcas tivessem sido ouvidos sobre a constituição,

composição e competências deste novo órgão, não estatutário mas de evidente utilidade.

A participação activa e aberta de todos no BE está assim cada vez mais coarctada, e as decisões cada vez mais concentradas na direcção. Esta opção centralizada e burocrática, em nome de uma maior eficácia do partido, vai desmobilizando uns e afastando outros. Este BE recolhe o pior dos dois modelos de partido a que devia ser alternativa: do PS recolhe a estratégia e a política de se sentir confortado e confortável por ser um partido parlamentar com vocação de poder, focado na defesa de um programa mínimo e de novas eleições; do PCP recolhe os tiques de partido profissionalizado, que nomeia estruturas de acompanhamento às distritais, e não suporta a realização de encontros onde se discutam e decidam políticas sectoriais e coordenações eleitas pela base para o trabalho quotidiano. Vive-se com o fantasma de que coordenadoras eleitas existirão para contrariar as decisões da direcção, sendo que, ao contrário do que é insidiosamente propalado junto dos aderentes, a ninguém ocorreu e nunca foi sugerido que as decisões políticas sectoriais pudessem contrariar ou conflitar com as resoluções da Mesa Nacional e/ou de Convenções. Onde se propõe complementaridade vê-se divisão, onde se procura participação sugere-se fractura, num movimento autofágico que urge que todos analisemos seriamente, antes que seja demasiado tarde.

Os adversários políticos do Bloco de Esquerda não são os aderentes que apresentam propostas divergentes, estão lá fora, são os partidos e as políticas neoliberais que todos lutamos por superar, unidos na nossa saudável diversidade. É bom que não nos esqueçamos de onde vimos e para onde pretendemos ir.

3.1.4 O PROCESSO DA V CONVENÇÃO E O MOVIMENTO PLURAL

Também esta Convenção trouxe algumas novidades em termos de democracia interna no BE. De relevar é, em particular, o facto de não se garantir o debate conjunto das listas apresentadas à Convenção. Mais importante ainda é que o novo regulamento para a Convenção impede a eleição de delegados por núcleos de empresa ou escola, sendo a eleição feita unicamente pelo critério regional, concelhio ou de freguesia. Esta última decisão em particular significa uma opção política muito clara: a de construir um partido eleitoral, em vez de um partido vocacionado para a intervenção no mundo do trabalho, nos movimentos sociais e na

juventude. Esta medida esvazia os núcleos de empresa e de escola/universidade já existentes, retirando-lhes o mais elementar direito democrático, que é o de eleger os seus representantes ao principal evento político interno do partido, ao mesmo tempo que desencoraja a criação de novos núcleos deste tipo, que em geral são muito mais próximos do quotidiano dos activistas do que os núcleos regionais, na sua maior parte muito vazios de militância e discussão política.

À data em que concluímos a redacção desta moção, está em fase de discussão na Mesa Nacional uma proposta de Regimento que introduz mais uma novidade: a afectação dos tempos de intervenção na Convenção à percentagem de delegados eleitos por cada moção. Trata-se da importação para o Bloco de algo que combatemos nos parlamentos burgueses, a nível nacional e local. Invocando uma maior funcionalidade e democraticidade, a direcção do Bloco propõe que o direito de expressão seja limitado, exactamente com os mesmos argumentos que ouvimos dos "grandes partidos". Estamos em crer que esta proposta não passará.

O BE avança, assim, cada vez mais no sentido da institucionalização, que se ao nível político tem como principal consequência a adaptação ao sistema democrático-parlamentar burguês e, consequentemente, a moderação do discurso e da prática política, ao nível de organização interna tem como principal resultado o esvaziamento da discussão nos núcleos/organismos de base e o cerceamento dos direitos de participação dos aderentes. De facto, a modificação interna do Movimento visa claramente impedir que a base possa contribuir para definição da linha política, contrariando a institucionalização em curso.

Um Movimento com menos democracia e debate está condenado ao definhamiento da militância. Não é este o BE que todos queremos construir. Por isso é preciso mudar de rumo. É preciso reivindicar o pluralismo genético, a democracia interna, a proximidade da base e a inserção nas lutas, os únicos antídotos possíveis para combater a institucionalização.

3.2. PARA UM BE COMBATIVO E SOCIALISTA, INSERIDO NAS LUTAS SOCIAIS

Queremos um BE que dispute e ganhe a influência e apoio da maioria do país, em particular o apoio da maioria da classe trabalhadora, condição sem a qual a construção do socialismo não passa de uma mira-

gem, ou de retórica para dias de festa interna. Mas queremos ser não somente uma maioria eleitoral, mas acima de tudo uma maioria social, com enraizamento e confiança nos movimentos sociais e no seio da classe trabalhadora.

Para a conquista e consolidação de uma verdadeira influência social e para ganhar a confiança da maioria da classe trabalhadora, é necessário que o Bloco tenha como estratégia não se reduzir a uma poucas centenas de militantes, cuja energia e empenho são normalmente focalizados unicamente para a realização de campanhas eleitorais, e largados ao abandono e a dificuldades acrescidas fora desses períodos. Hoje o BE tem apenas actividades residuais neste ou naquele sector sócio-profissional e não é uma força significativa no alavancar de alternativas de luta. Sem uma inserção forte no movimento sindical e social do país, o BE nunca será uma maioria social que mude realmente o país a caminho do socialismo. É isso que queremos construir.

Não queremos por isso um BE que tenha, como hoje, o seu centro nevrálgico no Parlamento, dedicando todos os seus principais dirigentes e quadros adstritos à actividade pública, parlamentar ou eleitoral. Queremos, isso sim, a larga maioria dos funcionários no apoio e dinamização ao crescimento das organizações distritais e regionais, na criação e apoio aos núcleos sectoriais, bem como dedicados à tarefa de construir o BE nas empresas.

Não queremos, como faz o PCP, que o BE utilize os organismos sindicais e de luta como correia de transmissão da sua política. Mas também não queremos que, em nome de evitar o controleirismo, nos inibamos de disputar os movimentos sociais, e em particular o movimento sindical, para uma política mais combativa. Com base em acordos políticos, devemos dinamizar plataformas amplas que defendam uma política combativa e democrática, que nos organismos de base dispute o movimento.

Devemos, assim, ser os defensores do trabalho de base, continuado e insistente, atento aos problemas do quotidiano e que apresente alternativas concretas e de fundo para os problemas. Mas isso só é possível com a definição de uma política clara nesse sentido e não com uma orientação genérica de que cada um faça o que conseguir, de modo desgarrado e sem estratégia nacional.

Neste sentido, propomos que o BE não se organize apenas por núcleos regionais ou concelhios, mas que dinamize núcleos de empresa e escola/universidade, onde possamos discutir a política para os sectores em que os militantes do BE se encontram inseridos e onde se pode transformar o activismo e as lutas no seu dia a dia.

3.3 PARA UM BE DEMOCRÁTICO E PLURAL, COM LUGAR À BASE E À DISCUSSÃO INTERNA

Queremos também resgatar o pluralismo genético que parece em vias de extinção dentro do BE. Um Movimento com espaço à iniciativa e discussão dos militantes, com espaço para todos os que pensam diferente, mas que se revêem no BE como o seu partido. Só com democracia poderemos crescer, só com pluralismo poderemos conjuntamente combater a institucionalização do BE.

Queremos que haja um reavivar dos núcleos de base, onde se discuta com regularidade política e actividades, e onde tanto militantes como simpatizantes tenham lugar, num espaço abrangente que potencie o activismo. Queremos que os activistas dos diversos sectores possam realizar encontros que não sejam meros fóruns formais de discussão, mas lugares onde se discute política para a acção conjunta e onde se eleja uma direcção que, em conjunto com a direcção nacional, acompanhe os trabalhos de juventude, mulheres, trabalho e qualquer outro.

Os direitos não podem ser letra morta nos Estatutos. Aprovámo-los na I Convenção, como trave mestra para a superação de sectarismos e de bloqueios, herdados de diferentes histórias das correntes constituintes. Reafirmá-los é dar um novo fôlego ao Movimento, cerceá-los é recuar ao passado que criticámos e criticamos.

RESOLUÇÕES SOBRE A ACTIVIDADE DO BLOCO

[Resolução 7] O Bloco de Esquerda promove no segundo semestre de 2008 um Encontro Nacional Autárquico, para balanço e reflexão sobre a actividade dos eleitos pelo Movimento, bem como de debate de actualizações e alterações ao Manifesto Autárquico (2001), que deverá ser ratificado na VI Convenção Nacional, em 2009. O Encontro Nacional Autárquico elegerá, de acordo com os Estatutos e em moldes a aprovar pela Mesa Nacional, uma Coordenadora Nacional Autárquica.

[Resolução 8] A V Convenção delibera alargar e aprofundar a discussão em torno da nossa posição dentro dos Movimentos Sociais, nomeadamente no Movimento Sindical, feita pelas bases do Partido, que melhor que ninguém, conhecem a realidade laboral e social nas empresas e nos sectores. Para isso, delibera convocar um novo Encontro do Trabalho, a realizar antes do Congresso da CGTP, e decide que a Coordenadora do Grupo do Trabalho volte a ser eleita, como sempre foi, no Encontro, e que nele sejam votadas moções estratégicas, como aconteceu no I e II Encontros, respeitando as políticas de fundo aprovadas nesta Convenção.

[Resolução 9] No sentido da construção do Bloco como força agregadora e mobilizadora das lutas da juventude trabalhadora e estudantil, a V Convenção reafirma a realização de conferências da juventude bianuais. Estas conferências terão a forma de plenário nacional de todos os jovens (limite de idade, 30 anos) do BE, com discussão e votação de moções e eleição de uma Coordenadora Nacional da Juventude entre conferências.

[Resolução 10] Para cumprimento dos direitos dos aderentes consignados nos Estatutos, a V Convenção delibera que as listas de candidatos a cargos públicos electivos serão aprovadas em plenário da respectiva organização, sendo permitida a apresentação de listas alternativas, sujeitas a voto secreto. A composição final das listas deve reflectir a vontade expressa dos aderentes, estando as mesmas sujeitas a ratificação dos órgãos estatutários.

SUBSCRITORES DA MOÇÃO C

"TODOS NA LUTA, EM TODAS AS LUTAS!"

António Grosso (Lisboa)
Carla Mendes (Viseu)
Carlos Ordaz (Faro)
Cláudio Filipe (Oeiras)
Cristina Portella (Lisboa)
Daniel Arruda (Seixal)
Daniel Martins (Braga)
Davide Costa (Porto)
Deolinda Roda (Leiria)
Eduardo Henriques (Almada)
Flor Neves (Coimbra)

Gabriela Mota Vieira (Ponta Delgada)
Gil Ferreira (Queluz)
Gil Garcia (Amadora)
Helder Agapito (Benavente)
Isabel Faria (Lisboa)
Jerónimo Franco (Lisboa)
João Delgado (Braga)
João Pascoal (Lisboa)
João Reis (Coimbra)
José Carlos Vinagre (Almada)

Paulo Alexandrino (Vila Franca)
Pedro Fidalgo (Felgueiras)
Rui Paulo (Amadora)
Sadik Habib (Lisboa)
Teresa Alpuim (Oeiras)
Valério Silva (Marinha Grande)
Victor Fonseca (Amadora)

Representante da Moção na COC:
Gil Garcia (Amadora)

Moção D

O BLOCO POR UMA MAIORIA SOCIAL DE ESQUERDA

[Consulta o blog de debate em <http://objectivosocialismo.blogspot.com/>]

O Bloco tem suscitado a responsabilidade e a confiança de centenas de milhares de homens e mulheres que exigem e lutam por uma política de Esquerda que contribua para enfrentar o desemprego, a injustiça social e fiscal e todas as discriminações de que, por regra, os “fracos” são o alvo dilecto.

O Bloco continuará fiel a esse compromisso. Só pode.

Uma Esquerda forte, popular, democrática e pluralista é condição vital para responder aos sinais de crise que a sociedade portuguesa vive. O Bloco tem de lutar pela maioria social, e a V Convenção Nacional adopta o caminho: mais organizado, mais combativo e mais representativo – pugnando por uma Democracia Socialista para Portugal.

Preocupados com a falta de debate político interno, os signatários defendem uma maior participação dos aderentes, porque é preciso não ter medo de discutir o que há efectivamente para discutir. Defendem menos navegação à vista e mais programação das acções políticas, dando substância à nossa própria agenda ao mesmo tempo que se acompanha a chamada agenda política nacional. A confrontação e o debate são benefícios para fazer avançar politicamente uma organização que se quer uma Esquerda Nova, que aprofunde a democracia e o socialismo para o século XXI.

SETE TESES

Tese 1: A política mundial continua marcada pela segunda vitória de George W. Bush e pela política imperial da “guerra infinita”, apesar da sua aparente derrota, nas eleições de Novembro de 2006, com o controlo do Senado e da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América a transitar para o Partido Democrata. São, afinal, duas faces da mesma moeda, já se percebeu, graças às idiossincrasias do próprio sistema político norte-americano e à manutenção do mesmíssimo predomínio militar e ideológico da Casa Branca – que, lentamente, empurra o Mundo para um conflito global de consequências previsivelmente trágicas.

Tese 2: A globalização neo-liberal afirma-se, cada vez mais, como matriz de regimes sociais repressivos, discriminatórios, xenófobos e antidemocráticos com expressão máxima no *Arquipélago Guantánamo*. Para problemas globais terão de haver respostas globais. A construção de uma esquerda global mantém-se, por isso, como prioridade política e o Bloco continuará a desenvolver a sua acção nesse sentido.

Tese 3: O custo social da crise na Europa é intolerável, acrescido a níveis até há pouco inimagináveis com os milhões de imigrantes excluídos da condição de cidadãos. Apesar do “não” ao Tratado Constitucional, a actual presidência alemã da União Europeia pretende recuperar o documento, vestindo-lhe, no entanto, uma nova “roupagem”. O Bloco deverá continuar a bater-se por uma Constituição que de um amplo debate democrático e por um projecto europeu de pleno emprego e direitos sociais.

Tese 4: A maioria absoluta do PS e a vitória de Cavaco Silva nas eleições presidenciais introduziram um novo paradigma na vida política portuguesa.

Tese 5: A ofensiva neo-liberal tem beneficiado de políticas que se julgava mais adequadas à acção do PSD do que propriamente a um Governo PS. A sanha reformadora do actual Governo tem acentuado, em todos os sectores em que interveio, as desigualdades sociais e a precarização do trabalho.

Tese 6: O objectivo estratégico do Bloco é a luta pelo socialismo, através da conquista de uma maioria social apostada na modernização do país.

Tese 7: A construção do Bloco de Esquerda como corrente socialista de grande influência popular exi-

ge um nível superior de organização e activismo de base. A V Convenção tem de ser capaz de criar, de facto, uma nova cultura de organização, uma estrutura de trabalho descentralizadora e eficiente que responda à participação de actuais e novos aderentes. A condição para esse crescimento é a defesa do partido-movimento como uma democracia plural, aberta à crítica e procurando aprender e viver nas lutas sociais.

TESE 1:

A política mundial continua marcada pela segunda vitória de George W. Bush e pela política imperial da “guerra infinita”, apesar da sua aparente derrota, nas eleições de Novembro de 2006, com o controlo do Senado e da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América a transitar para o Partido Democrata. São, afinal, duas faces da mesma moeda, já se percebeu, graças às idiossincrasias do sistema político norte-americano e à manutenção do mesmíssimo predomínio militar e ideológico da Casa Branca – que, lentamente, empurra o Mundo para um conflito global de consequências previsivelmente trágicas.

Os Estados Unidos da América mantêm inalterada uma força e influência mundial sem comparação com a de qualquer outro império na época contemporânea ou no passado mais distante.

Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 possibilitaram a George W. Bush evoluir das chamadas acções militares “preventivas” para a “guerra infinita” contra o “Mal”. Aberta a guerra contra o Afeganistão, ocupado o Iraque e, agora, preparando o redesenho do Médio e Próximo Orientes, os EUA assumem-se, cada vez mais, como o único país com força e dimensão para actuar em qualquer ponto do Mundo. Ao propagandear a “guerra de civilizações”, George W. Bush assume-se como “o” dono do Universo e os Estados Unidos como “o” Império que subjuga e decide a bel-prazer, mesmo que em casa alheia. À supremacia militar, os EUA juntaram há décadas o domínio político e tecnológico, graças ao domínio universal do capitalismo industrial e financeiro e, agora, através da globalização neo-liberal.

Em Novembro de 2006, George W. Bush sofreu uma aparente derrota, com os republicanos a cederem ao Partido Democrata o controlo do Senado e da Câmara dos Representantes. A idiossincrasias do sistema polí-

tico e, inclusive, as cisões entre os eleitos democratas permitiram perceber rapidamente que o Exército norte-americano tão cedo não abandonará solo iraquiano, mesmo depois dos mais altos responsáveis militares pelas tropas deslocadas no Iraque explicarem que “não há solução militar” para o conflito. Por outro lado, o ruído em torno da campanha para as Presidenciais de 2008 tem silenciado, até, o debate interno, centrado mais em torno do problema de “como salvar a face” do que propriamente em busca de soluções políticas, pacíficas e duradouras.

Pelo contrário, os Estados Unidos da América têm procurado reafirmar o seu poderio empenhando-se noutras “frentes”, de que a chamada crise nuclear é o lado mais mediático. E a aventura encetada por George W. Bush tem todos os condimentos para redundar num conflito à escala global de consequências previsivelmente trágicas.

As crises no Médio e Próximo Orientes, com raiz no conflito israelo-palestiniano, concentraram uma parte significativa dos meios militares do “Império” e a atenção dos neo-conservadores, permitindo alguma descompressão em zonas de tradicional submissão aos interesses dos EUA, como a América Latina.

É certo que não tem sido possível à administração Bush a implementação da ALCA, que tinha em vista a criação de um espaço económico sob a direcção e tutela dos EUA. Mas, infelizmente, os revezes sofridos pelo neo-liberalismo no sub continente não resultam de processos democráticos, antes correspondem a erupções de nacionalismo populista bastante inconsequentes.

TESE 2:

A globalização neo-liberal afirma-se, cada vez mais, como matriz de regimes sociais repressivos, discriminatórios, xenófobos e antidemocráticos com expressão máxima no *Arquipélago Guantánamo*. Para problemas globais terão de haver respostas globais. A construção de uma esquerda global mantém-se, por isso, como prioridade política e o Bloco continuará a desenvolver a sua acção nesse sentido.

O capitalismo actual é global e predador, nada lhe é estranho – da apropriação dos conhecimentos à monopolização de todas as riquezas produtivas, energéticas, financeiras ou cognitivas. Tudo é mercado, tudo é capital, tudo está sob o seu poder.

Liberalização de investimentos, privatizações, políticas orçamentais restritivas, cortes na despesa social, supressão de subvenções a produtos de primeira necessidade, desvalorização das moedas dos países menos desenvolvidos e estrangulamento pelo serviço da dívida externa – a tudo lançou mão o neo-liberalismo, que fere de morte, inclusive, a democracia representativa. Porque, na actualidade, Governo e governação são cada vez mais independentes dos compromissos eleitorais e os sistemas políticos vêm-se condenados a viver na uniformidade. A expressão máxima da globalização neo-liberal é a persistência do *Arquipélago Guantánamo*, onde a lei do mais forte afirma, desde há cinco anos, um direito de excepção permanente e absoluto, ante o silêncio passivo das democracias ocidentais (incluindo as que têm raízes na tradição da liberdade e no espírito da igualdade e fraternidade).

Como quase sempre aconteceu, a pobreza aumenta enquanto cresce a riqueza. É certo que hoje há mais trabalhadores assalariados em todo o Mundo, mas não é menos verdade que a concorrência e a competitividade colocaram a precariedade, a pobreza e a imigração no topo das preocupações sociais.

Porém, as preocupações internacionalistas do Bloco de Esquerda não podem limitar-se às questões europeias e do Médio Oriente. A eclosão e o desenvolvimento de lutas sociais e de processos políticos que forçosamente irão irromper no tecido social de outras zonas do globo deverão manter em alerta a atenção do Bloco, para permitir a antecipação de acções de solidariedade.

TESE 3:

O custo social da crise na Europa é intolerável, acrescido a níveis até há pouco inimagináveis com os milhões de imigrantes excluídos da condição de cidadãos. Apesar do “não” ao Tratado Constitucional, a actual presidência alemã da União Europeia recuperou o documento, vestindo-lhe, no entanto, uma nova “roupagem”. O Bloco deverá continuar a bater-se por uma Constituição que nasça de um amplo debate democrático e por um projecto europeu de pleno emprego e direitos sociais.

A Europa pode jogar, nas relações internacionais, um papel político determinante, desde que seja capaz de gerar, em si própria, a mudança que ainda não foi capaz de operar, rejeitando, em absoluto, os nacionalismos.

A integração económica e política de três dezenas de estados é uma incontornável aquisição da civilização, mas o seu modelo de unificação está, pelo menos, aparentemente, esgotado. O Pacto de Estabilidade, que tem imposto restrições orçamentais completamente cegas, tem vindo a destruir o “contrato social” que deu origem à ideia europeia.

O custo social da crise na Europa é intolerável, acrescido a níveis até há pouco inimagináveis com os milhões de imigrantes excluídos da condição de cidadãos. Apesar do “não” ao Tratado Constitucional, a actual presidência alemã da União Europeia recuperou o documento, vestindo-lhe, no entanto, uma nova “roupagem”. O Bloco deverá continuar a bater-se por uma Constituição que nasça de um amplo debate democrático e que seja referenda pelos cidadãos, e por um projecto europeu de pleno emprego e direitos sociais. O Bloco não pode subsidiar a “base comum e renovada” que a Declaração de Berlim prevê adoptar até às eleições para o Parlamento Europeu de 2009, na medida em que ela não respeita a mais elementar regra do jogo democrático, a vontade livremente expressa dos cidadãos.

Estas tomadas de posição dos directórios de Bruxelas vêm no seguimento da aceitação passiva pelos diferentes Estados do Pacto de Estabilidade, que constituiu um dos factores mais visíveis da crise europeia, pela imposição cega da competitividade como lei entre economias com diferenças de escala assinaláveis.

TESE 4:

A maioria absoluta do PS nas eleições legislativas e a vitória, à primeira volta, de Cavaco Silva nas presidenciais introduziram um novo paradigma na vida política portuguesa.

A nível interno, a maioria absoluta do PS nas eleições legislativas e a vitória, à primeira volta, de Cavaco Silva nas presidenciais introduziram um novo paradigma na vida política portuguesa.

Em Fevereiro de 2005, o Partido Socialista obteve, pela primeira vez, a maioria absoluta na Assembleia da República. Não foi a queda de um mito – como José Sócrates, então, afirmou –, mas foi um novo e importante facto político.

O PS beneficiou, é certo, da trapalhada em que o país tinha mergulhado com o Governo PSD/PP liderado

por Santana Lopes, e os eleitores manifestaram, como nunca, uma vontade de mudança à esquerda, o que também fica claro pela expressão da votação nos partidos à esquerda do próprio Partido Socialista (PCP, 7,56%, e Bloco de Esquerda, 6,38%).

Mas o PS beneficiou, sobretudo, de uma operação de marketing sem precedentes através dos fóruns “Estados Gerais” e, depois, da organização revista e actualizada das “Novas Fronteiras”. Reunindo em fórum – que se apresentou como o ponto de partida para a definição da linha-motriz do que viria a constituir o programa eleitoral de José Sócrates – inúmeras figuras do partido e fora dele, o PS criou uma dinâmica de confiança e de debate político interno sem precedentes, conferindo-lhe um “caldo” de cultura política que, no imediato, teve efeitos práticos. Muito desse “caldo” entornou-se pelo caminho, mas o objectivo supremo da maioria absoluta foi alcançado. O Bloco não foi capaz de travar a tentação dominadora e imperial.

Em Janeiro de 2006, Cavaco Silva obteve, à primeira volta, a vitória nas eleições presidenciais. Foi a queda de um mito, aqui sim, já que pela primeira vez desde o 25 de Abril de 1974 a Direita conseguiu eleger um presidente da República. Pela primeira vez, também, a Direita apresentou-se com um único candidato, concentrando todos os esforços na sua bandeira de referência dos anos 80, que, como líder do PSD, conquistou duas maiorias absolutas parlamentares.

Nestas eleições, a Esquerda foi duramente penalizada. Na área do PS surgiram dois candidatos – o que trouxe à evidência, e da pior forma, as divisões internas cavadas pela deriva liberalista de um só ano de Governo de José Sócrates –, e Jerónimo de Sousa e Francisco Louçã apenas lograram capitalizar resultado semelhante ao da votação dos seus próprios partidos nas legislativas de um ano antes.

O princípio de soluções globais para problemas globais também aqui tem razão de ser. Depois de ter conseguido, durante anos, marcar e impor a sua própria agenda política, o Bloco de Esquerda incisivo, arrojado, criativo e destemido praticamente desapareceu. Por isso, o Bloco de Esquerda deve promover, de imediato, um longo e profundo debate/fórum político, alargado para além da sua restrita área de influência directa, descomplexado, e que aprofunde exaustivamente os grandes eixos dos problemas nacionais, do qual sejam retiradas grandes linhas orientadoras de soluções políticas. Será possível, deste modo, lançar as bases de uma Esquerda

Nova, com ideias inovadoras e arrojadas, mas também credíveis e plausíveis, que possibilitem ao Bloco de Esquerda, a médio/longo prazo, afirmar-se, inquestionavelmente, como uma alternativa real de poder e impedir a repetição da maioria absoluta do PS nas eleições legislativas de 2009. Esse mesmo debate/fórum deverá permitir, ainda, que a Esquerda alternativa em que nos inserimos consiga impor um candidato que, de facto, trave Cavaco Silva nas eleições (pebliscito?) para o seu segundo mandato.

TESE 5:

A ofensiva neo-liberal tem beneficiado de políticas que se julgavam mais adequada à acção do PSD do que propriamente a um Governo PS. A sanha reformadora do Governo Sócrates tem acentuado, em todos os sectores em que interveio, as desigualdades sociais e a precarização do trabalho.

A ofensiva neo-liberal tem beneficiado de políticas que se julgavam mais adequada à acção do PSD do que propriamente a um Governo PS. A sanha reformadora do Governo Sócrates tem acentuado, em todos os sectores em que interveio, as desigualdades sociais e a precarização do trabalho.

Na própria Administração Pública, o Governo prepara e anuncia despedimentos cegos, substituindo funcionários públicos por avençados e prestadores de serviços. A reforma do sector não pode ser feita contra as pessoas, antes com elas.

Se dúvidas existirem, e sem querermos ser exaustivos, puxe-se pela memória recente da intervenção governamental nas seguintes áreas:

Trabalho – a aplicação estrita do Código de Trabalho, implementado por Bagão Félix no anterior Governo PSD/CDS, que, ao fim e ao cabo, impõe, unilateralmente, a destruição das convenções colectivas de trabalho nos sectores público e privado. O que significa isto? Que a amplitude política da intervenção do movimento sindical, no sector privado, foi radicalmente limitada e, portanto, este último, teve de se adaptar, numa posição enfraquecida, à nova situação; e, consequentemente, que a acção sindical no âmbito da Administração Pública seja vista, hoje, como o último, e cada vez mais fraco, ténue, campo de intervenção sindical e reivindicativo.

Segurança Social – a degradação social e generalizada

da solidariedade inter-geracional, privilegiando a acção individualista, em detrimento da acção de grupo ou colectiva. Sobretudo nas classes sociais mais beneficiadas, e ainda com alguma capacidade de livre escolha social e financeira, que opções lhe oferece o Estado neste preciso momento? À excepção dos seguros de poupança-reforma, de reforma e de complemento de reforma – todas, curiosamente, nas mãos de poderosos interesses financeiros, leia-se, empresas seguradoras –, o que sobeja é o deserto. Com a agravante de, sobre todos os que têm capacidade produtiva, imperar a ameaça, real!, de na idade da reforma não virem, sequer, a ser ressarcidos do apoio solidário para o qual, legal e legitimamente, contribuíram ao longo de uma carreira profissional.

Educação – a degradação do ensino público até aos limites do aceitável. Neste sector, assistiu-se, nos dois últimos anos, à subordinação total e absoluta às necessidades do mercado. Foram encerradas, em apenas dois anos lectivos, largas centenas de escolas do Ensino Básico, única e exclusivamente por razões economicistas, nunca pedagógicas!. Promoveram-se e implementaram-se alterações absolutamente radicais no Estatuto da Carreira Docente que, curiosamente, eram tidas como verdadeiras conquistas alcançadas ao tempo do governo de maioria absoluta do PPD/PSD liderado por Cavaco Silva!

Saúde – a destruição, pura e simples, do Serviço Nacional de Saúde (SNS). As alterações introduzidas pelo Governo Sócrates, em apenas dois anos, constituem o mais sério e conseguido assalto ao SNS, desde a sua implementação, por parte de poderosíssimos interesses e poderes económico-financeiros. A abertura do sistema público ao privado é tanto mais escandalosa que o acesso ao SNS está cada, vez mais, limitado ao pagamento de taxas e senhas absolutamente contrário ao instituído, e legislativamente reiterado, até, em 30 anos de Democracia, imagine-se!, pela própria Constituição!!! O escândalo é tanto maior que, muito recentemente, e depois de mandar fechar urgências, maternidades e centros de saúde, sempre motivado por razões de “racionalismo económico-financeiro”, o Governo de Sócrates prepara-se para autorizar a venda em grandes superfícies comerciais de fármacos prescritos por médicos, desde que o utente (beneficiário? cidadão?) abdique do seu direito à comparticipação do Estado no preço do respectivo fármaco!!! O desmentido surgiu no dia seguinte, mas a implementação da ideia tem já a porta franqueada.

Obras Públicas – Santana Lopes tentou acabar com as SCUT's, mas foi obrigado a recuar. O actual ministro das Obras Públicas recuperou o projecto mas, por agora, teve também ele de recuar. Até quando? É mais do que conhecida a tentação do Governo Sócrates em encontrar uma fonte de receitas extra transformando as SCUT's em auto-estradas sem que os utentes tenham, em muitos casos alternativa. E que dizer da trapalhada da OTA, quando as opções políticas são feitas, afinal, sem que existam e se conheçam estudos profundos que justifiquem uma escolha crucial para o país?

Justiça – depois de ter atingido o grau máximo na descredibilização, o sector continua na expectativa de melhores dias, apesar de alguns (aparentes) sinais positivos, como, por exemplo, a concentração de toda a investigação do "Apito Dourado" numa única comissão, a trabalhar na Procuradoria-Geral da República. O balanço, ao fim de dois anos de Governo Sócrates, é extremamente negativo. A afirmação do Bloco de Esquerda faz-se, também, pelo combate declarado e determinado às políticas neo-liberais que o PS tem adoptado.

TESE 6:

O objectivo estratégico do Bloco é a luta pelo socialismo, através da conquista de uma maioria social apostada na modernização do país.

Hoje, como ontem, o objectivo estratégico do Bloco é a luta pelo socialismo, através da conquista de uma maioria social apostada na modernização do país. O Bloco de Esquerda tem de ser portador de propostas fortes que se assumam como um sinal de esperança de uma iniciativa política alternativa.

A construção de um novo programa para a Esquerda continua a ser um processo longo, superando sectarismos e sintetizando, na esfera política, o melhor que os diferentes activismos existentes na sociedade têm para oferecer. Por isso, o Bloco de Esquerda tem de procurar intervir em todas as frentes de luta que se venham a desenrolar, com vista a dar-lhes conteúdo político e a credibilizar-se junto das populações. O socialismo não pode continuar a ser uma bandeira de luta mais ou menos teórica, antes uma preocupação presente em todas as propostas. E a esquerda continuará sem alternativa enquanto a sua maioria continuar a aceitar o continuismo. A política do Governo Sócrates aí está para o comprovar.

Essa nova Esquerda tem de se solidificar na tradição de combatividade social de todos os movimentos que fizeram a história da resistência e da revolução do 25 de Abril e, por isso mesmo, quer alargar, modernizar e aprofundar esse combate. A contrapartida do hegemonismo é o autoritarismo no interior dos movimentos e a recusa da democracia plural. Uma esquerda reduzida à nostalgia é, inevitavelmente, perdedora nos confrontos com a direita. Impedir, ou dificultar, o debate democrático em nome da razão burocrática enfraquece e esvazia a esquerda. E, por isso, volta a ser determinante, agora como nunca nos últimos oito anos, acompanhar a chamada agenda política ao mesmo tempo que se define e determina a dita agenda, "correr por fora".

Um desenvolvimento sustentado que integre o país no seu total é indispensável para combater as assimetrias regionais, que existem e se aprofundam.

A promoção de políticas de defesa do ambiente terão de merecer de todos os activistas do Bloco de Esquerda um estudo atento e sério, não por uma questão de moda, mas porque as alterações climáticas estão a fazer sentir aos cidadãos que é necessário fazer qualquer coisa para impedir a continuação da delapidação dos recursos do planeta, nomeadamente a água potável. A existência de eleitos do Bloco em tantas autarquias pode e deve facilitar a criação de redes de activismos nesse sentido.

TESE 7:

A construção do Bloco de Esquerda como corrente socialista de grande influência popular exige um nível superior de organização e activismo de base. A V Convenção tem de ser capaz de criar, de facto, uma nova cultura de organização, uma estrutura de trabalho descentralizadora e eficiente que responda à participação de actuais e novos aderentes. A condição para esse crescimento é a defesa do movimento como uma democracia plural, aberta à crítica e procurando aprender e viver nas lutas sociais.

As linhas de orientação adoptadas na IV Convenção do Bloco de Esquerda mantêm-se, à distância de dois anos, integralmente actuais. No entanto, a sua releitura deixa alguma insatisfação: oito anos depois da sua formação, o Bloco de Esquerda tem ainda um longo caminho a percorrer em matéria de organização.

Face à actualidade dos argumentos, o essencial da tese 12 aprovada pela IV Convenção é aqui reproduzida:

“O Bloco propõe-se fazer o que é mais difícil: responder a uma crise de civilização, criando novas sintonias entre a esquerda política e os movimentos sociais, reconstruindo a capacidade de combate, de democracia, de diversidade e alternativa do campo popular.

A socialização destas novas culturas políticas, do movimento operário, das lutas contra a guerra, dos movimentos culturais, das afirmações identitárias, do cruzamento das diversas agendas políticas de uma esquerda europeia e global, tem uma condição: a defesa do movimento como uma democracia plural, aberta à crítica e procurando aprender, viver e representar as lutas sociais. O código genético do Bloco de Esquerda é o pluralismo e a abertura, e só assim pode assumir a responsabilidade de representar a vontade de centenas de milhares de pessoas. A primeira condição do crescimento do Bloco é a sua fidelidade a esta matriz original.

Para a construção do Bloco de Esquerda, como uma alternativa política para todos os que em oposição ao governo PS querem combater o desemprego, a precariedade laboral, a privatização do ensino, a exploração e opressão capitalista, é fundamental organizar na base os milhares de apoiantes jovens, estudantes e trabalhadores precários, trabalhadores, imigrantes, e demais activistas de movimentos sociais.

A organização e intervenção diária dos apoiantes do BE nas empresas, nas escolas, nos bairros, constituindo núcleos de intervenção organizada no movimento sindical, nas Comissões de Trabalhadores, no movimento estudantil e nas Associações de Estudantes, é a base sólida para a construção de uma alternativa política socialista e popular.

Mas a construção do Bloco de Esquerda como uma corrente socialista de grande influência popular exige igualmente uma mudança muito importante: o reforço e transformação profundos do nível de organização social e o alargamento massivo do activismo de base. Essa é a grande tarefa organizativa que decorre desta Convenção: criar uma nova cultura de organização, uma estrutura de trabalho descentralizada e eficiente que responda à participação de milhares de aderentes, como reforço das estruturas distritais e concelhias democraticamente eleitas”.

muito, muito mais. A construção do Bloco de Esquerda como corrente socialista de grande influência popular exige um nível superior de organização e activismo de base. A V Convenção tem de ser capaz de criar, de facto, uma nova cultura de organização, uma estrutura de trabalho descentralizadora e eficiente que responda à participação de actuais e novos aderentes. A condição para esse crescimento é a defesa do movimento como uma democracia plural, aberta à crítica e procurando aprender e viver nas lutas sociais. Desde já, a criação de rotinas e responsabilidades de organização:

– a participação dos aderentes que constituem a rede de intervenção social do Bloco;

– a responsabilização individual das pessoas eleitas por pelouros concretos, nas coordenadoras regionais e distritais, e também nos órgãos nacionais, permitindo a clareza da prestação de contas e suporte do trabalho colectivo;

– a criação de um centro organizativo mais articulado para o apoio às regiões e a organização de iniciativas nacionais, reforçando os recursos humanos e materiais implicados directamente na organização distrital e regional e na coordenação das intervenções sociais;

– a organização de campanhas políticas que marquem a identidade e a capacidade de diálogo do Bloco, nomeadamente sobre o Tratado Europeu e o referendo à regionalização;

– uma campanha de adesão política e não burocrática, com vista a um crescimento da capacidade de intervenção do Bloco de Esquerda a todos os níveis, locais, regionais e nacionais;

– a criação de condições para uma rápida e eficaz troca de informação entre os diferentes activismos, visando uma maior interacção e, consequentemente, uma melhor coordenação; só o debate interno, amplo e plural dará ao Bloco de Esquerda a capacidade de intervir e afirmar posições alternativas às opções do poder;

– no Bloco de Esquerda tem de começar a ser prioritária a participação ao invés da representação, porque só assim os activistas se sentirão presentes em todas as tomadas de posição do Bloco de Esquerda e as assumirão como também sendo suas;

É um facto que o Bloco de Esquerda deu alguns passos positivos, mas a nova cultura de organização exige

– teremos que desenvolver um grande esforço para que a todos os activistas sejam dadas iguais condi-

ções no acesso à informação, à discussão política e à formação. É sabido que na génese do Bloco de Esquerda pré-existiram organizações políticas que se mantêm. Nada a objectar, mas, entretanto aderiram ao Bloco de Esquerda inúmeros activistas que nada têm a haver com essas organizações e que se podem sentir marginalizados pelo facto de terem muito mais dificuldades em fazer vingar os seus direitos como aderentes de pleno direito.

É dessa transformação e só dela que depende o avanço na solução da crise de direcção para a Esquerda e para o país. O Bloco assume-se como portador de um programa alternativo para essa esquerda socialista, moderna, cosmopolita, popular e socialmente comprometida.

SUBSCRITORES DA MOÇÃO D "O BLOCO POR UMA MAIORIA SOCIAL DE ESQUERDA"

Paulo F. Silva
Ana Lúcia Dias Garcia
Avelino Domingos Ribeiro Garcia
Carlos Maria Miranda Mota
Cecília Augusta Moutinho Silva
Dulce Cristina Coelho Resende Ramos
Gonçalo Manuel Lemos Reis Torgal
Inês Lúcia Santos Moura
Isabel Maria de Sousa Hortas
João Luís Ferreira Queirós
João Pedro Moreira Freire
Jorge António Caetano Santos
José Fernando Oliveira Basto
José Joaquim Ferreira dos Santos
Mafalda Sofia Dias Garcia
Margarida Castro Felga Pinho
Maria da Graça Ferreira Ribeiro Pinto
Maria Moura Castro Felga
Miguel Jorge Purificação Andrade
Paulo Alberto Branco Teixeira de Sousa

CALENDÁRIO DA V CONVENÇÃO

MAIO 2007

segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	domingo
		1	2	3	4	5
	7	8	9	10	11	12
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31	1	2	3

2 MAIO
SÓ OS/AS ADERENTES DO BLOCO
INSCRITOS/AS ATÉ ESTA DATA
PODEM ELEGER E SER ELEITOS/AS
DELEGADOS/AS À V CONVENÇÃO

8 MAIO
DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO
DE PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DOS
ESTATUTOS A PUBLICAR NO deBatEs #2

14 MAIO
PUBLICAÇÃO DO deBatEs #2

16 A 27 MAIO
PERÍODO DE REALIZAÇÃO DAS
ASSEMBLEIAS PARA ELEIÇÃO DE
DELEGADOS/AS À V CONVENÇÃO

JUNHO 2007

segunda-feira	terça-feira	quarta-feira	quinta-feira	sexta-feira	sábado	domingo
28	29	30	31	1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	1

2 E 3 JUNHO
V CONVENÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA
NO FÓRUM LISBOA

ATENÇÃO:

**SE AINDA NÃO REGULARIZASTE O
PAGAMENTO DA JÓIA ANUAL DE
2007 DEVES FAZÊ-LO O QUANTO
ANTES, DE FORMA A PODERES
PARTICIPAR DE PLENO DIREITO
NO PROCESSO PREPARATÓRIO
DA CONVENÇÃO E NA ELEIÇÃO DE
DELEGADOS/AS.**

**A PRÓXIMA EDIÇÃO DESTE BOLETIM,
A PUBLICAR A 14 DE MAIO, SERÁ
ENVIADA APENAS A QUEM TENHA
PAGO A JÓIA DE 2007.**



www.esquerda.net
O portal de notícias do Bloco